



HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

Avenida Getúlio Guaritá, nº 130 - Bairro Abadia

Uberaba-MG, CEP 38025-440

- <http://hcuftm.hubrasil.gov.br/>

Processo nº 23521.018638/2025-80

EDITAL

Pregão Eletrônico SRP N.º 90.037/2026 Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares	Abertura Sessão Pública: 24 de junho de 2026 às 09h00 No Sítio Comprasgov - Compras UASG 155011
Objeto	
Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares, por meio de Registro de Preços, a fim de atender às necessidades da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, filial Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - HC-UFTM , pelo período de 12 (doze) meses.	
A descrição detalhada do objeto, contendo as especificações técnicas, unidades de medida, quantidades estimadas e demais informações constam no Anexo I - Descrição Detalhada e Quantitativos do Objeto do Termo de Referência.	
Modelo da Contratação	
A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), sendo a aquisição dos produtos precedida de emissão de Nota de Empenho em favor do fornecedor adjudicatário, conforme os itens e preços registrados na respectiva Ata de Registro de Preços (ARP).	
O prazo de vigência das Atas de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, conforme a conveniência da Administração, a anuência do fornecedor e desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.	
As Atas de Registro de Preços (ARPs) poderão resultar em contratos, que terão vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por interesse das partes até o limite de 5 (cinco) anos, a teor do que disciplina o art. 71, caput, da Lei nº 13.303/2016 e art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (RCC 3.0).	
Valor Estimado	
Conforme o art. 30, § 1º, do RCC 3.0, os preços referenciais desta contratação são sigilosos, sendo divulgados apenas após a fase de lances na etapa externa da licitação.	
Critério de Julgamento	
Menor preço;	
Modo de Disputa	
Aberto e fechado;	
Intervalo Mínimo entre os Lances	
Conforme Termo de Referência	
ME/EPP Equiparadas	
Não	
MARGEM DE PREFERÊNCIA	
Não	
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações	
Até às 23h59min do dia 17/06/2026, pelo e-mail larissa.mendes@ebserh.gov.br com cópia para questionamento.hctm@ebserh.gov.br .	

Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), sediado na Avenida Getúlio Guaritá, 130 - Nossa Sra. da Abadia, Uberaba/MG, 38025-440, CNPJ 15.126.437/0005-77, UG-155011, na pessoa do Agente de Contratação/Comissão de Contratação designado pela Portaria constante dos autos, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh, versão 3.0, aprovado por meio da Resolução n.º 297/2025 do Conselho de Administração (RCC 3.0), da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (aplicada aos procedimentos para operação da sessão pública, a partir de sua abertura até a etapa de homologação) e, de forma subsidiária, do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023.

1. OBJETO

1.1. O objeto da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES**, por meio de registro de preços, a fim de atender às necessidades do **Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - HC-UFTM**, integrante da Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A descrição detalhada do objeto e a estimativa de consumo constam no item 1.2 do Termo de Referência, em que os licitantes poderão visualizar as especificações técnicas dos produtos que serão licitados, as unidades de medida, as respectivas quantidades e demais informações relacionadas.

1.3. A licitação será dividida em itens, conforme especificado no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras aplicáveis aos órgãos gerenciador e participantes, ao remanejamento de saldos, às eventuais adesões e à gestão da Ata de Registro de Preços são aquelas estabelecidas na minuta da respectiva Ata.

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei n.º 11.488/2007 - quando permitida a sua participação -, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123/2006.

3.5.1. O tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006 somente será aplicável ao item cujo valor estimado não seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, que é de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar n.º 123/2006, sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato (Acórdão 1193/2024-TCU-Plenário).

3.5.2. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.3. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.5.5. empresa que se enquadre em alguma das vedações previstas no art. 70 do RCC 3.0 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, quais sejam:

3.5.5.1. suspensão no âmbito da Rede Ebserh;

3.5.5.2. declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os

efeitos da sanção;

3.5.5.3. impedida de licitar e de contratar com a União;

3.5.5.4. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.5.5.5. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.5.5.6. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.5.5.7. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.5.5.8. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

3.5.5.9. cujo administrador ou sócio seja empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

3.5.5.10. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário da Ebserh;

3.5.5.11. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;

3.5.5.12. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.6. As vedações previstas neste instrumento aplicam-se ainda:

3.6.1. à contratação, como pessoa física, e à participação em procedimentos licitatórios na condição de licitante, dos seguintes agentes:

3.6.1.1. integrantes de órgão estatutário;

3.6.1.2. empregados da Ebserh;

3.6.1.3. servidores cedidos ou em exercício na Ebserh;

3.6.1.4. integrantes do Ministério da Educação;

3.6.1.5. integrantes de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

3.6.2. àqueles que possuam relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

3.6.2.1. integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

3.6.2.2. empregados, servidores cedidos ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;

3.6.2.3. autoridades do Ministério da Educação;

3.6.2.4. autoridades das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

3.6.3. àqueles cujo proprietário, ainda que na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

3.7. As vedações previstas no art. 70 do RCC 3.0 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias serão também aplicadas ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. Será verificado o enquadramento dos licitantes como parte relacionada para o fim de aplicação da Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, disponível em www.gov.br/ebserh.

3.9. Ao participar do pregão, o licitante declara estar ciente de que deve observar o Código de Ética e Conduta da Rede Ebserh, disponível em www.gov.br/ebserh.

4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos a este Edital.

4.2. Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio e pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação ou solicitação de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, sendo assegurado, na sequência, o prazo de 2 (dois) dias úteis para a apresentação das propostas pelos licitantes, se for o caso.

- 4.3. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos.
- 4.4. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser apresentado por forma eletrônica, pelo e-mail larissa.mendes@ebserh.gov.br, com cópia para questionamento.hctm@ebserh.gov.br até às 23h59min da data limite.
- 4.5. Não serão conhecidas as impugnações ou pedidos de esclarecimentos interpostos após o prazo previsto neste instrumento, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida neste Edital.
- 4.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 4.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 4.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Ebserh.
- 4.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Os anexos de proposta deverão ser encaminhados apenas pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após convocação para esse fim.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [art. 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 5.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5.4. O licitante organizado em cooperativa - quando permitida a sua participação - deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os seguintes requisitos:
- 5.4.1. a constituição e o funcionamento da cooperativa observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei n.º 5.764/1971](#), a [Lei n.º 12.690/2012](#), e a [Lei Complementar n.º 130/2009](#);
- 5.4.2. a cooperativa apresenta demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- 5.4.3. qualquer cooperado, com igual qualificação, é capaz de executar o objeto contratado, vedado à Ebserh indicar nominalmente pessoas;
- 5.4.4. o objeto da licitação se refere, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei n.º 12.690/2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.
- 5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa - quando permitida a sua participação - deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as

fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.12. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Ebserh, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Ebserh ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item;

6.1.2. quantidade ofertada;

6.1.3. marca/Fabricante;

6.1.4. modelo/Versão.

6.2. Na descrição complementar do objeto não poderão constar elementos ou informações que identifiquem o licitante ou em relação aos quais o sistema apresente campo próprio para preenchimento, tais como: marca; fabricante do produto; dentre outros.

6.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4. Não será admitida a previsão diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a proposta deverá considerar a média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.9. Na hipótese de a execução contratual estar sujeita à aplicação de normas tributárias que impliquem alteração, extinção, desoneração ou reoneração de tributos, as propostas de preços deverão considerar as alíquotas vigentes na data de sua apresentação.

6.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações

públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.13. O descumprimento das regras dispostas neste Edital por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias a o exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. ABERTURA DA SESSÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A abertura da presente licitação ocorrerá de forma automática em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será o estabelecido no Termo de Referência.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste Edital, quando for o caso.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do art. 24, § 6º, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 79/2024.

7.13.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.13.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.14.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do art. 25, § 5º, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 79/2024.

7.14.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.14.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.14.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.14.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.14.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei n.º 14.133/2021.

7.19.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Agente de Contratação.

7.19.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538/2015.

7.20.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, § 9º, I, do Decreto n.º 8.538/2015).

7.20.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pelo fornecedor classificado em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.20.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.4. O licitante mais bem classificado nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao do primeiro colocado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.7. O tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006 somente será aplicável ao item cujo valor estimado não seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, que é de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar n.º 123/2006, sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato (Acórdão 1193/2024-TCU-Plenário).

7.21. Os critérios de desempate observarão as disposições da Lei n.º 14.133/2021 e suas regulamentações específicas, quando instituídas.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021, nesta ordem:

7.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

7.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme art. 5º, § 1º, do Decreto n.º 11.430/2023;

7.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto n.º 12.304/2024.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, ao objeto executado por:

7.22.2.1. empresas brasileiras;

7.22.2.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187/2009.

7.23. Persistindo o empate, será realizado sorteio.

7.23.1. O sistema compras.gov.br irá realizar o sorteio de forma automática, verificando, primeiramente, se há proponentes em situação de empate real e realizando, entre eles, o sorteio automático.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema ordenará e divulgará automaticamente as propostas apresentadas, em ordem crescente de valores, conforme o critério de julgamento definido no Edital.

7.25. O valor estimado para a contratação será tornado público após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

7.26. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima dos preços máximos por item definidos para a contratação, o Agente de Contratação negociará com o primeiro colocado condições mais vantajosas.

7.26.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima dos preços máximos por item definidos pela Ebserh.

7.26.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.4. **O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação**

daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou, quando não disponível, pelo endereço de e-mail constante no Edital, antes de findo o prazo.

7.27. Se, depois de adotada a providência referida no item anterior, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogado o item ou a licitação.

7.28. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.29. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.30. Encerrada a classificação das propostas, será iniciada a fase de julgamento.

8. FASE DE JULGAMENTO

8.1. O Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Sicaf;

II - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (certidoes-apf.apps.tcu.gov.br).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei n.º 8.429/1992.

8.3. Caso se constate a existência das vedações transcritas nos itens 3.6.3.4, 3.6.3.5, 3.6.3.6, 3.6.3.7, 3.6.3.8 e 3.8, a inabilitação deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua inabilitação.

8.4. Constatada a existência de vedação, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da [Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

I - conter vícios insanáveis;

II - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

III - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Ebserh;

V - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Ebserh.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. A Ebserh poderá realizar diligências para aferir a efetividade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, bem como para facultar a correção de vícios sanáveis, sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

8.9.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a

legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.9.2. São considerados vícios sanáveis, entre outros, os defeitos materiais atinentes à descrição do objeto da proposta e suas especificações técnicas, incluindo aspectos relacionados à execução do objeto, às formalidades, aos requisitos de representação, às planilhas de composição de preços, à inexecutabilidade ou ao valor excessivo de preços unitários quando o julgamento não é realizado sob o regime de empreitada por preço unitário e, de modo geral, aos documentos de conteúdo declaratório sobre situações preexistentes, desde que não alterem a substância da proposta.

8.10. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou, quando não disponível, pelo endereço de e-mail constante no Edital, antes de findo o prazo.

8.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.16. Definido o resultado do julgamento, a Ebserh poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, observado o procedimento previsto no item 7.26.

8.17. Nos termos do § 8º do art. 62 do RCC 3.0,0 admite-se a substituição da marca ou modelo do produto ofertado pelo licitante, sem que tal alteração seja considerada modificação da substância da proposta, desde que observadas as seguintes condições:

I - tanto o produto inicialmente proposto quanto o substituto devem atender às especificações técnicas mínimas estabelecidas no Edital ou apresentar características superiores; e

II - deve haver manutenção integral dos preços unitários e totais constantes da proposta original.

8.18. Encerrada a fase de julgamento, será iniciada a fase de habilitação.

9. FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 65 a 69 do RCC 3.0.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto n.º 8.660/2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão observadas as seguintes exigências:

9.3.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

9.3.2. indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Ebserh;

9.3.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

9.3.4. impedimento, na mesma licitação, de participação de empresa consorciada, isoladamente ou por meio de mais de um consórcio;

9.3.5. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão do Contrato;

9.3.6. habilitação técnica, quando exigida, por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, por meio do somatório dos valores de cada consorciado;

9.3.6.1. se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.3.7. constituição e registro do consórcio, antes da celebração do contrato

9.3.8. a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Ebserh e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.

9.4. Quando permitida a participação de cooperativas, serão observadas as seguintes exigências complementares:

9.4.1. a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n.º 5.764/1971;

9.4.2. a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI), para cada um dos cooperados indicados;

9.4.3. o registro previsto no art. 107 da Lei n.º 5.764/1971;

9.4.4. a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.4.5. os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

9.4.6. a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.º 5.764/1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Ebserh, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto no RCC 3.0.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018](#), art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º).

9.11. É de responsabilidade do licitante, sob pena de desclassificação, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018](#), art. 7º, caput).

9.12. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou, quando

não disponível, pelo endereço de e-mail constante no edital, antes de findo o prazo.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no art. 36, § 1º, e no art. 39, § 1º, da [Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022](#).

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, em até 2 (duas) horas, para (art. 67 do RCC 3.0 e art. 39, § 4º, da [Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022](#)):

9.14.1. atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame

9.14.2. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.3. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de 2 (duas) horas.

9.18. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos o item anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do [Decreto n.º 8.538/2015](#)).

9.20. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar n.º 123/2006](#), seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.21. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.22. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.22.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

9.22.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.23. Os documentos a serem apresentados para a comprovação da habilitação jurídica são os seguintes:

9.23.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.23.2. Em se tratando de microempreendedor individual (MEI): Certificado da Condição de CONJUR - Edital de Pregão - Bens - Dec 11.462 54424653 SEI 23763.002823/2024-29 / pg. 11 Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor

9.23.3. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.23.4. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.23.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.23.6. No caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77/2020;

9.23.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764/1971;

9.23.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

9.24. Os documentos a serem apresentados para a comprovação da habilitação fiscal, seguridade social e trabalhista são os seguintes:

9.24.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.24.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.24.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.24.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452/1943;

9.24.6. cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.25. Os documentos a serem apresentados para a comprovação da qualificação técnico-profissional e/ou técnico-operacional estão previstos no Termo de Referência.

9.26. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual.

9.27. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.27.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

9.28. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, ele será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Ebserh, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.29. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.30. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade.

9.31. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.31.1. Não atendidas as exigências de habilitação pelo licitante, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Edital.

9.32. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.32.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.33. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, será realizada consulta ao Cadin, sendo que a existência de registro constitui fator impeditivo para que o licitante seja declarado vencedor, nos termos do art. 6º, inciso III, e art. 6º-A, da [Lei n.º 10.522/2002](#).

9.33.1. Pode ser realizada diligência para oportunizar a comprovação de regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da [Lei n.º 10.522/2002](#).

9.34. Inexistindo registro no Cadin ou comprovada a regularização da situação que deu causa ao registro, será o licitante declarado vencedor.

10. RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei n.º 14.133/2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5.1. Os prazos previstos neste item podem ser prorrogados, de forma excepcional, por decisão fundamentada da autoridade competente.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/inteiro-teor-dos-processos-de-compra>.

11. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado ao(à) Diretor(a) de Administração e Infraestrutura, no caso da Administração Central, ou ao(à) Gerente Administrativo(a), no caso dos Hospitais Universitários, que poderá:

11.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

11.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

11.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

11.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

11.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

12. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis,

contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de vigência encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no RCC 3.0.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado, desde que:

12.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

12.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Ebserh a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Ebserh convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

13.1.1. aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei n.º 14.133/2021; e

13.1.2. mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

13.2.1. a apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital; ou

13.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 100 e 101 do RCC 3.0.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Ebserh, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista neste edital, poderá:

13.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.5. Não havendo campo específico no sistema Compras.gov.br para manifestação de interesse em compor o cadastro de reserva, os licitantes serão consultados por meio do chat da licitação.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, sujeita à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, o licitante que:

14.1.1. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

14.1.3. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços;

14.1.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

14.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.6. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e

14.1.9. fraudar a licitação.

14.2. A aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar prevista neste edital não impede a instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, nos termos do art. 8º da Lei n.º 12.846/2013.

14.3. As sanções do item anterior também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

14.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o devido processo legal ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 13.303/2016, no RCC 3.0, na Norma Operacional - SEI n.º 7/2023/DAI-EBSERH, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 9.784/1999.

14.5. A autoridade competente para a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

14.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, for identificada a prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, será aberto processo relacionado para levantamento preliminar dos indícios vislumbrados, com elaboração de relatório circunstanciado acerca do tema e posterior remessa à Corregedoria-Geral para tratamento nos termos do Decreto n.º 11.129/2022.

14.6.1. O processamento do PAR ou a negociação de acordo de leniência não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à administração pública federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.7. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e, no caso de sanção de multa, no Cadin, nos termos da Lei n.º 10.522/2002.

14.7.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), de que trata a Lei n.º 12.846/2013, ou em outras plataformas de cadastro de inadimplentes de pessoas jurídicas autorizadas pela Ebserh.

14.8. As sanções aplicáveis aos atos praticados durante a execução da contratação estão previstas nas minutas de Ata de Registro de Preços de Contrato e neste Edital.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Ebserh, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Ebserh não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na unidade da Ebserh responsável pela licitação.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Termo de Referência.

15.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal da Ebserh e no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

15.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

15.10.1. **ANEXO I** - Termo de Referência e seus respectivos anexos;

15.10.2. **ANEXO II** - Minuta de Ata de Registro de Preços;

15.10.3. **ANEXO III** - Minuta de Termo de Contrato;

15.10.4. **ANEXO IV** - Proteção de Dados Pessoais.

Uberaba (MG), 11 de junho de 2026.

(assinado eletronicamente)

RODRIGO JULIANO MOLINA

Gerente Administrativo do HC/UFTM - Filial Ebserh

Referência: Processo nº 23521.018638/2025-80 SEI nº 61772030

HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
Avenida Getúlio Guaritá, nº 130 - Bairro Abadia
Uberaba-MG, CEP 38025-440
- http://hcuftm.hubrasil.gov.br/

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23521.018638/2025-80

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos médico-hospitalares, destinados a atender às demandas assistenciais, acadêmicas e operacionais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh/HU Brasil), no âmbito do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (HC-UFTM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, sendo a contratação realizada mediante licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por item e modo de disputa aberto.

1.2. A relação dos equipamentos, bem como seus respectivos quantitativos, encontra-se detalhada no quadro a seguir.

Item	Código AGHU	Catmat	Descrição Resumida	Pedido mínimo estimado	Quantidade Total a Registrar
1	519654	615457	BICICLETA ERGOMÉTRICA VERTICAL ELETROMAGNÉTICA PARA REABILITAÇÃO	6	9
2	519656	615400	ESTEIRA ERGOMÉTRICA ELETRÔNICA PARA REABILITAÇÃO	6	9
3	519658	451929	CAPELA DE EXAUSTÃO DE GASES PARA CONFECCÃO DE ÓRTESES	1	2
4	519660	469312	KIT DE FOTOTERAPIA LED COMPATÍVEL COM PLATAFORMA NIOO TOUCH INFINITY	2	4
5	519669	627636	ESTRUTURA EM AÇO PARA EQUIPAMENTOS DE INTEGRAÇÃO SENSORIAL	2	4
6	519672	475095	CAIXA/ESPELHO TERAPÊUTICO	2	4
7	519678	476988	ULTRASSOM TERAPÊUTICO 1 E 3 MHZ PARA REABILITAÇÃO	5	10
8	519682	484321	EQUIPAMENTO PRESSÃO NEGATIVA PARA TRATAMENTO DE FERIDAS	2	4
9	519686	627698	ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA	2	4
10	519688	624149	SOPRADOR TÉRMICO	3	6
11	519690	623638	PANELA ELÉTRICA PARA CONFECCÃO DE ÓRTESES	4	8
12	519692	604477	DINAMÔMETRO TIPO: DIGITAL, CAPACIDADE MÁXIMA 150 KG PARA REABILITAÇÃO	4	8
13	520242	613872	SENSOR DE FREQUÊNCIA CARDÍACA COM CINTA PEITORAL	7	10
14	519691	623742	ESTAÇÃO DE MUSCULAÇÃO PARA MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	2	4
15	520162	16365	CONTADOR MANUAL DE CÉLULAS	2	4
16	520070	615227	PHMETRIA ESOFÁGICA	1	2
17	520120	1109	SERRA DE GESSO OSCILATÓRIA	3	6
18	520078	611042	CÂMARA REFRIGERADA PARA CONSERVAÇÃO DE MEDICAMENTOS TERMOLÁBEIS, IMUNOBIOLOGICOS E HEMODERIVADOS	24	36
19	519846	611627	CRANIÓTOMO ELÉTRICO COMPLETO PARA NEUROCIRURGIA	1	2
20	519816	437999	APARELHO PARA LEITURA AUTOMATIZADA DE VHS	1	2
21	519870	629340	ULTRASSOM PORTÁTIL (POCKET)	5	10
22	520076	625259	IMPRESSORA 3D	1	2
23	519446	615392	ELETROCARDIOGRAFO	10	15
24	520220	452514	BOMBA DE INFUSÃO VOLUMÉTRICA DE SERINGA - ALVO CONTROLADO	10	15
25	519823	416904	ANALISADOR DE FUNÇÃO PULMONAR - PLETISMOGRAFIA	1	2
26	520081	418432	CENTRÍFUGA DIGITAL DE BANCADA MULTIRROTORES	2	4
27	520083	414915	CITOCENTRÍFUGA DIGITAL PARA 12 AMOSTRAS	2	4
28	520224	615520	APARELHO PORTÁTIL ELETROENCEFALÓGRAFO	2	4
29	520226	631661	OTOSCÓPIO COM ILUMINADOR DE GARGANTA	5	10
30	520150	486543	LAVADORA DE ENDOSCÓPIO	1	4
31	520228	604477	DINAMOMETRO ESCAPULAR ATÉ 100 KGF	0	8
32	520238	604477	DINAMOMETRO TIPO DORSAL ATÉ 200 KGF	0	8
33	520240	604477	DINAMOMETRO HIDRÁULICO DE MÃO	0	8
34	513335	325515	SISTEMA AUTOMATIZADO DE UNITARIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	1	2

1.3. Critério de prevalência das especificações

1.3.1. Em caso de divergência entre a descrição constante no código CATMAT e aquela prevista nas especificações técnicas detalhadas no Encarte A - Especificações Técnicas (SEI nº 58397368) prevalecerão as disposições deste Termo de Referência e de seus anexos.

1.4. Integram este Termo de Referência, para todos os fins, os seguintes documentos:

- 1.4.1. Estudo Técnico Preliminar nº 9/2026 (SEI nº 58066019);
- 1.4.2. Análise de riscos (Documento SEI nº 58397069);
- 1.4.3. Encarte A - Lista de equipamentos especificações técnicas (Documento SEI nº 58397368);
- 1.4.4. Encarte B - Lista de endereço para entrega (Documento SEI nº 58397387);
- 1.4.5. Encarte C - Modelo para apresentação de propostas (Documento SEI nº 58397440);
- 1.4.6. Encarte D - Termo de Garantia (Documento SEI nº 58397464);
- 1.4.7. Encarte E - Termo de responsabilidade (Documento SEI nº 58397501);
- 1.4.8. Encarte F - Checklist térmico Termo de Recebimento Provisório e Definitivo (Documento SEI nº 58397542);
- 1.4.9. Encarte G - Modelo de Termo de confidencialidade e Sigilo (Documento SEI nº 58397572).
- 1.4.10. Encarte H -- Modelo de Ordens de fornecimento (Documento SEI nº 58397611).

1.5. Vinculação ao Estudo Técnico Preliminar

1.5.1. O Estudo Técnico Preliminar nº 9/2026 (SEI nº 58066019) integra o presente processo administrativo e fundamenta a presente contratação, devendo ser observado como documento de apoio técnico, especialmente quanto às premissas que subsidiaram a definição da solução adotada.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objetivo atender às necessidades assistenciais do HC-UFTM, decorrentes da existência de equipamentos com elevado grau de obsolescência, da insuficiência da capacidade instalada para atendimento da demanda e da necessidade de incorporação de tecnologias mais atuais, capazes de proporcionar maior precisão diagnóstica e terapêutica, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar nº 9/2026 (SEI nº 58066019).

2.2. A não realização da contratação poderá comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, além de impactar negativamente a segurança assistencial, a produtividade das equipes e a capacidade de atendimento da unidade.

2.3. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional do HC-UFTM, estando vinculada ao Plano Anual de Compras (PAC) 2026, conforme documentação constante no processo SEI (DOC SEI nº 56681817), bem como o Acordo Organizativo de Compromissos (AOC), conforme registros internos da Divisão Administrativa Financeira (DAF).

2.4. Registra-se que os itens não contemplados no PAC/AOC serão objetos de solicitação de inclusão/adequação no PAC por meio da 1ª Janela de Adequação, conforme orientação da área administrativa (Despacho SEI nº 58072470).

2.5. A contratação também se encontra em consonância com as diretrizes do planejamento estratégico da Ebserh/HU Brasil especialmente no que se refere à modernização do parque tecnológico, qualificação da assistência e melhoria dos serviços prestados no âmbito do SUS.

2.6. Demais justificativas estão no Estudo Técnico Preliminar nº 9/2026 (SEI nº 58066019).

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO , CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A presente contratação tem por objeto o registro de preços para aquisição de equipamentos médico-hospitalares destinados à estruturação e modernização do parque tecnológico do HC-UFTM,

conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

- 3.2.

A solução contempla o fornecimento de equipamentos novos, de primeiro uso, devendo atender integralmente às exigências de desempenho, qualidade e segurança compatíveis com o uso hospitalar, bem como às normas técnicas e regulatórias aplicáveis.
- 3.3.

Quando aplicável, a contratação incluirá transporte, entrega, instalação, testes operacionais, treinamento de usuários, garantia e assistência técnica, assegurando a plena operacionalização dos equipamentos ao longo de seu ciclo de vida.
- 3.4.

A solução adotada visa assegurar a continuidade dos serviços assistenciais, a melhoria da qualidade do atendimento e o fortalecimento da infraestrutura de apoio às atividades acadêmicas e operacionais da instituição.
- 3.5.

Sua adoção está alinhada às diretrizes institucionais de eficiência administrativa, padronização tecnológica e racionalização dos custos operacionais.
- 3.6.

A presente solução foi definida com base no Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 9/2026 (SEI nº 58066019), contemplando todos os elementos necessários ao adequado atendimento da demanda institucional.
- 3.7.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se em razão da necessidade de aquisições frequentes, da possibilidade de entregas parceladas e da dificuldade de definição prévia dos quantitativos, nos termos da regulamentação vigente do RCC 3.0.
- 3.8.

As especificações técnicas observarão a padronização institucional da Ebserh/HU Brasil, garantindo compatibilidade, desempenho e racionalização das aquisições.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRAÇÃO

- 4.1.

Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo admitidos, em quaisquer circunstâncias, equipamentos recondicionados, remanufaturados, provenientes de mostruário ou que tenham sofrido adaptações em suas configurações originais.
- 4.2.

Os bens deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e seus anexos, especialmente aquelas descritas no **Encarte A – Especificações Técnicas** (58397368)
- 4.3.

As especificações técnicas foram elaboradas de forma a garantir a ampla competitividade, vedado o direcionamento a marcas ou modelos específicos, assegurando a participação do maior número possível de fornecedores, em consonância com os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.
- 4.4.

Quando aplicável, os equipamentos deverão possuir registro ou cadastro válido junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), no momento da assinatura do contrato, em conformidade com a legislação sanitária vigente.
- 4.5.

Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os acessórios, componentes, cabos, softwares e demais itens necessários ao seu pleno funcionamento, ainda que não expressamente mencionados nas especificações, desde que essenciais à sua operação.
- 4.6.

Os equipamentos deverão ser transportados, acondicionados e entregues em condições adequadas que garantam sua integridade física e funcional, observadas as recomendações do fabricante, de modo a evitar danos, deterioração ou perda de desempenho.
- 4.7.

A contratada deverá assegurar a prestação de assistência técnica autorizada, por equipe tecnicamente habilitada, durante todo o período de garantia, com capacidade de atendimento em prazo compatível com as necessidades da contratante, podendo ser exigido o deslocamento de equipe técnica ou a disponibilidade de unidade de atendimento em distância compatível, nos termos do art. 121, parágrafo único, do RCC 3.0.
- 4.8.

Deverá ser garantida a disponibilidade de peças de reposição e suporte técnico no mercado nacional pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos.
- 4.9.

A contratada deverá fornecer, no ato da entrega, toda a documentação técnica dos equipamentos, incluindo manual de operação em língua portuguesa, manual de serviço/manutenção, quando aplicável, e demais documentos técnicos necessários à correta instalação, operação e manutenção dos equipamentos.
- 4.10.

A contratada deverá realizar, quando aplicável e sem ônus adicional para a contratante, a instalação dos equipamentos, testes operacionais e treinamento dos usuários e da equipe técnica.
- 4.11.

Os equipamentos deverão possuir garantia conforme prazos e condições estabelecidos no **Encarte D - Termo de Garantia** (SEI nº 58397464).
- 4.12.

Os equipamentos deverão ser compatíveis com a infraestrutura existente da contratante ou, quando necessário, a contratada deverá fornecer previamente as especificações técnicas para adequação do ambiente de instalação.
- 4.13.

O pagamento observará as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

5. DA NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO

- 5.1. Do instrumento vinculativo

5.1.1.

Homologado o resultado da licitação, será formalizada Ata de Registro de Preços com vigência de 01 (um) ano;

5.1.2.

A Ata de Registro de Preços - ARP poderá ser prorrogada por 01 (um) ano, mediante a necessidade, vantajosidade do preço e anuência do fornecedor;

5.1.3.

A prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços poderá renovar os quantitativos a serem adquiridos, desde que haja acordo específico entre as partes; e

5.1.4.

Inexistindo acordo entre as partes quanto à renovação dos quantitativos, a prorrogação apenas servirá à execução do saldo remanescente.
- 5.2. Da formalização das obrigações

5.2.1.

As obrigações decorrentes deste procedimento de seleção do fornecedor serão, preferencialmente, formalizadas por meio de emissão de nota de empenho, em substituição ao termo contratual, conforme previsão do art. 194, inciso III, do Regulamento de Compras e Contratos da EBSE RH - RCC 3.0, considerando tratar-se de prática usual de mercado.

5.2.2.

Alternativamente, poderá ser formalizada a celebração de Contrato Administrativo para os equipamentos cuja complexidade logística, necessidade de importação, instalação técnica especializada, treinamento operacional, comissionamento ou demais características da execução assim justificarem.

5.2.3.

Nessas hipóteses, o contrato terá vigência inicial de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observada a hipótese prevista no § 2º do art. 192 do RCC 3.0.

5.2.4.

A vigência inicial do contrato foi definida considerando o prazo máximo de até 90 (noventa) dias para entrega dos equipamentos, especialmente nos casos de fornecimento por importação, acrescido do período necessário para realização dos procedimentos de recebimento, instalação, testes operacionais, treinamento e demais etapas previstas.

5.2.5.

O Contrato Administrativo e suas alterações serão assinados eletronicamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, mediante cadastro prévio a ser realizado pelo HC-UFTM após o encerramento da fase de seleção do fornecedor.

5.2.6.

Nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e conforme orientações constantes do Parecer Referencial nº 15/2022/SCAD/CONJUR/PRES-Ebserh/HU Brasil, as disposições relativas ao tratamento de dados pessoais, quando aplicáveis, constarão na minuta contratual, incluindo cláusulas específicas sobre proteção de dados, confidencialidade e responsabilidades das partes.
- 5.3. Adesão à Ata de Registro de Preços

5.3.1.

A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016 que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016, no Regulamento de Compras e Contratos RCC 3.0 e no Decreto nº 11.462/2023;

5.3.2.

A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços;

5.3.3.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.3.4.

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.3.5.

As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem;

5.3.6.

Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.3.7.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

5.3.7.1.

Admite-se em caráter excepcional, que o órgão ou entidade não participante realize a aquisição ou contratação após o prazo de noventa dias da autorização, desde que respeitado o prazo de vigência da ata, nos moldes do art. 96, inciso XIV do RCC 3.0

5.3.8.

Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante;

5.3.9.

Justifica-se a permissão de adesão à ata de registro de preços como medida de mitigação de riscos relacionados à necessidade superveniente de aquisição de equipamentos, especialmente em situações decorrentes de rescisões contratuais, aplicação de sanções a fornecedores ou demandas institucionais não previstas inicialmente.

5.3.10.

A possibilidade de adesão auxilia os hospitais à adquirirem equipamentos já licitados, garantindo o melhor preço proposto, nos casos de urgência e emergência que há necessidade de

- aquisição de forma mais rápida e ágil dos equipamentos. A permissão da adesão irá possibilitar a redução de processos burocráticos, evitando assim a abertura de processos de Dispensa de Licitação, que deverão ser realizados somente em casos excepcionais;
- 5.3.11. Os instrumentos obrigacionais à presente contratação e suas alterações serão assinadas eletronicamente através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, mediante cadastro a ser realizado pelo HC-UFTM, após encerrada a fase seleção do fornecedor.
- 6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO**
- 6.1. Da execução e fornecimento**
- 6.1.1. As ordens de fornecimento serão emitidas conforme a necessidade da Contratante, a partir de solicitação da Unidade Demandante, devidamente revisada pela Unidade Requisitante e aprovada pelo Colegiado Executivo.
- 6.1.2. O fornecimento será executado em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, compreendendo todas as etapas necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo transporte, entrega, instalação, testes operacionais e, quando aplicável, treinamento de usuários.
- 6.1.3. O objeto será formalizado mediante emissão de Nota de Empenho, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento, conforme modelo constante no **Encarte H** (Documento SEI nº 58397611).
- 6.1.4. A Ordem de Fornecimento e a Nota de Empenho serão encaminhadas por meio de correspondência eletrônica, sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela Contratada.
- 6.2. Da entrega dos equipamentos**
- 6.2.1. Após o recebimento da Autorização de Fornecimento, a Contratada deverá entrar em contato com a Contratante para agendamento da entrega e esclarecimento de eventuais dúvidas.
- 6.2.1.1. No momento do envio do objeto, a nota fiscal de remessa do item referente deverá ser encaminhada por meio do *e-mail* **stec.hc-uftm@ebserh.gov.br** com, obrigatoriamente, data de postagem, previsão para entrega e, preferencialmente, com código de rastreio.
- 6.2.2. Os bens deverão ser entregues em local, data e horário definidos pela Contratante, conforme indicado na Ordem de Fornecimento, observadas as condições, prazos e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.2.3. A entrega deverá ocorrer em horário administrativo, de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, podendo, excepcionalmente e a critério da Contratante, ser realizada aos sábados, das 8h às 12h.
- 6.2.4. A entrega deverá ser realizada com a utilização de equipamentos adequados e pessoal capacitado, sendo de inteira responsabilidade da Contratada o dimensionamento da equipe, bem como a movimentação dos bens até o local interno indicado pela Contratante, conforme orientação do Setor de Engenharia Clínica.
- 6.2.4.1. O HC-UFTM reserva-se o direito de recusar a entrega caso a Contratada não disponibilize os recursos necessários para a adequada movimentação e instalação dos equipamentos no local designado.
- 6.2.4.2. Não serão aceitos equipamentos com alterações de projeto ou adaptações em suas configurações originais, sendo vedado o fornecimento de itens recondicionados, reciclados, provenientes de mostruário ou qualquer forma de reutilização.
- 6.2.4.3. Os equipamentos deverão ser compostos exclusivamente por componentes novos, com até 2 (dois) anos de fabricação na data da entrega.
- 6.2.4.4. A entrega compreende a conferência de partes e peças e a realização de testes de funcionalidade, não sendo considerado como entrega o simples recebimento de volumes lacrados.
- 6.2.4.5. As embalagens deverão ser abertas por representante da Contratada, em conjunto com representante da Contratante, admitindo-se exceção mediante autorização formal da Contratada.
- 6.2.4.6. A entrega deverá observar os endereços constantes no **Encarte B - Lista de Endereços para Entrega dos Equipamentos** (Documento SEI nº 58397387).
- 6.3. Dos prazos**
- 6.3.1. O prazo de entrega dos bens será de até **40 (quarenta) dias**, contados do envio da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho.
- 6.3.2. Poderá ser admitida a prorrogação do prazo de entrega, limitada a até **90 (noventa) dias**, mediante comprovação formal de que o equipamento é importado.
- 6.3.3. O prazo para instalação dos equipamentos será de até **15 (quinze) dias úteis**, contados da entrega e da autorização emitida pelo Setor de Engenharia Clínica.
- 6.3.3.1. A instalação de equipamentos poderá ocorrer nos finais de semana, a critério da Contratante.
- 6.4. Dos pré-requisitos e da instalação**
- 6.4.1. No processo de entrega e processo de instalação dos equipamentos, quando requisitado, deverá constar o contato (telefone/e-mail) do responsável da contratada por realizar o recebimento e a instalação, e o detalhamento técnico quanto às necessidades de pré-instalação dos equipamentos, instruindo quanto às instalações de rede elétrica, água e esgoto, aterramento, dimensões do local, blindagens, temperatura, umidade, poeira, partículas, poluentes, proteção ambiental, riscos de acidentes e todas as demais condições físicas pertinentes à instalação dos equipamentos;
- 6.4.2. A instalação dos equipamentos, quando requisitada, deverá ser feita pela contratada, com agendamento prévio entre as partes, em local indicado pela contratante, sem ônus adicional posterior ao processo de aquisição, mediante o acompanhamento de representante da contratante;
- 6.4.3. A instalação dos equipamentos, quando requisitada, compreende, a movimentação vertical e/ou horizontal dos equipamentos pelos acessos normais do hospital até o local de instalação, a montagem dos equipamentos, a realização de testes operacionais, configuração de presets e ajustes que coloquem os equipamentos em pleno funcionamento, além da realização, quando requisitado, da Calibração (Englobando todos os instrumentos e/ou parâmetros passíveis de calibração), Treinamento Operacional e/ou Treinamento Técnico para os profissionais da contratante;
- 6.4.4. Deverá ser entregue com o equipamento o manual de operação atualizado em português;
- 6.4.5. Todos os custos envolvidos com **armazenamento e transporte** do equipamento até o local de instalação serão por conta do fornecedor.
- 6.4.6. A critério do HC-UFTM, a instalação poderá ser realizada nos finais de semana.
- 6.4.7. Todos os custos relacionados ao transporte, armazenamento e instalação serão de responsabilidade da Contratada.
- 6.5. Do treinamento**
- 6.5.1. O Treinamento Operacional para os usuários do corpo clínico e equipe do Setor de Engenharia Clínica da contratante, quando requisitado, deverá ter como escopo a operação dos equipamentos, e incluir tópicos como instruções operacionais, princípios de funcionamento, aplicações de uso, configurações de , montagem do equipamento e acessórios, rotinas de limpeza e desinfecção, solução de presets pequenos problemas, etc.;
- 6.5.2. O contratante poderá solicitar o treinamento em até **10 (dez) turmas em turnos, podendo abranger (manhã/ tarde/ noite)**;
- 6.5.3. O treinamento será, preferencialmente, na modalidade presencial. Porém, a critério da Contratante, poderá ser autorizado que seja na modalidade à distância.
- 6.5.4. A partir da data de solicitação de treinamento operacional, a contratada terá o **prazo máximo de 15 (quinze) dias** para ministrar os treinamentos para as equipes da contratada.
- 6.5.5. O contratante poderá solicitar um recall de treinamento num prazo não inferior a 6 (seis) meses, a contar do primeiro treinamento realizado, quando aplicável.
- 6.5.6. Cada treinamento operacional e treinamento técnico deverão possuir a seguinte carga horária mínima de 1 (uma) hora.
- 6.5.7. O treinamento operacional, para os usuários do corpo clínico e equipe de engenharia clínica do HC-UFTM, deverá ter minimamente como escopo a operação dos equipamentos e incluir tópicos como instruções operacionais, princípios de funcionamento, aplicações de uso, configurações de pré-ajustes, montagem do equipamento e acessórios, rotinas de limpeza e desinfecção, solução de pequenos problemas etc.;
- 6.5.7.1. Emitir Certificado de Treinamento Operacional para o corpo clínico e equipe de engenharia clínica do quadro de profissionais da CONTRATANTE treinados.
- 6.5.7.2. O Treinamento Técnico, para equipe de engenharia clínica do quadro de profissionais da CONTRATANTE, deverá ter como escopo a Manutenção Corretiva e Preventiva dos equipamentos, devendo atender aos seguintes requisitos:
- 6.5.7.2.1. Incluir tópicos como detalhamento técnico, identificação dos defeitos mais comuns e suas prováveis soluções, procedimentos de manutenção preventiva, e demais rotinas de verificação e/ou manutenção;
- 6.5.7.2.2. Envolver todas as partes dos equipamentos e oferecer um nível de conhecimento equivalente ao fornecido pela CONTRATADA ao seu próprio corpo técnico;
- 6.5.7.2.3. Emitir Certificado de Treinamento Técnico para a equipe de engenharia clínica do quadro de profissionais da CONTRATANTE treinada.
- 6.6. Da documentação dos equipamentos**
- 6.6.1. Os equipamentos e demais produtos sujeitos ao controle sanitário deverão possuir registro válido junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no momento da assinatura do contrato, ou declaração de dispensa de registro, em conformidade com a legislação vigente.
- 6.6.2. A contratada deverá encaminhar, no ato da entrega dos bens, os manuais de operação e de serviço, em formato impresso e/ou digital, observando-se, no mínimo, os seguintes quantitativos: uma via impressa do manual de operação por unidade adquirida; uma via digital do manual de operação por item; e uma via impressa e uma via digital do manual de serviço por item, salvo dispensa expressa pela Contratante.
- 6.6.3. O manual de operação deverá conter, obrigatoriamente, no mínimo: índice e sumário; descrição das aplicações clínicas do equipamento; instruções operacionais completas e claras quanto à utilização correta; descrição de todos os controles da unidade; especificações técnicas gerais e específicas; advertências e precauções necessárias à segurança do paciente, do operador e do ambiente, incluindo riscos elétricos, químicos, biológicos e mecânicos; relação completa de insumos, acessórios e suprimentos necessários ao funcionamento seguro; bem como procedimentos e produtos recomendados para limpeza, desinfecção e/ou esterilização, quando aplicável. O manual deverá estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com as disposições regulatórias vigentes.

6.6.4. O manual de serviço deverá compreender, no mínimo: índice e/ou sumário; identificação e canais de contato da contratada para suporte técnico; esquemas técnicos compatíveis com a complexidade do equipamento (tais como diagramas de blocos, esquemáticos, elétricos, eletrônicos, pneumáticos ou hidráulicos, conforme o caso); procedimentos de calibração; relação de placas, módulos e componentes com suas respectivas funções; lista de códigos de erros e respectivas soluções; rotinas de manutenção preventiva e corretiva; relação e especificação dos equipamentos e instrumentos de teste necessários; bem como guias de diagnóstico e solução de falhas (troubleshooting), inclusive com eventual disponibilização de softwares de diagnóstico, quando aplicável.

6.6.5. A CONTRATADA poderá exigir a confidencialidade do manual de serviço, em razão da proteção à sua propriedade industrial ou intelectual, hipótese em que poderá ser adotado o **Modelo de Termo de Confidencialidade – Encarte G** (Documento SEI nº 58397572).

6.6.6. A critério da Contratante, poderá ser dispensada a apresentação do manual de serviço, conforme a natureza e complexidade do equipamento.

6.6.7. O HC-UFTM compromete-se a resguardar a confidencialidade das informações técnicas recebidas, observando os limites autorizados pelo fabricante e o nível de capacitação da equipe técnica.

6.6.8. A contratada será responsável por garantir a rastreabilidade dos manuais fornecidos, mantendo registro formal de entrega, versões e eventuais atualizações, para fins de controle, auditoria e conformidade.

6.6.9. Durante todo o período de garantia contratual, a contratada deverá fornecer, sem ônus adicional, todas as atualizações, revisões e complementações dos manuais de operação e de serviço, sempre que houver alterações técnicas, regulatórias ou recomendações do fabricante.

6.6.10. A não apresentação dos manuais, sua entrega incompleta ou em desconformidade com as exigências estabelecidas neste instrumento será considerada irregularidade, podendo ensejar a recusa do recebimento do equipamento, a aplicação das penalidades administrativas cabíveis e a adoção das demais medidas previstas contratualmente e na legislação vigente.

6.7. **Das notificações de risco, recall e tecnologia -**

6.7.1. A contratada deverá, obrigatoriamente, notificar por escrito o contratante e o Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (HC-UFTM) sempre que houver:

6.7.1.1. A emissão de aviso de defeito;

6.7.1.2. A determinação ou recomendação de recall; ou

6.7.1.3. A divulgação de alerta de tecnologia relacionada a qualquer um dos equipamentos fornecidos, ainda que tal comunicação seja realizada por iniciativa do fabricante, de órgão regulador nacional ou internacional, ou de qualquer entidade competente.

6.7.2. A notificação referida no item anterior deverá ser formalizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que a contratada tiver ciência do primeiro anúncio ou comunicação oficial do defeito, recall ou alerta de tecnologia, independentemente de sua origem ou do país em que tenha sido divulgado.

6.7.3. A notificação deverá conter, no mínimo:

6.7.3.1. A identificação completa do equipamento afetado, incluindo marca, modelo, número de série e lote, se aplicável;

6.7.3.2. A descrição detalhada do risco, falha ou defeito identificado;

6.7.3.3. A cópia da comunicação oficial do fabricante ou do órgão regulador;

6.7.3.4. As orientações recomendadas para mitigar ou eliminar o risco, incluindo eventuais providências corretivas ou substitutivas;

6.7.3.5. A estimativa de prazo para resolução definitiva da situação.

6.7.4. A contratada será responsável por adotar, sem ônus adicional para o contratante, todas as medidas corretivas, preventivas ou de substituição que se fizerem necessárias em decorrência do defeito, recall ou alerta de tecnologia, conforme as orientações do fabricante e/ou determinações do órgão regulador competente.

6.7.5. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula ensejará a aplicação das penalidades contratuais cabíveis, podendo ainda configurar causa para rescisão contratual, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas e penais aplicáveis.

6.8. **Das condições de garantia dos equipamentos e assistência técnica**

6.8.1. A contratada deverá manter assistência técnica permanente, prestada por equipe especializada e tecnicamente habilitada, apta a atuar em todo o território nacional, de modo a assegurar ao contratante a plena operação dos equipamentos fornecidos, sempre nas melhores condições de funcionamento, segurança e confiabilidade, conforme as especificações do Termo de Referência e seus anexos,;

6.8.2. Em caso de alegação de defeito decorrente de vandalismo, depredação ou mau uso, caberá exclusivamente à contratada comprovar e demonstrar tal circunstância, mediante a apresentação de relatório técnico detalhado, elaborado por profissional legalmente habilitado, com registro ativo no respectivo Conselho de Classe competente.

6.8.2.1. O relatório deve conter, no mínimo:

6.8.2.1.1. Descrição minuciosa do defeito constatado;

6.8.2.1.2. Identificação clara dos indícios ou evidências que comprovem o vandalismo, depredação ou mau uso;

6.8.2.1.3. Registro fotográfico da não conformidade;

6.8.2.1.4. Indicação dos ensaios, testes e procedimentos realizados para a identificação do defeito, com a devida especificação dos equipamentos, instrumentos e softwares utilizados, bem como sua rastreabilidade, quando aplicável;

6.8.2.1.5. Identificação nominal, assinatura e número de registro do(s) profissional(is) responsável(is) pela elaboração do relatório.

6.8.2.2. Uma via física do relatório, datada e assinada, deverá ser formalmente encaminhada ao contratante, que poderá contestar a sua veracidade ou validade, apresentando as razões de fato e de direito que entender pertinentes.

6.8.3. O prazo de garantia contratual corresponde ao período, contado em meses, no qual a contratada se compromete a manter os bens fornecidos em perfeito estado de funcionamento, configurados de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e seus anexos, bem como de acordo com as normas técnicas aplicáveis;

6.8.4. O prazo de garantia terá início a partir da data de instalação definitiva e operacional do equipamento, ou da data de conclusão do treinamento dos usuários, quando este for formalmente requisitado pelo contratante, prevalecendo a que ocorrer por último;

6.8.5. Para fins deste contrato, considera-se que o equipamento encontra-se em perfeito funcionamento quando, após eventual manutenção ou intervenção técnica, operar conforme todas as especificações previstas no Termo de Referência e seus anexos, com desempenho equivalente ou superior às condições de fábrica, incluindo todas as funcionalidades originais;

6.8.6. Durante todo o período de garantia, a contratada será integralmente responsável por quaisquer vícios ou defeitos de fabricação, falhas decorrentes de projeto, desgaste anormal, defeitos de materiais, peças, acessórios e componentes dos equipamentos fornecidos, obrigando-se a:

6.8.6.1. Reparar, corrigir ou substituir, sem qualquer ônus para o contratante, todos os itens que apresentarem mau funcionamento ou não conformidade;

6.8.6.2. Fornecer, quando necessário, peças, acessórios, componentes e materiais genuínos e novos, compatíveis com o modelo e versão do equipamento,;

6.8.7. A garantia será prestada, preferencialmente, no local onde os equipamentos foram instalados e encontram-se em operação. Caso, excepcionalmente, seja necessária a remoção do equipamento para manutenção externa, todos os custos relacionados ao transporte, embalagem, seguro, deslocamento, serviços técnicos e quaisquer outros encargos decorrentes serão de responsabilidade exclusiva da contratada, sem prejuízo de assegurar ao contratante, quando cabível, equipamento substituto equivalente, de modo a não comprometer a continuidade das atividades do HC-UFTM;

6.8.8. Durante o período de garantia, será admitida a substituição definitiva de equipamentos defeituosos por outros de igual modelo ou, mediante prévia anuência formal do contratante, por equipamentos de tecnologia superior, desde que compatíveis com as necessidades operacionais, as especificações técnicas do contrato e sem qualquer ônus adicional para o contratante;

6.8.9. O não atendimento às obrigações estabelecidas nesta cláusula sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente, podendo, ainda, ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo das indenizações por eventuais prejuízos causados ao contratante.

6.9. **Sobre a Assistência Técnica durante o Prazo de Garantia dos Equipamentos**

6.9.1. **Condições Gerais**

6.9.1.1. Para fins deste contrato, considera-se Equipe Interna a equipe vinculada ao Setor de Engenharia Clínica do HC-UFTM, composta por profissionais próprios e/ou terceirizados, legalmente habilitados e qualificados para a realização de atividades de gestão, acompanhamento e intervenções técnicas em equipamentos médico-hospitalares,;

6.9.1.2. Horário de Assistência Técnica são os dias/ horários para usual prestação da garantia, conforme disposto no Termo de Referência e seus anexos;

6.9.1.3. Entende-se por a intervenção não previamente planejada, composta por um Manutenção Corretiva conjunto de ações destinadas a corrigir falhas, defeitos ou degradações de desempenho em um ou mais equipamentos médico-hospitalares, compreendendo, mas não se limitando a: substituição de peças, componentes ou acessórios, realização de ajustes, reparos e reinstalação de sistemas operacionais e/ou aplicativos necessários ao pleno funcionamento do equipamento;

6.9.1.4. O Pré-Atendimento Técnico consiste na presença de técnico da Equipe Interna, no local de instalação do equipamento, para análise preliminar e verificação da necessidade de Manutenção Corretiva, com o objetivo de subsidiar ou, se possível, solucionar a demanda antes da abertura de um Chamado Técnico à contratada;

6.9.1.5. O Chamado Técnico consiste na solicitação formal efetuada pela contratante à contratada, dentro do Horário de Assistência Técnica, visando ao atendimento de uma demanda específica de Manutenção Corretiva em determinado equipamento médico-hospitalar;

6.9.1.6. O Atendimento Técnico corresponde à presença de técnico ou equipe técnica da contratada, no local de instalação do equipamento, para a execução das ações necessárias à

Manutenção Corretiva demandada, resultando obrigatoriamente na emissão de Documento de Manutenção Corretiva, individualizado por equipamento atendido, o qual deverá conter, no mínimo:

- 6.9.1.6.1. Identificação completa do equipamento (marca, modelo, número de série e patrimônio);
- 6.9.1.6.2. Descrição da falha detectada;
- 6.9.1.6.3. Descrição dos serviços e ações realizadas;
- 6.9.1.6.4. Descrição de eventuais pendências;
- 6.9.1.6.5. Peças ou componentes substituídos, se houver;
- 6.9.1.6.6. Status do equipamento após atendimento técnico;
- 6.9.1.6.7. Ata, hora de início e término do atendimento;
- 6.9.1.6.8. Identificação e assinatura do técnico responsável.

6.9.1.7. O Tempo de Atendimento Técnico é o intervalo de tempo, contado em dias úteis, compreendido entre a abertura do Chamado Técnico e a realização do primeiro Atendimento Técnico pela contratada, o qual deve obedecer aos prazos máximos definidos no Termo de Referência e seus anexos;

6.9.1.8. O Tempo de Reparo corresponde ao período, contado em dias úteis, entre a abertura do Chamado Técnico e a solução efetiva da não conformidade, com a plena restauração das condições de funcionamento do equipamento, conforme especificações de fábrica e do Termo de Referência;

6.9.1.9. A Manutenção Preventiva consiste em intervenção previamente planejada e programada, com a realização de um conjunto de ações, em intervalos predeterminados e conforme critérios técnicos prescritos pelo fabricante, destinada a minimizar a probabilidade de falhas ou degradação do equipamento. Cada intervenção preventiva deverá resultar na emissão de um Documento de Manutenção Preventiva, individualizado por equipamento médico-hospitalar atendido, contendo:

- 6.9.1.9.1. Identificação completa do equipamento;
- 6.9.1.9.2. Descrição dos procedimentos realizados;
- 6.9.1.9.3. Peças ou componentes substituídos, se houver;
- 6.9.1.9.4. Data, hora de início e término da intervenção;
- 6.9.1.9.5. Identificação e assinatura do técnico responsável.

6.9.1.10. A Calibração consiste na execução de um conjunto de ações técnicas destinadas a assegurar a confiabilidade metrológica de instrumentos de medição e/ou equipamentos médico-hospitalares, mediante comparação dos valores indicados com padrões rastreáveis ao Sistema Internacional de Unidades (SI). Cada intervenção de calibração deverá resultar na emissão de um Certificado de Calibração, individualizado por equipamento atendido, contendo, obrigatoriamente:

- 6.9.1.10.1. Identificação completa do equipamento;
- 6.9.1.10.2. Resultados da calibração;
- 6.9.1.10.3. Incertezas associadas;
- 6.9.1.10.4. Padrões utilizados e sua rastreabilidade à Rede Brasileira de Calibração (RBC/INMETRO);
- 6.9.1.10.5. Data de realização;
- 6.9.1.10.6. Identificação e assinatura do profissional ou laboratório responsável, com as respectivas creditações ou certificações.

6.9.1.11. Condições Específicas

6.9.1.11.1. O Horário de Assistência Técnica deverá ser em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, em horário comercial, definido entre 08h e 18h, observando-se as particularidades do Termo de Referência e seus anexos. Excepcionalmente, a prestação dos serviços poderá ocorrer em outros dias e horários, mediante prévio e formal acordo entre a contratante e a contratada, com vistas a assegurar a continuidade das atividades assistenciais do HC-UFTM;

6.9.1.11.2. A solicitação do Chamado Técnico à contratada enseja o início da contagem dos respectivos Tempo de Atendimento Técnico e Tempo de Reparo, que deverão ser rigorosamente cumpridos, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis;

6.9.1.11.3. O Tempo de Atendimento Técnico não poderá exceder a 02 (dois) dias úteis, contados da data de solicitação formal do Chamado Técnico. Eventuais atrasos deverão ser previamente justificados e formalmente aprovados pelo fiscal do contrato, sob pena de caracterização de descumprimento contratual.

6.9.1.11.4. O Tempo de Reparo não poderá exceder a 10 (dez) dias úteis, a contar da data de abertura do Chamado Técnico. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa técnica circunstanciada, aprovada pelo fiscal do contrato, o prazo poderá ser estendido até o limite máximo de 30 (trinta) dias corridos, observadas as disposições legais aplicáveis.

6.9.1.11.5. Os Chamados Técnicos podem, a critério exclusivo da contratante, ser precedidos de um Pré-Atendimento Técnico pela Equipe Interna, com o objetivo de realizar diagnóstico prévio da falha e subsidiar a atuação da contratada;

6.9.1.11.6. Em todo e qualquer Atendimento Técnico cuja intervenção implique alteração dos parâmetros originais do Equipamento Médico-Hospitalar, a contratada deverá, obrigatoriamente, realizar a respectiva Calibração, antes da liberação do equipamento para uso assistencial.

6.9.1.11.7. Quando houver, no Manual Operacional e/ou no Manual Técnico do Fabricante, orientações para a realização de Manutenções Preventivas, estas deverão ser integralmente cobertas pela garantia, sem quaisquer ônus para a contratante, e executadas de acordo com as atividades e periodicidades recomendadas, incluindo, sempre que indicado, a substituição de itens consumíveis, tais como: baterias, células de oxigênio, filtros, kits de peças, válvulas, coolers, borrachas, mangueiras, o-rings, vedações, entre outros.

6.9.1.11.8. Os equipamentos deverão ser calibrados na instalação e periodicamente durante todo o período de garantia, sendo que o intervalo máximo entre calibrações não poderá exceder 01 (um) ano. A cada calibração, deverá ser emitido e entregue à contratante um Certificado de Calibração em conformidade com a norma NBR ISO/IEC 17025.

6.9.1.11.9. Os Certificados de Calibração devem atender aos requisitos do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC) e demais normas e legislações aplicáveis, devendo conter, no mínimo:

- 6.9.1.11.9.1. Identificação dos padrões utilizados, com suas respectivas rastreabilidades;
- 6.9.1.11.9.2. Pontos de aferição realizados;
- 6.9.1.11.9.3. Valores das leituras em cada ponto;
- 6.9.1.11.9.4. Valor médio das leituras em cada ponto;
- 6.9.1.11.9.5. Faixa de aceitação para cada ponto de aferição;
- 6.9.1.11.9.6. Faixa da “média das leituras \pm Uk” para cada ponto;
- 6.9.1.11.9.7. Resultado da conformidade normativa para cada ponto aferido.

6.9.1.11.10. A contratada deverá entregar à contratante, no ato da instalação dos equipamentos, o calendário completo de Manutenção Preventiva e Calibração para todo o período de garantia, contendo datas previstas e prazos máximos para execução das intervenções programadas;

6.9.1.11.11. A contratada deverá manter, durante todo o período de garantia, peças de reposição originais, ou, quando esgotadas, peças de qualidade e desempenho equivalente, compatíveis com o equipamento fornecido, a fim de assegurar a celeridade na execução das manutenções corretivas e preventivas.

6.9.1.11.12. Todos os custos relacionados ao transporte dos equipamentos, peças, acessórios, ferramentas ou técnicos necessários à execução da assistência técnica, sejam para atendimento no local de instalação ou em laboratório externo, correrão por conta exclusiva da contratada, sem ônus para a contratante, eis com o equipamento fornecido, a fim de assegurar a celeridade na execução das manutenções corretivas e preventivas.

6.9.1.11.13. Durante o período de manutenção corretiva ou preventiva que inviabilize o uso do equipamento, a contratada deverá, quando solicitado pela contratante, disponibilizar equipamento similar ou de tecnologia superior em regime de comodato, com o objetivo de não comprometer a continuidade dos serviços assistenciais prestados pelo HC-UFTM.

6.9.1.11.14. Toda intervenção técnica deverá ser realizada por profissionais da contratada legalmente habilitados, com formação e capacitação específica para atuação no tipo de equipamento fornecido, sendo obrigatória a comprovação mediante apresentação de certificados de treinamento e registro profissional, sempre que requisitado pela contratante.

6.9.1.11.15. A contratada deverá manter, e disponibilizar à contratante sempre que solicitada, uma base histórica consolidada contendo os registros completos de todas as intervenções técnicas realizadas nos equipamentos, incluindo relatórios de manutenção corretiva, preventiva, certificados de calibração, peças substituídas e demais informações relevantes.

6.10. Do controle e fiscalização da execução

6.10.1. Nos termos do art. 207 do Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0), será designado representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, registrando em instrumento próprio todas as ocorrências e determinando as providências necessárias à regularização de eventuais falhas ou defeitos.

6.10.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, não implicando responsabilidade da Contratante ou de seus agentes.

6.10.3. O fiscal do contrato deverá manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução, indicando data, responsáveis envolvidos e medidas adotadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente quando necessário.

- 6.10.4.

O recebimento provisório e definitivo dos bens, com o respectivo ateste das Notas Fiscais, somente será realizado após a verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.10.5.

O gestor do contrato será o Chefe do Setor de Engenharia Clínica e atuará como gestor da ata de registro de preços sendo o responsável pelo recebimento provisório e definitivo dos bens adquiridos no âmbito desta contratação.
- 6.10.6.

Em caso de ausência ou impedimento, o recebimento provisório e definitivo será realizado pelo substituto legal da chefia, formalmente designado para a função.
7.

DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 7.1.

A execução do contrato decorrente deste Termo de Referência será acompanhada e fiscalizada por representantes da CONTRATANTE especialmente designados, ou por seus substitutos, nos termos do art. 207 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh/HU Brasil - RCC 3.0, com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância da legislação aplicável.
- 7.2.

A gestão e a fiscalização da execução contratual competem aos gestores da execução do contrato, que atuarão com o apoio da fiscalização técnica, administrativa e, quando aplicável, setorial, conforme as peculiaridades do objeto, nos termos do art. 209 do RCC 3.0.
- 7.3.

Para os fins deste contrato, considera-se:
- 7.3.1.

Gestão do contrato: coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente à formalização de procedimentos relativos a pagamento, alterações, sanções, prorrogações e demais eventos contratuais;
- 7.3.2.

Fiscalização técnica: acompanhamento da execução do objeto com o objetivo de avaliar se o fornecimento dos bens está em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 7.3.3.

Fiscalização administrativa: acompanhamento dos aspectos administrativos do contrato, especialmente quanto ao cumprimento de prazos, regularidade documental e demais requisitos formais necessários ao pagamento;
- 7.3.4.

Fiscalização setorial, quando aplicável: acompanhamento da execução do contrato nos casos em que o fornecimento ocorrer em diferentes unidades ou setores da CONTRATANTE.
- 7.3.5.

A designação do gestor e dos fiscais do contrato será formalizada por ato da autoridade competente, nos termos do art. 210 do RCC 3.0, devendo os designados serem previamente cientificados de suas atribuições.
- 7.4.

Na ausência ou impedimento dos agentes designados, as atribuições serão exercidas por seus substitutos legais ou, na inexistência destes, pela chefia da unidade demandante, que assumirá integralmente as responsabilidades pela gestão e fiscalização.
- 7.5.

A CONTRATADA deverá indicar formalmente preposto para representá-la durante a execução do contrato, com poderes para tomar decisões e prestar esclarecimentos à CONTRATANTE, nos termos do art. 208 do RCC 3.0.
- 7.6.

A eventual contratação de terceiros para apoio à fiscalização poderá ocorrer mediante justificativa da necessidade de assistência especializada, não afastando a responsabilidade dos representantes da CONTRATANTE, conforme art. 207, §§ 1º e 2º do RCC 3.0.
- 7.7.

A fiscalização contratual deverá registrar as ocorrências relevantes da execução em processo administrativo próprio, vinculado ao processo principal da contratação, conforme art. 212 do RCC 3.0.
8.

DA INSTALAÇÃO, RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO E PAGAMENTO
- 8.1.

Da instalação e requisitos técnicos
- 8.1.1.

A instalação dos equipamentos, quando aplicável, conforme especificações constantes no **Encarte A - Especificações Técnicas dos Equipamentos Médico-hospitais**, (Documento SEI 58397368) será realizada mediante agendamento prévio, em local indicado pela CONTRATANTE, com a presença de representantes da CONTRATADA e da CONTRATANTE.
- 8.1.2.

Para a instalação, a CONTRATADA deverá fornecer previamente o contato (telefone e e-mail) do responsável técnico, bem como apresentar o detalhamento das condições necessárias à pré-instalação dos equipamentos, incluindo requisitos de rede elétrica, água e esgoto, aterramento, dimensões do local, condições ambientais (temperatura, umidade, poeira, partículas e poluentes), proteção ambiental, segurança e demais condições físicas pertinentes.
- 8.1.3.

A instalação dos equipamentos deverá ocorrer sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, mediante acompanhamento de representante da CONTRATANTE.
- 8.1.4.

Em casos excepcionais, devidamente autorizados pela fiscalização, poderá ser realizada a abertura das embalagens por representante da CONTRATANTE, mediante emissão de Termo de Responsabilidade pela CONTRATADA - **Encarte E** (Documento SEI 58397501).
- 8.2.

Do checklist técnico e critérios de aceitação
- 8.2.1.

Durante a etapa de instalação e verificação inicial, será utilizado o **Encarte F - Checklist Técnico**, que subsidiará o **Termo de Recebimento Provisório (TRP)** , (Documento SEI nº 58397542).
- 8.2.2.

O checklist técnico contemplará, no que couber, os critérios previstos no art. 214 do RCC 3.0, incluindo: conformidade entre o objeto contratado e a nota fiscal, integridade da embalagem e do equipamento, conformidade de marca, modelo, quantidades e acessórios, documentação técnica obrigatória, condições de instalação, testes de funcionamento e desempenho, compatibilidade com infraestrutura existente, quando aplicável.
- 8.3.

Das condições de recebimento
- 8.3.1.

O recebimento do objeto observará o disposto nos arts. 214 a 216 do RCC 3.0, podendo ocorrer nas seguintes modalidades:
- 8.3.1.1.

Não recebimento provisório ou definitivo: Ocorrerá quando forem identificadas não conformidades impeditivas ao uso do equipamento. Nessa hipótese, não será emitido TRP ou TRD, e não haverá pagamento até a regularização integral das pendências.
- 8.3.1.2.

Recebimento provisório (TRP): Será emitido quando constatada a conformidade inicial do equipamento, ainda que existam pendências que não comprometam o uso assistencial. Nesta hipótese, poderá ser autorizado pagamento parcial, conforme disposto neste Termo de Referência.
- 8.3.1.3.

Recebimento definitivo (TRD): Será emitido após a verificação completa da conformidade do objeto, incluindo instalação, funcionamento, treinamento (quando aplicável) e saneamento de eventuais pendências.
- 8.3.2.

Do recebimento provisório
- 8.3.2.1.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a partir da entrega, pelo(a) responsável pela fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 8.3.2.2.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da notificação da CONTRATADA, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 8.3.3.

Do recebimento definitivo
- 8.3.3.1.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da conclusão da instalação, realização dos testes de funcionamento, treinamentos (quando aplicável) e verificação da qualidade e quantidade do objeto, mediante termo circunstanciado.
- 8.3.3.2.

Na hipótese de a verificação não ser realizada dentro do prazo fixado, reputar-se-á como efetuado o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 8.3.3.3.

O recebimento definitivo constitui o ateste da execução da despesa, sendo condição indispensável para o pagamento, nos termos do art. 216 do RCC 3.0.
- 8.3.3.4.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos decorrentes da execução inadequada do objeto.
- 8.3.4.

Do pagamento
- 8.3.4.1.

Não será adotado pagamento antecipado, nos termos do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh/HU Brasil (RCC 3.0), art. 186, por não se tratar de hipótese que justifique tal medida.
- 8.3.4.2.

O pagamento poderá ser realizado de forma parcelada, vinculado às etapas de recebimento do objeto, conforme segue:
- 8.3.4.2.1.

A emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP) poderá autorizar o pagamento de até 80% (oitenta por cento) do valor do equipamento, desde que constatada a conformidade inicial que permita seu uso assistencial;
- 8.3.4.2.2.

A emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) autorizará o pagamento do saldo remanescente de 20% (vinte por cento), ou, quando não houver etapa provisória, o pagamento integral do objeto.
- 8.3.4.3.

Tal sistemática não caracteriza pagamento antecipado, estando vinculada à efetiva entrega, instalação e verificação do objeto.
- 8.3.4.4.

Os pagamentos serão realizados conforme a legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021, o Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh/HU Brasil (RCC 3.0) e, subsidiariamente, a Instrução Normativa MP/SEGES nº 3/2018.
- 8.3.4.5.

Os pagamentos serão efetuados através de Ordens Bancárias emitidas pelo Sistema Integrado de Administração e Finanças (SIAFI) do Governo Federal, mediante o recebimento do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), pela unidade administrativa responsável pela gestão da ata de registro de preço, contendo o detalhamento dos materiais/equipamentos entregues.
- 8.3.4.6.

Os pagamentos serão efetuados no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da emissão do respectivo Termo de Recebimento (Provisório ou Definitivo), mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), devidamente atestada.
- 8.3.4.7.

Não se realizará pagamento através de Boleto Bancário, os pagamentos serão efetuados, apenas, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), representada pelo DANFE.
- 8.3.5.

Ocorrendo qualquer situação que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo previsto de 30 (trinta) dias será suspenso até a sua regularização.

- 8.3.5.1.

A adjudicatária é obrigada a emitir DANFE devendo encaminhar para o e-mail informado na Ordem de Fornecimento, o documento em arquivo digital no formato pdf.
- 8.3.5.2.

A adjudicatária deverá obrigatoriamente destacar na DANFE a tributação a ser retida, conforme art. 2º, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.
- 8.3.5.3.

A DANFE deverá conter na descrição, ou nas informações complementares, os seguintes dados: o número da licitação e o número da nota de empenho correspondente; e os dados bancários para a realização do pagamento (banco, agência e conta corrente).
- 8.3.5.4.

A DANFE deverá obrigatoriamente expressar os seguintes elementos essenciais:

a) a data de emissão posterior à de emissão da nota de empenho;

b) o CNPJ e o endereço do HC-UFTM;

c) o CNPJ da empresa adjudicada, que deverá ser o mesmo informado nos documentos de habilitação da licitação que deu origem à ata de registro de preço.
- 8.3.5.5.

É possível a emissão da DANFE pela filial ou matriz do CNPJ , desde que a filial ou matriz mantenha as mesmas condições de habilitação previstas na licitação.
- 8.3.5.6.

Serão deduzidas de pleno direito, do valor da NF-e apresentada para pagamento, caso se constate que a adjudicatária:

8.3.5.6.1.

Deixou de realizar as obrigações contratadas, ou não as realizou com a qualidade mínima exigida.

8.3.5.6.2.

Podendo ser deduzidas, ainda:

8.3.5.6.2.1.

Multas impostas pelo HC-UFTM;

8.3.5.6.2.2.

Multas, indenizações ou despesas impostas à adjudicatária, por autoridades competentes, em decorrência do descumprimento de leis e regulamentos aplicáveis à espécie;

8.3.5.6.2.3.

Pagamentos indevidos, após verificação em regular processo administrativo com a garantia do contraditório e da ampla defesa;

8.3.5.6.2.4.

Quaisquer débitos a que tiver dado causa.
- 8.3.6.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.3.7.

A cada pagamento à adjudicatária, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação, observadas as seguintes condições, conforme art. 31 da IN MP/SEGES nº 3/2018.

8.3.7.1.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da adjudicatária, deve-se providenciar a sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a adjudicatária regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério do HC-UFTM, conforme incisos I e II do art. 31 IN MP/SEGES nº 3/2018.

8.3.7.2.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o HC-UFTM comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da adjudicada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pelo HC-UFTM, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, conforme inciso III do art. 31 da IN MP/SEGES nº 3/2018.

8.3.7.3.

Persistindo a irregularidade, o HC-UFTM adotará as medidas necessárias à rescisão do Contrato, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à adjudicatária a ampla defesa, conforme inciso IV do art. 31 da IN MP/SEGES nº 3/2018.

8.3.7.4.

Havendo o efetivo fornecimento, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a adjudicatária não regularize sua situação junto ao SICAF, conforme inciso V do art. 31 da IN MP/SEGES nº 3/2018.

8.3.7.5.

Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pelo Superintendente, não será rescindido o Contrato na situação irregular no SICAF, conforme inciso VI do art. 31 da IN MP/SEGES nº 3/2018.

8.3.7.6.

No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.3.8.

Em caso de dúvidas sobre emissão da NF-e ou mudança do enquadramento fiscal, a adjudicada deverá entrar em contato com o Setor de Contabilidade nos contatos informados na Ordem de Fornecimento.

8.3.9.

Em caso de posicionamento sobre pagamento de NF-e após os prazos constantes no item 8.3.4.6, a adjudicada poderá entrar em contato com o Setor de Gestão Orçamentária e Financeira nos contatos informados na Ordem de Fornecimento.

9. DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 9.1.

A seleção do fornecedor será realizada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do art. 6º, inciso IV, do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh/HU Brasil (RCC 3.0).
- 9.2.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) fundamenta-se na necessidade de contratações frequentes e na impossibilidade de definição prévia e precisa das quantidades demandadas, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar nº 9/2026 (SEI nº58066019), nos termos do art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023.

10. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO IMPEDIMENTOS E OBSERVÂNCIA ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

- 10.1.

Como condição para participação no certame e futura contratação, o licitante deverá:

10.1.1.

Observar as disposições constantes nas políticas institucionais da Ebserh/HU Brasil aplicáveis à contratação, especialmente aquelas relativas à integridade, prevenção à fraude e corrupção, relacionamento com fornecedores, transações com partes relacionadas, sustentabilidade nas contratações e proteção de dados pessoais, nos termos do art. 6º, inciso VII, do RCC 3.0;

10.1.2.

Não se enquadrar em quaisquer das hipóteses de impedimento previstas no art. 70 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh/HU Brasil (RCC 3.0), devendo declarar formalmente a inexistência de impedimentos, inclusive quanto às hipóteses de impedimentos indiretos;

10.1.3.

Apresentar proposta de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, observando o modelo constante do **Encarte C** (Documento SEI nº 58397440).

10.1.4.

Observar, no que couber, as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), adotando as medidas necessárias para assegurar a conformidade de suas operações com a legislação vigente e com as orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

10.1.5.

A verificação do cumprimento das condições de participação e da inexistência de impedimentos poderá ser realizada pela Administração a qualquer tempo, inclusive mediante diligências, podendo ser solicitadas declarações e documentos complementares.

10.1.6.

O descumprimento das condições previstas neste item implicará na inabilitação do licitante ou, caso verificado posteriormente, na impossibilidade de contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 11.1.

A seleção do fornecedor será realizada por meio de **pregão, na forma eletrônica**, nos termos do art. 6º, inciso IV, do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh/HU Brasil (RCC 3.0).
- 11.2.

O procedimento de aquisição será conduzido com base na documentação produzida durante o planejamento da contratação, por meio da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, no Portal de Compras do Governo Federal - *Compras.gov*, de acesso público na internet, de acordo com o art. 6º, inciso IV, do RCC 3.0, com adoção dos seguintes parâmetros:

I -

O critério de julgamento será pelo **menor preço unitário**;

II -

O modo de disputa será do tipo **"aberto e fechado"**;

III -

Será adotada a utilização de 2 (duas) casas decimais para composição e classificação dos lances, considerando os valores unitários ofertados. Para fins de lançamentos operacionais das ARPs e/ou Contratos no sistema *Contratos.gov*, também serão utilizadas 2 (duas) casas decimais do valor total da proposta.

IV -

O **intervalo mínimo** entre os lances será definido conforme o preço estimado de cada item, observando os respectivos percentuais do quadro abaixo:

Valor Unitário Referencial do Item	Referencial de Intervalo de Lances (%)	Intervalo de Lances que será utilizado (%)
$P(unit) < R\$ 500,00$	0,75 a 1,50	0,75
$R\$ 500,00 < P(unit) < R\$ 100.000,00$	0,50 a 0,75	0,50
$P(unit) > R\$ 100.000,00$	0,25 a 0,50	0,25

- 11.2.1.

A variável "*P(unit)*" é o preço unitário para cada item.
- 11.3.

Serão exigidos dos licitantes os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, nos termos da legislação aplicável, sendo que os critérios de habilitação técnica encontram-se definidos em item específico deste Termo de Referência, sem prejuízo das demais condições de participação previstas neste instrumento.
- 11.4.

Como condição de participação, os licitantes não poderão incorrer em quaisquer das vedações previstas no art. 70 do RCC 3.0, devendo ainda observar as políticas institucionais da Ebserh/HU Brasil aplicáveis à contratação, especialmente aquelas relacionadas à integridade, sustentabilidade, proteção de dados pessoais e transações com partes relacionadas.
- 11.5.

No que se refere ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, serão observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto:

- à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista apenas para efeito de contratação, nos termos do art. 42;
- à possibilidade de regularização fiscal no prazo legal, conforme art. 43, §1º;

- ao critério de desempate favorecido, nos termos dos arts. 44 e 45.

11.6. **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte**

- 11.6.1. Nos termos do art. 281 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh/HU Brasil – RCC 3.0, aplicam-se às licitações as disposições dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 11.6.1.1. A referida legislação estabelece a obrigatoriedade de tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive mediante a realização de itens exclusivos até o valor de R\$ 80.000,00 e a reserva de cotas de até 25% para bens de natureza divisível, conforme art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006. Todavia, conforme disposto no art. 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, tal tratamento não se aplica quando: não houver, no mínimo, 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências do certame ou o tratamento diferenciado não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto do objeto.
- 11.6.1.2. No presente caso, conforme justificativas apresentadas no Estudo Técnico Preliminar nº 9/2026 (SEI nº 58066019), verifica-se a predominância de fornecedores de médio e grande porte no mercado de equipamentos médico-hospitalares de alta complexidade, não sendo evidenciada a existência de número mínimo de fornecedores ME/EPP aptos a atender integralmente às exigências técnicas.
- 11.6.1.3. Adicionalmente, considerando a complexidade do objeto, o elevado valor da contratação e o risco de comprometimento da execução contratual, conclui-se que a aplicação do tratamento diferenciado pode representar prejuízo ao conjunto do objeto, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 11.6.1.4. A medida encontra ainda respaldo no art. 10, inciso II, do Decreto nº 8.538/2015, bem como no parágrafo único do art. 281 do RCC 3.0.
- 11.6.1.5. Dessa forma, não será aplicada a reserva de cotas nem a exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, sendo o certame destinado à ampla concorrência.

12. **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E DA PROVA DE CONCEITO**

- 12.1. Havendo aceitação da proposta, a contratante poderá solicitar a realização de Prova de Conceito (PoC) dos equipamentos médico-hospitalares ofertados, com o objetivo de avaliar objetivamente o atendimento às especificações técnicas e funcionais exigidas neste instrumento. A exigência de Prova de Conceito será destinada exclusivamente ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.2. As avaliações deverão ser agendadas e realizadas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação formal realizada pelo Agente de Licitações no respectivo Pregão Eletrônico. Será desclassificada a proposta da licitante que não realizar a Prova de Conceito dentro do prazo estabelecido.
- 12.3. As datas e horários da avaliação deverão ser previamente agendados entre a contratante e a licitante, sendo devidamente publicados pelo Agente de Licitações no respectivo Pregão Eletrônico.
- 12.4. As avaliações poderão ser acompanhadas pelos demais licitantes interessados, limitada a participação de 01 (um) representante por empresa, devidamente identificado, exclusivamente na condição de ouvinte, sem qualquer possibilidade de interferência nos testes ou procedimentos avaliativos.
- 12.5. Nas datas e horários agendados, a licitante deverá disponibilizar o equipamento para avaliação acompanhado de técnico habilitado, devidamente identificado, responsável pelo suporte operacional durante a realização da Prova de Conceito. O não comparecimento do técnico poderá ensejar a desclassificação da proposta.
- 12.6. O equipamento submetido à avaliação deverá estar devidamente identificado com o nome da licitante e acompanhado do respectivo Manual do Equipamento registrado na ANVISA, quando aplicável.
- 12.7. Caso o equipamento apresente falha de funcionamento durante a avaliação, a licitante deverá providenciar sua imediata substituição ou reparo, sendo permitido novo agendamento dentro do prazo originalmente estabelecido, sem possibilidade de prorrogação. Persistindo a falha ou não ocorrendo nova apresentação, a proposta será desclassificada.
- 12.8. Ao término da avaliação, será emitido relatório técnico circunstanciado pela contratante, contendo manifestação objetiva acerca do atendimento ou não das especificações técnicas e funcionais exigidas no edital, devendo referido relatório ser publicado pelo Agente de Licitações no respectivo Pregão Eletrônico.
- 12.9. Será desclassificada a proposta cujo equipamento não atender às especificações técnicas e funcionais exigidas durante a Prova de Conceito.
- 12.10. Os equipamentos disponibilizados para realização da Prova de Conceito deverão ser retirados pela licitante no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a conclusão da avaliação.
- 12.11. Nenhum componente dos equipamentos poderá apresentar adaptações improvisadas, conexões irregulares, jumpers, fios expostos ou quaisquer elementos que evidenciem inadequação de projeto, montagem ou integração técnica.

13. **DA HABILITAÇÃO**

- 13.1. O procedimento de habilitação observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh/HU Brasil (RCC 3.0) e, subsidiariamente, as normas aplicáveis à matéria.

13.1.1. **Da habilitação jurídica**

- 13.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 13.1.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 13.1.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 13.1.1.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 13.1.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 13.1.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 13.1.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 13.1.1.8. No caso de exercício de atividade de relativa ao objeto licitado, conforme Termo de Referência;
- 13.1.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

13.1.2. **Da regularidade fiscal e trabalhista**

- 13.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 13.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 13.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 13.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 13.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estaduais, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 13.1.2.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

13.1.3. **Da qualificação econômico-financeira**

- 13.1.3.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 13.1.3.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:
- 13.1.3.2.1. a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:
- LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
- SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
- LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante
- 13.1.3.3. no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (art. 3º do Decreto n.º 8.538/2015);
- 13.1.3.4. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 13.1.3.5. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;
- 13.1.3.6. os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 13.1.3.7. os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 13.1.3.8. as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente;

- 13.1.3.9.

O percentual de 10% foi definido com base no art. 24 da IN SEGES/MP nº 03/2018 por se tratar de valor razoável para o porte de uma licitante capaz de realizar toda a logística necessária para execução do contrato em tela;
- 13.1.4.

Da qualificação técnica

13.1.4.1.

Para fins de habilitação:

13.1.4.1.1.

Apresentar atestado(s) de capacidade técnico-operacional que comprove(m) aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência.

13.1.4.1.2.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

13.1.4.1.3.

Os atestados deverão referir-se a atividades desempenhadas no âmbito da atividade econômica principal ou secundária do licitante, conforme seu contrato social vigente.

13.1.4.1.4.

O licitante deverá disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigidos, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local de entrega dos bens.

13.1.4.1.5.

Apresentar declaração de que dispõe de assistência técnica autorizada no território nacional para o objeto ofertado;

13.1.4.1.6.

Apresentar declaração de que garantirá a disponibilidade de peças de reposição no mercado nacional, para aquisição futura, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, a contar do recebimento definitivo do equipamento.

13.1.4.2.

Para fins de apresentação da proposta e/ou fornecimento:

13.1.4.2.1.

Para fins de análise da proposta e comprovação do atendimento às especificações técnicas, o licitante deverá apresentar:

13.1.4.3.

Apresentar manual(is) técnico(s) do(s) equipamento(s) ofertado(s), para comprovação do atendimento às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, podendo ser apresentados em formato digital ou cópia simples.

13.1.4.4.

Os manuais técnicos deverão, preferencialmente, estar em língua portuguesa, sendo admitida a apresentação em língua estrangeira na fase de proposta, desde que acompanhados de declaração de compromisso de entrega da versão em português por ocasião do recebimento definitivo do equipamento.

13.1.4.5.

Apresentar manual(is) de serviço do(s) equipamento(s), contendo, no mínimo, esquemas eletrônicos, eletromecânicos e/ou pneumáticos, procedimentos de calibração, lista de equipamentos necessários à manutenção corretiva, instruções de calibração, desenho explodido e relação completa de peças com respectivos códigos, conforme as exigências previstas no **Encarte D - Termo de Garantia** (Documento SEI nº 58397464).

13.1.4.6.

Será admitida, na fase de julgamento das propostas, a apresentação de declaração de compromisso de entrega futura dos manuais de serviço, devendo estes ser obrigatoriamente entregues no momento do recebimento definitivo do equipamento, em consonância com as condições estabelecidas no **Encarte D - Termo de Garantia** (Documento SEI nº 58397464).

13.1.4.7.

O licitante poderá indicar a necessidade de restrição de acesso às informações constantes dos manuais de serviço, em razão de proteção à propriedade industrial ou intelectual, desde que devidamente justificada, podendo seguir o **Modelo de Termo de confidencialidade - Encarte G** documento SEI (58397572). sem prejuízo do fornecimento das informações necessárias à adequada operação e manutenção dos equipamentos pelo HC-UFTM.

13.1.4.8.

Os manuais deverão ser compatíveis com o modelo e versão do equipamento ofertado, não sendo aceitos documentos genéricos ou incompatíveis com o objeto da contratação, devendo atender integralmente às condições de garantia, assistência técnica e suporte previstas no **Encarte D - Termo de Garantia** (Documento SEI nº 58397464).

13.2.

Do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin)

13.2.1.

Constatado o atendimento às exigências de habilitação, será realizada consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), sendo que a existência de registro constitui fator impeditivo para que o licitante seja declarado vencedor, nos termos do art. 6º, inciso III, e art. 6º-A, da Lei nº 10.522/2002.

13.2.1.1.

Na hipótese de existência de registro no Cadin, poderá ser realizada diligência para oportunizar ao licitante a comprovação da regularização da situação que deu causa à sua inclusão, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 10.522/2002.

13.2.1.2.

Inexistindo registro no Cadin, ou sendo comprovada a regularização da situação, o licitante poderá ser declarado vencedor.

13.2.1.3.

A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a celebração do contrato ou instrumento equivalente, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 10.522/2002;

14.

DA INDICAÇÃO DE SIGILO DO ORÇAMENTO E DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

14.1.

Com a finalidade de averiguar o custo da contratação e obter o valor de referência para o certame, foi elaborada pesquisa de preços em plataforma eletrônica, com base nos parâmetros e metodologias previstos na [Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH](#).

14.2.

Nos termos do art. 30 do RCC 3.0 e do art. 34, § 1º, da Lei nº 13.303/2016, o orçamento estimado da contratação será mantido sob sigilo.

14.3.

Os resultados da pesquisa de preços encontram-se consolidados no Relatório SEI nº 50/2026/STEC/DLIH/GAD/HC-UFTM-Ebserh/HU Brasil (Documento SEI nº 58257135), que integra o presente processo administrativo.

15.

DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

15.1.

Das obrigações da Contratante

15.1.1.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

15.1.2.

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

15.1.3.

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

15.1.4.

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão, servidor ou empregado especialmente designado.

15.1.5.

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

15.1.6.

A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15.1.7.

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

15.1.8.

Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

15.1.9.

Nomear Gestor e Fiscais para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

15.1.10.

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

15.1.11.

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017;

15.1.12.

Aplicar à Contratada as sanções previstas na legislação e neste contratação;

15.1.13.

Adotar as medidas judiciais cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

15.1.14.

Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do bem e notificações expedidas;

15.2.

Das obrigações da Contratada

15.2.1.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

15.2.2.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital, seus anexos e respectivas ordens de fornecimento.

15.2.3.

O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.

15.2.4.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

15.2.5.

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

15.2.6.

Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

15.2.7.

Manter, durante toda a execução da ata de registro de preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.2.8.

Indicar preposto para representá-la durante a execução da ata de registro de preço.

Termo de Referência - SEI 58396918

SEI 23521.018638/2025-80 / pg. 26

- 15.2.9. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.
- 15.2.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da ata de registro de preço, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao do fornecimento do material, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 15.2.11. Os custos de instalação, transporte (inclusive de envio para assistência) e de manutenção serão de responsabilidade da Contratada durante o período de garantia.
- 15.2.12. Entregar os equipamentos com todo suporte logístico necessário para a movimentação até o local indicado na Ordem de Fornecimento, inclusive quanto à movimentação interna nas dependências do HC-UFTM. As entregas ocorrerão, preferencialmente, no Setor de Engenharia Clínica, conforme Encarte B, podendo, conforme necessidade da Administração, serem realizadas em outras unidades físicas do HC-UFTM, incluindo:

• Galpão das Divisões de Almoxxarifado e Patrimônio da UFTM - Avenida Deputado José Marcus Cherem, nº 2150, Vila São Cristóvão, Uberaba/MG, CEP 38040-500;

• Setor de Engenharia Clínica - Rua Dominicanos, nº 129, Bairro Nossa Senhora da Abadia, Uberaba/MG, CEP 38025-450;

• Hospital de Clínicas da UFTM - Filial Ebserh/HU Brasil - Avenida Getúlio Guaritá, nº 130, Bairro Nossa Senhora da Abadia, Uberaba/MG, CEP 38025-440;

• Centro de Reabilitação da UFTM - Rua Constituição, nº 1009, Bairro Nossa Senhora da Abadia, Uberaba/MG, CEP 38025-110.

• Unidade Ambulatório de Especialidades UFTM, situada na Av. Getúlio Guaritá, nº 331- Nossa Sra. da Abadia, Uberaba/MG, CEP 38025-440.
- 15.2.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos caracterizados pelo art. 196 do Regulamento de Compras e Contratos - RCC 3.0;
- 15.2.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 15.2.15. Não dar causa à mora ou descumprimentos da obrigações da Contratante, inclusive com relação aos documentos necessários para que seja realizado o pagamento;
- 15.2.16. Realizar treinamento de operação do equipamento para usuários e de serviço para os técnicos indicados em até 10 turmas e podendo abranger todos os turnos (manhã, tarde e noite, se necessário);
- 15.2.17. Poderá ser aceito à critério da área demandante, e pactuado com a área requisitante, treinamentos remotos síncronos.
- 15.2.18. Disponibilizar com a entrega do equipamento cópia do manual de serviço do equipamento contendo esquemas eletrônicos, eletromecânicos, pneumáticos, procedimentos de calibração, lista de equipamentos necessários à manutenção corretiva, calibração, desenho "explodido" e lista completa de peças, com respectivos códigos, podendo, entretanto, exigir sigilo em função do seu direito à propriedade industrial ou intelectual, nos casos em que couber e conforme requisito de habilitação;
- 15.2.19. Todos os manuais poderão ser apresentados na forma de cópia xerográfica ou digital (CD), ficando condicionada a entrega dos originais em português por ocasião do recebimento dos equipamentos;
- 15.2.20. Fornecer equipamentos sem nenhum tipo de alteração na identificação, raspagem ou selagem dos componentes internos de seus circuitos.
- 15.2.21. Manter todos os dados cadastrais atualizados, em especial, telefone e endereço eletrônico, bem como os dados do Representante Legal com poderes para assumir responsabilidades, firmar acordos e compromissos e assinar instrumentos contratuais e de Testemunha para assinar em conjunto os instrumentos obrigacionais;
- 15.2.22. Assinar, caso necessário, o Termo de Quitação ao final da execução contratual, sendo condição indispensável para a liberação do pagamento final e para o cumprimento das demais disposições contratuais estabelecidas neste Termo de Referência.

15.2.22.1. A não assinatura do Termo de Quitação pela contratada implicará na retenção do pagamento final até que todas as pendências documentais sejam regularizadas, sem prejuízo das demais sanções contratuais que poderão ser aplicadas, conforme o disposto neste Termo de Referência.

15.2.22.2. O Termo de Quitação deverá detalhar todas as obrigações ainda pendentes entre as partes, evidenciando o cumprimento integral dos compromissos assumidos pela contratada e contratante ao longo da execução contratual.
- 15.2.23. Os pedidos de informações e documentos realizados para fins de alteração ou prorrogação contratual realizados pela Unidade de Contratos ou pelo Gestor do Contrato deverão ser atendidos no prazo determinado na comunicação realizada ou no prazo de 5 (cinco) dias úteis na ausência de prazo específico.
- 15.2.24. Da documentação dos equipamentos, sistemas e softwares

15.2.24.1. A CONTRATADA deverá fornecer, como requisito obrigatório para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), toda a documentação técnica dos equipamentos, sistemas e softwares fornecidos, contemplando, no mínimo:

15.2.24.1.1. Cronograma sugestivo de manutenção preventiva programada, a ser executado durante todo o período de garantia, conforme recomendações do fabricante, devendo ser realizado nas dependências da CONTRATANTE;

15.2.24.1.2. Quando aplicável, disponibilização de softwares necessários à plena operação, configuração, parametrização e manutenção dos equipamentos, incluindo o fornecimento de senhas de acesso em todos os níveis (operação, configuração e manutenção);

15.2.24.1.3. Nos casos em que as senhas forem geradas de forma dinâmica ou randomizada, a CONTRATADA deverá fornecer novas credenciais sempre que solicitado pela CONTRATANTE, durante toda a vida útil do equipamento;

15.2.24.1.4. O fornecimento de softwares, acessos e senhas não poderá estar condicionado à contratação de serviços adicionais de manutenção, em conformidade com o art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

15.2.24.1.5. Entrega dos manuais de operação e serviço dos equipamentos, sistemas e softwares, em formato físico e digital, obrigatoriamente em língua portuguesa;

15.2.24.1.6. A CONTRATADA será responsável pela rastreabilidade dos documentos fornecidos, especialmente em casos de controle de acesso e sigilo;

15.2.24.1.7. Durante o período de garantia, toda a documentação deverá ser mantida atualizada, contemplando quaisquer revisões técnicas e atualizações de software.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

- 16.1. Da Subcontratação

16.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, nos termos do art. 182 do RCC 3.0, considerando a natureza do objeto e a necessidade de sua execução integral pela contratada.
- 16.2. Da participação de consórcios

16.2.1. Não será admitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que o objeto da contratação possui baixa complexidade técnica e é amplamente ofertado por empresas do mercado, não havendo necessidade de conjugação de esforços para sua execução, de modo que a vedação não compromete a competitividade do certame, nos termos do art. 69 do RCC 3.0 e conforme entendimento do TCU.

17. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que:

17.1.1. Sejam atendidos, pela nova pessoa jurídica, todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

17.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

17.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e

17.1.4. Haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

18. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 18.1. A presente contratação deverá observar, no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica, nos termos do art. 7º do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh/HU Brasil (RCC 3.0), do [Decreto o nº 7.746, de 5 de junho de 2012](#), alterado pelo [Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017](#), da Instrução Normativa nº 01/2010, bem como das diretrizes estabelecidas no Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da Ebserh/HU Brasil, que dispõe sobre critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas.
- 18.2. Dos critérios de sustentabilidade ambiental

18.2.1. Deverão ser observados, no que couber, os seguintes critérios:

18.2.1.1. Utilização de bens que promovam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

18.2.1.2. Os bens deverão, quando possível, ser constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis, conforme normas técnicas aplicáveis;

- 18.2.1.3.

Os bens deverão observar os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), quando aplicável;
- 18.2.1.4.

Os equipamentos deverão possuir, quando obrigatório, Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentação vigente;
- 18.2.1.5.

Os bens deverão ser acondicionados em embalagens adequadas, com o menor volume possível e, preferencialmente, compostas por materiais recicláveis;
- 18.2.1.6.

Os bens não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima dos limites estabelecidos na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), salvo nos casos permitidos pela legislação;
- 18.2.1.7.

Deverão ser observadas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e demais regulamentações aplicáveis aos equipamentos médico-hospitalares;
- 18.2.1.8.

A contratada deverá, quando aplicável, responsabilizar-se pela destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, bem como pela logística reversa dos equipamentos ou componentes, nos termos da legislação vigente.
- 18.3.

Dos critérios de sustentabilidade econômica
- 18.3.1.

Deverão ser adotadas práticas que promovam a economicidade e a eficiência na utilização dos recursos públicos, considerando o ciclo de vida do objeto, incluindo custos de aquisição, operação, manutenção e descarte.
- 18.3.2.

Deverão ser priorizadas soluções que apresentem:
- 18.3.2.1.

maior durabilidade e vida útil;
- 18.3.2.2.

menor custo de manutenção;
- 18.3.2.3.

maior eficiência energética;
- 18.3.2.4.

redução de desperdícios e melhor aproveitamento dos recursos.
- 18.3.2.5.

Deverão ser adotados critérios que considerem o ciclo de vida do objeto, incluindo custos de aquisição, operação, manutenção e descarte, priorizando soluções que apresentem maior durabilidade, eficiência e menor custo global ao longo do tempo.
- 18.4.

Dos critérios de sustentabilidade social
- 18.4.1.

A contratada deverá adotar práticas de responsabilidade social, comprometendo-se a:
- 18.4.1.1.

Respeitar a legislação trabalhista, previdenciária e as normas de saúde e segurança do trabalho;
- 18.4.1.2.

Não empregar menores em condições vedadas pela legislação vigente;
- 18.4.1.3.

Não adotar práticas de trabalho análogo ao escravo ou infantil;
- 18.4.1.4.

Promover ambiente de trabalho digno, seguro e livre de assédio ou discriminação;
- 18.4.1.5.

Respeitar a diversidade e não praticar qualquer forma de discriminação;
- 18.4.1.6.

Observar os princípios éticos e de integridade, incluindo o combate à corrupção, fraude e quaisquer práticas ilícitas;
- 18.4.1.7.

Observar, no que couber, as diretrizes estabelecidas no Código de Ética e Conduta da Ebserh/HU Brasil.
- 18.4.2.

A comprovação do atendimento aos critérios de sustentabilidade poderá ser realizada por meio de certificações, laudos técnicos, declarações do fabricante ou qualquer outro meio idôneo que comprove a conformidade do bem ofertado com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
19.

DA GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO
- 19.1.

O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é o previsto no **Encarte D - Termo de Garantia** (Documento SEI nº 58397464), ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da instalação do equipamento ou do treinamento dos usuários, quando este último for requisitado.
- 19.1.1.

Quando não for necessária a instalação do equipamento ou o treinamento dos usuários o prazo de garantia será contado a partir do recebimento definitivo do objeto.
- 19.1.2.

A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 19.1.3.

A garantia será formalizada por meio de Termo de Garantia, conforme **Encarte D** (Documento SEI nº 58397464).
- 19.2.

A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 19.3.

Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 19.4.

As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 19.5.

Uma vez notificada, a Contratada deverá iniciar o atendimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação formal.
- 19.6.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 19.7.

Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 19.8.

Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 19.9.

A garantia deverá abranger a prestação de assistência técnica no território nacional.
- 19.10.

O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 19.11.

A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 19.12.

Durante a vigência da garantia, as manutenções programadas (preventivas e calibrações) devem ocorrer por conta do fornecedor sem ônus para o contratante.
20.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
- 20.1.

Não será exigida garantia de execução do contrato, tendo em vista que os riscos inerentes à fase de gestão contratual foram devidamente avaliados e classificados como de baixo impacto, sendo prevenidos e contingenciados por meio das medidas de mitigação estabelecidas no Mapa de Riscos (Documento SEI nº 58397069).
- 20.2.

Ademais, a natureza do objeto, aliada às condições de execução previstas, não justifica a exigência de garantia, mostrando-se a opção adotada compatível com o nível de risco identificado.
21.

DOS CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES
- 21.1.

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;
- 21.1.1.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 21.1.2.

Deverá haver consulta formal à Contratada quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.
- 21.2.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 21.3.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;
- 21.4.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 21.5.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 21.6.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 21.7.

O reajuste será realizado por apostilamento.
22.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 22.1.

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh/HU Brasil poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 22.1.1.

Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos

- significativos para o serviço contratado;
- 22.1.2. **Multa** da seguinte forma:
- 22.1.2.1. **Multa moratória de 0,2%** (dois décimos por cento) por dia sobre o valor da nota de empenho vinculada à entrega, em caso de atraso na execução da entrega, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 22.1.2.2. **Multa moratória de 10%** (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho vinculada à entrega, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior;
- 22.1.2.3. **Multa compensatória de 15%** (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 22.1.2.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- 22.1.2.5. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem 14.1.2.3, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 22.1.2.6. O atraso injustificado acima de 60 (sessenta) dias caracterizará a inexecução total do objeto, cabendo a multa compensatória no percentual definido no subitem 22.1.2.3;
- 22.1.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com Ebserh/HU Brasil, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 22.1.4. As sanções previstas nos subitens 22.1.1. e 22.1.3. poderão ser aplicadas com as previstas no subitem 22.1.2.
- 22.1.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- 22.1.5.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 22.1.5.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.1.5.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh/HU Brasil em virtude de atos ilícitos praticados;
- 22.1.5.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços;
- 22.1.5.5. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 22.1.5.6. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 22.1.5.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 22.1.5.8. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 22.1.5.9. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 22.1.5.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 22.1.5.11. Após manifestar formalmente interesse na prorrogação do contrato ou da ata de registro de preços, não celebrar o aditivo de prorrogação
- 22.1.5.12. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.
- 22.1.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RCC 3.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.
- 22.1.7. Caberá apresentação de defesa prévia ou recurso contra a sanção imposta, a ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação para defesa prévia ou da notificação de imposição de sanção.
- 22.2. A autoridade competente, para aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh/HU Brasil, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 22.3. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh/HU Brasil, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.
- 22.3.1. Poderá ser emitida Guia de Recolhimento da União (GRU) para pagamento da multa devida pela Contratada;
- 22.3.2. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação de imposição de sanção enviada pela autoridade competente.
- 22.4. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR);
- 22.5. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;
- 22.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;
- 22.7. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh/HU Brasil deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.
- 22.8. No caso de infração que possa acarretar a sanção de multa ou de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, pode ser firmado Termo de Ajustamento de Conduta como medida alternativa à instauração ou ao prosseguimento do processo administrativo sancionador, nos termos do RCC 3.0.
23. **DA MATRIZ DE RISCOS**
- 23.1. Não se aplica para presente contratação a matriz de riscos como "*cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.*"
24. **DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 24.1. Não será necessário a realização de adequação orçamentária, visto a natureza de Registro de Preços da presente contratação.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

24.2. A equipe de planejamento da contratação, no uso das atribuições definidas na Portaria - SEI nº 34, de 20 de fevereiro de 2026 (Documento SEI nº 58071864) e no Regulamento de Compras e Contratos RCC 3.0., **APROVA** o teor deste Termo de Referência e seus encartes, bem como o Estudo Técnico Preliminar nº 9/2026 (SEI nº 58066019) e o Mapa de Riscos (Documento SEI nº 58397069).

(Assinado eletronicamente)
Carlos Batista Miranda Neto
Cargo / Função: Chefe do Setor Engenharia Clínica
Coordenador(a) da EPC

(Assinado eletronicamente)
Marcelo Perrella
Cargo/Função: Engenheiro Clínico
Integrante Demandante da EPC

(Assinado eletronicamente)
Luciene Judite Vespasiano
Cargo/Função: Assistente Administrativo
Integrante Demandante da EPC

(Assinado eletronicamente)
Dalton Bruno Alves dos Santos
Cargo/Função: Assistente Administrativo
Integrante Demandante da EPC

Diante da necessidade exposta no Estudo Técnico Preliminar e da manifestação da área técnica, a aquisição pretendida revela-se essencial e relevante para o Hospital de Clínicas da UFTM - Filial Ebserh/HU Brasil.

APROVAMOS o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos e Não autorizamos a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), considerando a complexidade dos equipamentos solicitados e a especificidade das necessidades do HC/UFTM que cada um deles atenderá, conforme ao Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023 e suas alterações.

Fica INSTAURADO o presente processo licitatório. Encaminhe-se ao Setor de Administração para continuidade.

(assinado eletronicamente)
RODRIGO JULIANO MOLINA
Gerente Administrativo do HC/UFTM - Filial Ebserh/HU Brasil

(Assinado eletronicamente)
Carlos Batista Miranda Neto
Cargo / Função: Chefe do Setor Engenharia Clínica
Coordenador(a) da EPC



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Batista Miranda Neto, Chefe de Setor**, em 28/05/2026, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Judite Vespasiano, Assistente Administrativo**, em 28/05/2026, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dalton Bruno Alves dos Santos, Assistente Administrativo**, em 28/05/2026, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Perrella, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 28/05/2026, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Juliano Molina, Gerente**, em 29/05/2026, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **58396918** e o código CRC **59183827**.

Referência: Processo nº 23521.018638/2025-80 SEI nº 58396918

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO

SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

Anexo A – Especificações Técnicas

Segue quadro com o quantitativo dos Itens a serem fornecidos

ITEM	GRUPO	OBJETO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	GARANTIA 12 MESES	GARANTIA 24 MESES	GARANTIA 36 MESES	INSTALAÇÃO	TREINAMENTO OPERACIONAL	TREINAMENTO TÉCNICO	MANUAL TÉCNICO
1		BICICLETA ERGOMÉTRICA VERTICAL ELETROMAGNÉTICA PARA REABILITAÇÃO	615457	UN	9	X			X	X		
2		ESTEIRA ERGOMÉTRICA ELETRÔNICA PARA REABILITAÇÃO	615400	UN	9	X			X	X		
3		CAPELA DE EXAUSTÃO DE GASES PARA CONFECCÃO DE ÓRTESES	451929	UN	2	X			X	X		
4		KIT DE FOTOTERAPIA LED COMPATÍVEL COM PLATAFORMA NÍOO TOUCH INFINITY	469312	UN	4	X			X	X		
5		ESTRUTURA EM AÇO PARA EQUIPAMENTOS DE INTEGRAÇÃO SENSORIAL	627636	UN	4	X			X	X		
6		CAIXA/ESPELHO TERAPÊUTICO	475095	UN	4	X			X	X		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

7		ULTRASSOM TERAPÊUTICO 1 E 3 MHZ PARA REABILITAÇÃO	476988	UN	10	X			X	X		
8		EQUIPAMENTO PRESSÃO NEGATIVA PARA TRATAMENTO DE FERIDAS	484321	UN	4	X			X	X		
9		ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA	627698	UN	4	X			X	X		
10		SOPRADOR TÉRMICO	624149	UN	6	X			X	X		
11		PANELA ELÉTRICA PARA CONFEÇÃO DE ÓRTESES	623638	UN	8	X			X	X		
12		DINAMOMETRO TIPO: DIGITAL, CAPACIDADE MÁXIMA: 150 KG PARA REABILITAÇÃO	604477	UN	8	X			X	X		
13		SENSOR DE FREQUENCIA CARDÍACA COM CINTA PEITORAL	613872	UN	10	X			X	X		
14		ESTAÇÃO DE MUSCULAÇÃO PARA MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	623742	UN	4	X			X	X		
15		CONTADOR MANUAL DE CÉLULAS	16365	UN	4	X			X	X		
16		PHMETRIA ESOFÁGICA	615227	UN	2	X			X	X		
17		SERRA DE GESSO OSCILATÓRIA	1109	UN	6	X			X	X		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

18		CÂMARA REFRIGERADA PARA CONSERVAÇÃO DE MEDICAMENTOS TERMOLÁBEIS, IMUNOBIOLOGICOS E HEMODERIVADOS	611042	UN	36	X			X	X		
19		CRANIÓTOMO ELÉTRICO COMPLETO PARA NEUROCIRURGIA	611627	UN	2	X			X	X		
20		APARELHO PARA LEITURA AUTOMATIZADA DE VHS	437999	UN	2			X	X	X	X	X
21		ULTRASSOM PORTÁTIL (POCKET)	629340	UN	10			X	X	X		X
22		IMPRESSORA 3D	625259	UN	2	X			X	X	X	X
23		ELETROCARDIOGRAFO	615392	UN	15			X	X	X	X	X
24		BOMBA DE INFUSAO VOLUMETRICA DE SERINGA - ALVO CONTROLADO	452514	UN	15	X			X	X	X	X
25		ANALISADOR DE FUNÇÃO PULMONAR	416904	UN	2		X		X	X		X
26		CENTRÍFUGA DIGITAL DE BANCADA MULTIRROTORES	418432	UN	4			X	X	X	X	X
27		CITOCENTRÍFUGA DIGITAL PARA 12 AMOSTRAS	414915	UN	4			X	X	X	X	X
28		APARELHO PORTÁTIL ELETROENCEFALÓGRAFO	615520	UN	4			X	X	X	X	X

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

29		OTOSCÓPIO COM ILUMINADOR DE GARGANTA	631661	UN	10	X			X	X		
30		LAVADORA DE ENDOSCÓPIO	486543	UN	4	X			X	X	X	X
31		DINAMOMETRO ESCAPULAR ATÉ 100 KGF	604477	UN	8	X			X	X		
32		DINAMOMETRO TIPO DORSAL ATÉ 200 KGF	604477	UN	8	X			X	X		
33		DINAMOMETRO HIDRAÚLICO DE MÃO	604477	UN	8	X			X	X		
34		SISTEMA AUTOMATIZADO DE UNITARIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	325515	UN	2	X			X	X		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

* Entende-se por manual técnico o documento destinado a técnicos e engenheiros, focado em aspectos de instalação, manutenção, reparo, solução de problemas e especificações de engenharia. Deve conter informações de:

- Diagramas elétricos e esquemas mecânicos;
- Especificações técnicas detalhadas e características do equipamento;
- Procedimentos de instalação, configuração e calibração;
- Orientações para manutenção preventiva e corretiva;
- Guias de diagnóstico de falhas e solução de problemas;
- Lista de peças e requisitos de peças de reposição.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	DESCRIPTIVO	UN	QTDE
1	BICICLETA ERGOMÉTRICA VERTICAL ELETROMAGNÉTICA PARA REABILITAÇÃO	UN	9
1.1	DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
1.1.1	BICICLETA ERGOMÉTRICA DO TIPO VERTICAL, DESTINADA A EXERCÍCIOS FÍSICOS E CONDICIONAMENTO CARDIOVASCULAR.		
1.1.2	SISTEMA DE RESISTÊNCIA ELETROMAGNÉTICO, COM AJUSTE ELETRÔNICO DE CARGA.		
1.1.3	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA POR FONTE DE 8V OU EQUIVALENTE		
1.1.4	POSSUIR NO MÍNIMO 24 (VINTE E QUATRO) NÍVEIS DE TENSÃO/RESISTÊNCIA.		
1.1.5	PEDAIS COM CORREIA FIRME PARA FIXAÇÃO DOS PÉS, GARANTINDO SEGURANÇA DURANTE O USO.		
1.1.6	PAINEL/TELA DIGITAL, COM APRESENTAÇÃO CLARA E SIMULTÂNEA DAS SEGUINTE INFORMações MÍNIMAS:		
1.1.6.1	VELOCIDADE;		
1.1.6.2	CARGA EM WATTS;		
1.1.6.3	DISTÂNCIA PERCORRIDA;		
1.1.6.4	CRONÔMETRO/TEMPO DE EXERCÍCIO		
1.2	GARANTIA MÍNIMA		
1.2.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DO EQUIPAMENTO		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

2	ESTEIRA ERGOMÉTRICA ELETRÔNICA PARA REABILITAÇÃO	UN	9
2.1	DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
2.1.1	ESTRUTURA CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, ADEQUADA PARA USO CONTÍNUO, COM ESTABILIDADE COMPATÍVEL COM ATIVIDADES DE REABILITAÇÃO E CONDICIONAMENTO FÍSICO.		
2.1.2	MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 2,5 HP.		
2.1.3	LONA DE CORRIDA COM LARGURA MÍNIMA DE 50 (CINQUENTA) CENTÍMETROS.		
2.1.4	CAPACIDADE MÍNIMA DE SUPORTE DE PESO DO USUÁRIO DE 120 (CENTO E VINTE) KG.		
2.1.5	FAIXA DE VELOCIDADE AJUSTÁVEL DE 1,0 A 18 KM/H, OU SUPERIOR.		
2.1.6	SISTEMA DE INCLINAÇÃO AUTOMÁTICA, COM FAIXA MÍNIMA DE 0 A 15%, OU SUPERIOR.		
2.1.7	SISTEMA DE AMORTECIMENTO DE IMPACTO, VISANDO MAIOR CONFORTO E REDUÇÃO DE IMPACTO NAS ARTICULAÇÕES DO USUÁRIO.		
2.1.8	PAINEL/TELA COM EXIBIÇÃO MÍNIMA DAS SEGUINTE INFORMações:		
2.1.8.1	VELOCIDADE;		
2.1.8.2	INCLINAÇÃO;		
2.1.8.3	TEMPO DE EXERCÍCIO;		
2.1.8.4	DISTÂNCIA PERCORRIDA.		
2.1.8.5	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM A REDE LOCAL E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS.		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

2.2	GARANTIA	
2.2.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

3	CAPELA DE EXAUSTÃO DE GASES PARA CONFEÇÃO DE ÓRTESES	UN	2
3.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
3.1.1	ESTRUTURA (CARCAÇA) CONSTRUÍDA EM FIBRA DE VIDRO;		
3.1.2	SISTEMA PARA EXAUSTÃO DE GASES, COM SAÍDA PARA CONEXÃO A DUTOS DE EXAUSTÃO EXTERNA;		
3.1.3	COMPATÍVEL COM TUBULAÇÃO EM PVC RÍGIDO COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 100 MM;		
3.1.4	PORTA FRONTAL EM VIDRO TEMPERADO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 4 MM;		
3.1.5	SISTEMA DE ABERTURA TIPO GUILHOTINA, COM PARADA EM DIFERENTES ALTURAS;		
3.1.6	EXAUSTOR TIPO CENTRÍFUGO;		
3.1.7	VAZÃO MÍNIMA DO EXAUSTOR: 200 M³/H;		
3.1.8	NÍVEL DE RUÍDO MÁXIMO APROXIMADO: 50 DB;		
3.1.9	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO INTERNA EM LED;		
3.1.10	INTERRUPTORES INDEPENDENTES PARA ILUMINAÇÃO E EXAUSTÃO;		
3.1.11	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 110 V OU 220 V, 60 HZ;		
3.1.12	DIMENSÕES EXTERNAS APROXIMADAS: <ul style="list-style-type: none">• LARGURA: 60 CM;• PROFUNDIDADE: 50 CM;• ALTURA: 65 CM;		
3.1.13	FILTRO ABSOLUTO EFICIÊNCIA MÍNIMA 99,99%		
3.2	ACESSÓRIOS INCLUSOS		
3.2.1	CONDUTOR/TUBULAÇÃO PARA INTERCONEXÃO DA		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	CAPELA, EXAUSTOR E AMBIENTE EXTERNO;	
3.2.2	CONJUNTO MOTOVENTILADOR COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE EXAUSTÃO;	
3.2.3	ILUMINAÇÃO INTERNA INSTALADA.	
3.2.4	ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO DA EXAUSTÃO POR JANELA DE VIDRO EXISTENTE NO LOCAL, EM ALTURA DE CERCA DE 1,7M E ÁREA 40X40CM.	
3.3	GARANTIA	
3.3.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

4	KIT DE FOTOTERAPIA LED AZUL/VERMELHO COMPATÍVEL COM PLATAFORMA NÍOO TOUCH INFINITY	UN	4
4.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
4.1.1	KIT DE FOTOTERAPIA LED DESTINADO A PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS E ESTÉTICOS, COMPATÍVEL COM A PLATAFORMA MODULAR JÁ EXISTENTE NA UNIDADE, MODELO NÍOO TOUCH INFINITY, DA TONEDERM.		
4.1.2	O KIT DEVERÁ PERMITIR ACOPLAMENTO E FUNCIONAMENTO INTEGRAL JUNTO À PLATAFORMA PRINCIPAL INSTALADA NA UNIDADE, SEM NECESSIDADE DE ADAPTAÇÕES, MODIFICAÇÕES OU INTERFACES ADICIONAIS.		
4.1.3	DEVERÁ POSSUIR MANOPLAS DE FOTOTERAPIA LED NAS CORES AZUL E VERMELHO.		
4.1.4	AS MANOPLAS DEVERÃO SER COMPATÍVEIS ELÉTRICA, ELETRÔNICA E MECANICAMENTE COM A PLATAFORMA NÍOO TOUCH INFINITY EXISTENTE NA UNIDADE.		
4.1.5	DEVERÁ ACOMPANHAR CABO COMPATÍVEL PARA CONEXÃO DAS MANOPLAS DE FOTOTERAPIA LED À PLATAFORMA PRINCIPAL.		
4.1.6	OS MATERIAIS DEVERÃO SER RESISTENTES À DESINFECÇÃO E AO USO CLÍNICO CONTÍNUO.		
4.1.7	CONEXÕES E INTERFACES TOTALMENTE COMPATÍVEIS COM O SISTEMA EXISTENTE NA UNIDADE.		
4.1.8	REGISTRO NA ANVISA OU DOCUMENTO QUE COMPROVE DISPENSA DE REGISTRO, QUANDO APLICÁVEL..		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

4.2	COMPOSIÇÃO MÍNIMA DO KIT	
4.2.1	01 CABO COMPATÍVEL COM A PLATAFORMA NÍOO TOUCH INFINITY PARA CONEXÃO DAS MANOPLAS DE FOTOTERAPIA LED.	
4.2.2	01 MANOPLA DE FOTOTERAPIA LED AZUL COMPATÍVEL COM A PLATAFORMA NÍOO TOUCH INFINITY.	
4.2.3	01 MANOPLA DE FOTOTERAPIA LED VERMELHO COMPATÍVEL COM A PLATAFORMA NÍOO TOUCH INFINITY.	
4.3	QUANTIDADE	
4.3.1	FORNECIMENTO DE 02 (DOIS) KITS COMPLETOS, CONFORME COMPOSIÇÃO DESCRITA.	
4.4	GARANTIA	
4.4.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E FUNCIONAMENTO PARA TODOS OS COMPONENTES DO KIT.	

5	ESTRUTURA EM AÇO PARA EQUIPAMENTOS DE INTEGRAÇÃO SENSORIAL	UN	4
5.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
5.1.1	ESTRUTURA EM AÇO COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 2,70 M (COMPRIMENTO) X 1,02 M (LARGURA) X 2,30 M (ALTURA);		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

5.1.2	PESO APROXIMADO: 80KG;	
5.1.3	01 BALANÇO PLATAFORMA COM 04 TIRAS DE SUSPENSÃO;	
5.1.4	01 TRAPÉZIO EM MADEIRA;	
5.1.5	01 CASULO COM 02 CAMADAS, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1,50 M X 1,40 M;	
5.1.6	01 ESCADA SUSPensa EM MADEIRA, COM CESTINHA;	
5.1.7	04 TATAMES COM ESPESSURA MÍNIMA DE 5 CM, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1,19 M X 0,64 M;	
5.2	ACESSÓRIOS E SERVIÇOS INCLUSOS	
5.2.1	06 TIRAS DE SUSPENSÃO COM 1 M CADA;	
5.2.2	06 MOSQUETÕES	
5.2.3	PARAFUSOS PARA INSTALAÇÃO	
5.2.4	FORNECER INSTALAÇÃO E MONTAGEM.	
5.3	GARANTIA	
5.3.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

6	CAIXA/ESPELHO TERAPÊUTICO	UN	4
6.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	PÁG. DO MANUAL	
6.1.1	CAIXA TERAPÊUTICA DESTINADA À OCULTAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DA EXTREMIDADE SUPERIOR DE MEMBRO AMPUTADO OU LESIONADO, COM REFLEXÃO DO MEMBRO SAUDÁVEL, PARA APLICAÇÃO TERAPÊUTICA;		
6.1.2	INDICADO PARA TERAPIAS DE DMF (DOR DO MEMBRO FANTASMA – <i>PHANTOM LIMB PAIN</i>) E DEMAIS TERAPIAS CORRELATAS;		
6.1.3	ESPELHO CONFECCIONADO EM VIDRO LISO, COM ACABAMENTO ADEQUADO AO USO TERAPÊUTICO;		
6.1.4	ESPELHO DOTADO DE PELÍCULA AUTOCOLANTE APLICADA NA FACE POSTERIOR, DESTINADA A EVITAR ESTILHAÇAMENTO OU DESPRENDIMENTO DOS FRAGMENTOS EM CASO DE QUEBRA;		
6.1.5	ESTRUTURA QUE PERMITA O POSICIONAMENTO SEGURO DO MEMBRO SUPERIOR, GARANTINDO ESTABILIDADE DURANTE A UTILIZAÇÃO TERAPÊUTICA.		
6.1.6	GARANTIA		
6.1.6.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

7	ULTRASSOM TERAPÊUTICO 1 E 3 MHZ PARA REABILITAÇÃO	UN	10
7.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	PÁG. DO MANUAL	
7.1.1	ÁREA ÚTIL DO GERADOR DE ULTRASSOM 10CM²		
7.1.2	POTÊNCIA DE ULTRASSOM MÁXIMA 30WATTS		
7.1.3	POTENCIA/ÁREA UTIL DO GERADOR MÁXIMA 3W/CM²		
7.1.4	MODOS DE EMISSÃO DE ULTRASSOM CONTÍNUO, PULSADO		
7.1.5	FREQUENCIAS DE PULSADO DO ULTRASSOM 16 Hz, 32 Hz, 48 Hz, 64 Hz, 96 Hz E 40 KHz		
7.1.6	RAZÃO DE PULSADO 10%, 20%, 30%, 40%, 50%, 60%,70%, 80%, 90%		
7.1.7	FREQUENCIAS DE EMISSÃO DE ULTRASSOM 1,1 MHZ E 3,3 MHZ		
7.1.8	TENSÃO NOMINAL 127 - 220 V~		
7.1.9	FREQUÊNCIA NOMINAL 50 OU 60 HZ		
7.1.10	CONSUMO MÁXIMO 350 VA		
7.1.11	MODO DE OPERAÇÃO DO EQUIPAMENTO: CONTÍNUO, FUSÍVEL CORRENTE NOMINAL 5 A, CAPACIDADE DE RUPTURA 50 A, TIPO 20AG		
7.1.12	DIMENSÕES: 342 MM X 260 MM X 142 MM		
7.1.13	PESO APROXIMADO 1,85 KG		
7.1.14	CLASSE DE SEGURANÇA CLASSE II		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

7.2	ITENS INCLUSOS NO FORNECIMENTO	
7.2.1	01 EQUIPAMENTO DE ULTRASSOM TERAPÊUTICO	
7.2.2	1 MANUAL DE OPERAÇÃO	
7.2.3	01 TERMO DE GARANTIA	
7.2.4	01 CABO DE FORÇA	
7.2.5	01 TUBO DE GEL	
7.2.6	01 APLICADOR ULTRASSOM SLIM	
7.3	GARANTIA	
7.3.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

8	EQUIPAMENTO PRESSÃO NEGATIVA PARA TRATAMENTO DE FERIDAS	UN	4
		PÁG. DO MANUAL	
8.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS		
8.1.1	EQUIPAMENTO PORTÁTIL DESTINADO À TERAPIA POR PRESSÃO NEGATIVA (TPN/TFPN) PARA TRATAMENTO DE FERIDAS		
8.1.2	SISTEMA CONSTITUÍDO POR		
8.1.2.1	01 EQUIPAMENTO DE PRESSÃO NEGATIVA		
8.1.2.2	CURATIVO(S) ESTÉRIL(IS) COMPATÍVEL(IS) COM O SISTEMA		
8.1.3	CAPAZ DE MANTER PRESSÃO NEGATIVA NOMINAL DE 80 MMHG NA SUPERFÍCIE DA FERIDA.		
8.1.4	VÁCUO MÁXIMO: ATÉ 100 MMHG		
8.1.5	MODO DE FUNCIONAMENTO: CONTÍNUO		
8.1.6	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE EXSUDATO POR MEIO DA COMBINAÇÃO DE ABSORÇÃO DO FLUIDO PELO CURATIVO E EVAPORAÇÃO CONTROLADA DA UMIDADE ATRAVÉS DE PELÍCULA EXTERNA		
8.1.7	DIMENSÕES APROXIMADAS DO DISPOSITIVO: 65 X 78,5 X 21 MM		
8.1.8	PESO APROXIMADO: 150 G		
8.1.9	ALIMENTAÇÃO POR 02 PILHAS AA 1,5V (LR6/FR6)		
8.1.10	GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA ENTRADA DE LÍQUIDOS E PARTÍCULAS: IP22		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

8.2	CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO	
8.2.1	TEMPERATURA AMBIENTE DE OPERAÇÃO: 5 °C A 40 °C	
8.2.2	UMIDADE RELATIVA DE OPERAÇÃO: 10% A 95%	
8.2.3	PRESSÃO ATMOSFÉRICA DE OPERAÇÃO: 700 A 1060 MBAR	
8.3	CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE	
8.3.1	TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE: 5 °C A 25 °C, SENDO PERMITIDA EXPOSIÇÃO DE -25 °C A +5 °C POR ATÉ 7 DIAS	
8.3.2	UMIDADE RELATIVA: 10% A 75%	
8.3.3	PRESSÃO ATMOSFÉRICA: 700 A 1060 MBAR	
8.4	NORMAS E CERTIFICAÇÕES	
8.4.1	EM CONFORMIDADE COM AS SEGUINTE NORMAS TÉCNICAS: AAMI ST/ES 60601-1; IEC 60601-1; IEC 60601-1-6; IEC 60601-1-11	
8.4.2	CERTIFICADO CONFORME CSA STD C22.2 Nº 60601-1	
8.4.3	EQUIPAMENTO COM REGISTRO NA ANVISA OU COMPROVANTE DE DISPENSA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE	
8.5	ACESSÓRIOS MÍNIMOS INCLUSOS	
8.5.1	01 UNIDADE DA BOMBA DE PRESSÃO NEGATIVA;	
8.5.2	01 UNIDADE DE TUBO DE CONEXÃO	
8.5.3	01 UNIDADE DE CLIPE PARA FIXAÇÃO DA BOMBA	

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do
HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

8.5.4	02 UNIDADES DE PILHAS ALCALINAS AA;		
8.5.5	01 OU 02 UNIDADES DE CURATIVOS ESTÉREIS COMPATÍVEIS		
8.5.6	01 OU 02 UNIDADES DE FOLHAS PERFURADAS CONTENDO 06 UNIDADES DE TIRAS DE FIXAÇÃO CADA		
8.5.7	01 UNIDADE DE INSTRUÇÕES DE USO / MANUAL DO EQUIPAMENTO		
8.6	GARANTIA		
8.6.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

9	ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA	UN	4
9.1	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
9.1.1	ASPIRADOR ELÉTRICO PORTÁTIL, DESENVOLVIDO PARA ASPIRAÇÃO DE SÓLIDOS E LÍQUIDOS		
9.1.2	USO PROFISSIONAL OU DOMÉSTICO		
9.1.3	CONFECCIONADO EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE		
9.1.4	POTÊNCIA NOMINAL 1400 W		
9.1.5	NÍVEL DE RUÍDO ATÉ 91 DB (127V) E 94 DB (220V)		
9.1.6	CONSUMO DE ENERGIA 1,25 KWH;		
9.1.7	COMPRIMENTO DA MANGUEIRA MÍNIMO DE 1,5 M		
9.1.8	CABO ELÉTRICO COMPRIMENTO MÍNIMO DE 3,4 M		
9.1.9	ALCANCE TOTAL DENO MÍNIMO 6,2 M		
9.1.10	FUNÇÃO ADICIONAL SISTEMA DE SOPRO		
9.1.11	ESTRUTURA FÍSICA ALTURA APROXIMADA DE 52CM		
9.1.12	LARGURA DE 33 CM		
9.1.13	PROFUNDIDADE DE 33 CM		
9.1.14	PESOMÁXIMO DE 3,6 KG		
9.2	DIMENSÕES DO PRODUTO EMBALADO		
9.2.1	EMBALADO ALTURA DE 54,5 CM, LARGURA DE 35 CM, PROFUNDIDADE DE 34 CM		
9.2.2	PESO MÁXIMO DE 5,2 KG		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

9.3	ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS	
9.3.1	2 TUBOS PROLONGADORES	
9.3.2	BOCAL PARA PISOS	
9.3.3	BOCAL PARA ESTOFADOS E BOCAL PARA CANTOS E FRESTAS	
9.3.4	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA TENSÃO NOMINAL DE 127V OU 220V	
9.3.5	FREQUÊNCIA DE 60 HZ	
9.3.6	EAN DE REFERÊNCIA 7896347144100 (127V) / 7896347144117 (220V)	
9.4	GARANTIA	
9.4.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

10	SOPRADOR TÉRMICO	UN	6
10.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
10.1.1	SOPRADOR TÉRMICO COM CONTROLE DE TEMPERATURA		
10.1.2	POTÊNCIA MÍNIMA DE 1500 WATTS.		
10.1.3	VOLTAGEM 127V OU BIVOLT (127 V / 220V)		
10.1.4	TEMPERATURA DE TRABALHO APROXIMADA 350° C		
10.2	GARANTIA		
10.2.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

11	PANELA ELÉTRICA PARA CONFEÇÃO DE ÓRTESES	UN	8
11.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
11.1.1	PANELA ELÉTRICA PARA CONFEÇÃO DE ÓRTESES EM TERMOPLÁSTICO DE BAIXA TEMPERATURA		
11.1.2	CONSTRUÍDA EM ALUMÍNIO REFORÇADO PARA DISTRIBUIÇÃO UNIFORME DE CALOR		
11.1.3	SUPERFÍCIE ANTIADERENTE		
11.1.4	POTÊNCIA MÍNIMA DE 1300W OU SUPERIOR, AJUSTÁVEL.		
11.4.5	MEDIDAS MÍNIMAS DE 40 CMX30 CMX6,4 CM		
11.1.6	COM TAMPA DE VIDRO;		
11.1.7	COM ALÇAS LATERAIS;		
11.1.6	COM CONTROLE/TERMOSTATO DE TEMPERATURA AJUSTÁVEL, COM FAIXA APROXIMADA DE 90 a 190 °C		
11.1.7	VOLTAGEM 127V OU BIVOLT (127 V / 220V) / 60 HZ;		
11.2	GARANTIA		
11.2.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

12	DINAMOMETRO TIPO: DIGITAL, CAPACIDADE MÁXIMA:150 KG PARA REABILITAÇÃO	UN	8
12.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
12.1.1	MEDIÇÃO DE TENSÃO E COMPRESSÃO		
12.1.2	DEVE SER DO TIPO DIGITAL		
12.1.3	CAPACIDADE MÁXIMA DE MEDIÇÃO DE ATÉ 150 KG		
12.1.4	EQUIPAMENTO PORTÁTIL DE FÁCIL MANUSEIO		
12.1.5	ALIMENTAÇÃO BATERIAS 1,5V		
12.1.6	DEVE ACOMPANHAR ESTOJO PARA TRANSPORTE		
12.2	GARANTIA		
12.2.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

13	SENSOR DE CARDÍACA COM FREQUÊNCIA CINTA PEITORAL	UN	10
13.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
13.1.1	SENSOR DE FREQUÊNCIA CARDÍACA DESTINADO AO MONITORAMENTO FISIOLÓGICO, COM CINTA PEITORAL PARA FIXAÇÃO;		
13.1.2	COMPATÍVEL COM TECNOLOGIAS DE CONECTIVIDADE BLUETOOTH® E ANT+;		
13.1.3	DIMENSÕES APROXIMADAS DO MÓDULO: <ul style="list-style-type: none">• LARGURA: 65 MM• ALTURA: 34 MM• ESPESSURA: 10 MM		
13.1.4	PESO APROXIMADO: <ul style="list-style-type: none">• PESO TOTAL COM CINTA: 60 G• PESO DO SENSOR SEM A CINTA: 21 G		
13.1.5	DESEMPENHO DO PROCESSADOR COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 63 MHZ;		
13.1.6	CAIXA CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE;		
13.1.7	TECNOLOGIA DE CONECTIVIDADE BLUETOOTH® INTEGRADA;		
13.1.8	COMPATÍVEL COM ANT+ VERSÃO 2.1 OU SUPERIOR;		
13.1.9	ALCANÇE MÍNIMO DE TRANSMISSÃO DE 90 M (9000 CM);		
13.1.10	GRAU DE RESISTÊNCIA À ÁGUA MÍNIMO WR30;		
13.1.11	BATERIA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 160 MAH;		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

13.1.12	TIPO DE BATERIA: COIN CELL OU EQUIVALENTE;	
13.1.13	INTERFACE DE CARREGAMENTO E/OU COMUNICAÇÃO POR CABO USB.	
13.2	ACESSÓRIOS INCLUSOS	
13.2.1	01 CINTA PEITORAL COMPATÍVEL COM O SENSOR;	
13.2.2	01 CABO USB PARA CARREGAMENTO E/OU COMUNICAÇÃO;	
13.2.3	MANUAL DE INSTRUÇÕES DO FABRICANTE.	
13.3	GARANTIA	
13.3.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

14	ESTAÇÃO DE MUSCULAÇÃO PARA MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	UN	4
14.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
14.1.1	INDICADO PARA USO EM AMBIENTES DE SAÚDE, FISIOTERAPIA, REABILITAÇÃO E PROGRAMAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE.		
14.1.2	EQUIPAMENTO DESTINADO À REALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS RESISTIDOS PARA FORTALECIMENTO MUSCULAR		
14.1.3	EXTENSÃO, TRAPÉZIO, BÍCEPS, BÍCEPS ROSCA SCOTT, BICEPS CONCENTRADO, TRÍCEPS, REMADA ALTA, REMADA BAIXA, ABDOMINAL, LEG PRESS		
14.1.4	COM SISTEMA DE CABOS REFORÇADOS		
14.1.5	AÇO TUBULAR SUPER-RESISTENTE		
14.1.6	DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA 2,30 M, ALTURA 2,30M, COMPRIMENTO 5,20 M		
14.2	GARANTIA		
14.2.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

15	CONTADOR MANUAL DE CÉLULAS	UN	4
15.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
15.1.1	APARELHO DESTINADO À CONTAGEM MANUAL DE CÉLULAS, COM INDICAÇÃO DE VALORES TOTAIS E SUBTOTAIS, ADEQUADO PARA USO EM ROTINAS LABORATORIAIS.		
15.1.2	O EQUIPAMENTO DEVERÁ DISPOR DAS FUNÇÕES TIMER (CONTROLE DE TEMPO PRÉ-DETERMINADO) E CRONÔMETRO.		
15.2	CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS E OPERACIONAIS		
15.2.1	POSSUIR, NO MÍNIMO, 11 (ONZE) TECLAS, SENDO:		
15.2.1.1	09 (NOVE) TECLAS DE CONTAGEM;		
15.2.1.2	02 (DUAS) TECLAS DE FUNÇÃO;		
15.2.2	POSSUIR VISOR DIGITAL PARA VISUALIZAÇÃO CLARA DAS CONTAGENS;		
15.2.3	POSSIBILITAR REGISTRO DE LEUCÓCITOS, INFORMANDO VALORES TOTAIS E SUBTOTAIS;		
15.2.4	POSSIBILITAR CONTAGEM MÍNIMA DE 999 (NOVECENTAS E NOVENTA E NOVE) CÉLULAS;		
15.2.5	PERMITIR CONTAGEM DE ERITROBLASTOS EM SEPARADO;		
15.2.6	POSSUIR ALARME SONORO E BLOQUEIO AUTOMÁTICO A CADA 100 (CEM) CÉLULAS CONTADAS;		
15.2.7	FUNÇÃO TIMER COM POSSIBILIDADE DE CONTROLE DE TEMPO DE ATÉ 9 (NOVE) HORAS E 59 (CINQUENTA E NOVE) MINUTOS;		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

15.2.8	FUNÇÃO CRONÔMETRO COM CAPACIDADE DE CRONOMETRAGEM DE ATÉ 9 (NOVE) MINUTOS E 59 (CINQUENTA E NOVE) SEGUNDOS;	
15.2.9	TECLADO DE ALTA DURABILIDADE, CAPAZ DE SUPORTAR ELEVADA QUANTIDADE DE ACIONAMENTOS.	
15.3	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA E CONSUMO	
15.3.1	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT – 127/220 V, 60 HZ, SELECIONÁVEL NA FONTE DO EQUIPAMENTO;	
15.3.2	BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, COM POTÊNCIA MÁXIMA APROXIMADA DE 3 W.	
15.4	CARACTERÍSTICAS FÍSICAS	
15.4.1	PESO APROXIMADO DO EQUIPAMENTO (SEM EMBALAGEM): 280 G;	
15.4.2	PESO APROXIMADO DA FONTE DE ALIMENTAÇÃO: 200 G;	
15.4.3	DIMENSÕES APROXIMADAS (L X A X P): 205 X 50 X 110 MM.	
15.5	DOCUMENTAÇÃO E GARANTIA	
15.5.1	FORNECIMENTO DE MANUAL DE OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA;	
15.5.2	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

16	PHMETRIA ESOFAGICA	UN	2
16.1	DESCRIÇÃO GERAL	PÁG. DO MANUAL	
16.1.1	EQUIPAMENTO MÉDICO DESTINADO À REALIZAÇÃO DE EXAME DE PHMETRIA ESOFÁGICA AMBULATORIAL, PARA MONITORAMENTO E REGISTRO CONTÍNUO DO PH ESOFÁGICO POR PERÍODO MÍNIMO DE 24 HORAS, UTILIZADO NA AVALIAÇÃO DE REFLUXO GASTROESOFÁGICO E OUTRAS ALTERAÇÕES DA ACIDEZ ESOFÁGICA, APLICÁVEL EM SERVIÇOS DE GASTROENTEROLOGIA.		
16.1.2	O SISTEMA DEVERÁ PERMITIR REGISTRO, ARMAZENAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS, COM POSTERIOR TRANSFERÊNCIA PARA COMPUTADOR E EMISSÃO DE RELATÓRIOS CLÍNICOS.		
16.2	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS		
16.2.1	SISTEMA COMPOSTO, NO MÍNIMO, POR: <ul style="list-style-type: none">• REGISTRADOR PORTÁTIL DE PH;• CATETER(ES) DE PH ESOFÁGICO;• SOFTWARE DEDICADO PARA ANÁLISE DOS EXAMES;• INTERFACE PARA COMUNICAÇÃO COM COMPUTADOR.		
16.2.2	REGISTRADOR PORTÁTIL COM CAPACIDADE DE REGISTRO CONTÍNUO DO PH POR PERÍODO MÍNIMO DE 24 HORAS.		
16.2.3	EQUIPAMENTO COM MEMÓRIA INTERNA PARA ARMAZENAMENTO DOS DADOS DO EXAME.		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

16.2.4	POSSUIR DISPLAY DIGITAL OU INDICADORES OPERACIONAIS PARA ACOMPANHAMENTO DO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.		
16.2.5	PERMITIR TRANSFERÊNCIA DOS DADOS PARA COMPUTADOR, POR MEIO DE CONEXÃO USB, DOCKING STATION OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE.		
16.2.6	SOFTWARE DEDICADO PARA VISUALIZAÇÃO, ANÁLISE E GERAÇÃO DE RELATÓRIOS DOS EXAMES DE PHMETRIA ESOFÁGICA, CONTENDO PARÂMETROS CLÍNICOS USUAIS PARA AVALIAÇÃO DO REFLUXO GASTROESOFÁGICO.		
16.2.7	PERMITIR CALIBRAÇÃO DO SISTEMA DE MEDIÇÃO DE PH CONFORME RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE.		
16.2.8	SISTEMA COM ALTA ESTABILIDADE DE LEITURA E PRECISÃO COMPATÍVEL COM APLICAÇÕES CLÍNICAS.		
16.3	ACESSÓRIOS		
16.3.1	01 (UM) REGISTRADOR PORTÁTIL DE PH.		
16.3.2	CATETER(ES) DE PH COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO.		
16.3.3	01 (UM) SOFTWARE DE ANÁLISE INSTALADO OU LICENCIADO PARA USO.		
16.3.4	CABOS, INTERFACES OU BASE DE COMUNICAÇÃO NECESSÁRIOS PARA TRANSFERÊNCIA DE DADOS.		
16.3.5	DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.		
16.4	REGULAMENTAÇÃO E GARANTIA		
16.4.1	O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA ANVISA OU COMPROVAÇÃO		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	DE DISPENSA, CONFORME LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.		
16.4.2	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

17	SERRA DE GESSO OSCILATÓRIA	UN	6
17.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
17.1.1	SERRA DE GESSO OSCILATÓRIA, DESTINADA À REMOÇÃO SEGURA DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS EM GESSO, FIBRA OU MATERIAIS SINTÉTICOS, OPERANDO POR SISTEMA DE VIBRAÇÃO/OSCILAÇÃO, QUE NÃO PROMOVE CORTE DE TECIDOS MOLES QUANDO UTILIZADA ADEQUADAMENTE.		
17.1.2	EQUIPAMENTO ELÉTRICO, PORTÁTIL, DE ACIONAMENTO MANUAL.		
17.1.3	SISTEMA DE FUNCIONAMENTO POR OSCILAÇÃO/VIBRAÇÃO, PRÓPRIO PARA CORTE DE GESSO E MATERIAIS RÍGIDOS, COM SEGURANÇA AO PACIENTE.		
17.1.4	MOTOR TIPO UNIVERSAL OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, COM DESEMPENHO COMPATÍVEL PARA USO HOSPITALAR CONTÍNUO.		
17.1.5	VELOCIDADE MÍNIMA DE OPERAÇÃO: ≥ 15.000 OSCILAÇÕES POR MINUTO (OU EQUIVALENTE EM RPM).		
17.1.6	POTÊNCIA MÍNIMA: ≥ 150 W.		
17.1.7	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM REDE HOSPITALAR: 110/127 V OU BIVOLT AUTOMÁTICO (127/220 V).		
17.1.8	CABO ELÉTRICO COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 2,5 METROS.		
17.1.9	EMPUNHADURA ERGONÔMICA, COM ISOLAMENTO ELÉTRICO E TÉRMICO, PERMITINDO USO PROLONGADO COM SEGURANÇA.		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

17.1.10	COMPATÍVEL COM LÂMINAS/DISCOS INTERCAMBIÁVEIS PRÓPRIOS PARA CORTE DE GESSO, DEVENDO ACOMPANHAR NO MÍNIMO 01 LÂMINA/DISCO.	
17.1.11	BAIXO NÍVEL DE VIBRAÇÃO RESIDUAL E RUÍDO, ADEQUADO PARA AMBIENTE ASSISTENCIAL.	
17.1.12	ACONDICIONAMENTO EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO.	
17.2	ACESSÓRIOS MÍNIMOS INCLUSOS	
17.2.1	01 (UMA) LÂMINA/DISCO PARA SERRA DE GESSO COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO;	
17.2.2	MANUAL DE OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA;	
17.2.3	CABO DE ALIMENTAÇÃO;	
17.2.4	CERTIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS REGULATÓRIAS:	
17.2.4.1	REGISTRO OU DISPENSA DE REGISTRO NA ANVISA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE;	
17.2.4.2	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES .	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

18	CÂMARA REFRIGERADA PARA CONSERVAÇÃO DE MEDICAMENTOS TERMOLÁBEIS, IMUNOBIOLOGICOS E HEMODERIVADOS	UN	36
18.1	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
18.1.1	REFRIGERADOR CIENTÍFICO/LABORATORIAL DESTINADO AO ARMAZENAMENTO DE MEDICAMENTOS TERMOLÁBEIS, IMUNOBIOLOGICOS, AMOSTRAS BIOLÓGICAS E MATERIAIS SENSÍVEIS À VARIAÇÃO TÉRMICA, COM CONTROLE RIGOROSO E MONITORAMENTO CONTÍNUO DA TEMPERATURA.		
18.1.2	CAPACIDADE NOMINAL DE NO MÍNIMO 120 (CENTO E VINTE) LITROS.		
18.1.3	FAIXA DE OPERAÇÃO DE TEMPERATURA ENTRE +2 °C E +8 °C.		
18.1.4	SISTEMA DE CONTROLE AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA, COM SET POINT PADRÃO EM +4 °C.		
18.1.5	SISTEMA DE MÚLTIPLOS SENSORES DE TEMPERATURA DISTRIBUÍDOS NO INTERIOR DO EQUIPAMENTO, ASSEGURANDO HOMOGENEIDADE TÉRMICA.		
18.1.6	PAINEL DE CONTROLE FRONTAL EM DISPLAY LCD OU TECNOLOGIA SUPERIOR, DE FÁCIL ACESSO, LEITURA E CONFIGURAÇÃO, COM INTERFACE EM LÍNGUA PORTUGUESA.		
18.1.7	SISTEMA DE REGISTRO DE TEMPERATURA, COM INDICAÇÃO INSTANTÂNEA, MÁXIMA E MÍNIMA.		
18.1.8	SISTEMA DE ARMAZENAMENTO E EMISSÃO DE RELATÓRIOS DE HISTÓRICO DE TEMPERATURA E DE EVENTOS OCORRIDOS.		

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	EM PERÍODOS CONFIGURÁVEIS.	
18.1.9	POSSIBILIDADE DE EXPORTAÇÃO DE DADOS POR MEIO DE PORTA USB (PEN DRIVE) OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, COM FUNÇÃO DE BACKUP.	
18.1.10	SISTEMA DE ALARME SONORO E VISUAL NO DISPLAY FRONTAL PARA INDICAÇÃO DE DESVIOS DE TEMPERATURA, FALHAS OPERACIONAIS, CONDIÇÃO DE BATERIA E NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO.	
18.1.11	SISTEMA DE ENVIO DE ALERTAS PARA INDICAÇÃO DE FALHAS DE BATERIA E NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO, QUANDO APLICÁVEL.	
18.1.12	SISTEMA DE EMERGÊNCIA POR BATERIA INTERNA (NOBREAK INTEGRADO), COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS PARA MANUTENÇÃO DO MONITORAMENTO E ALARMES.	
18.1.13	ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM INTEGRADO OU SISTEMA ELETRÔNICO DE PROTEÇÃO CONTRA VARIAÇÕES DA REDE ELÉTRICA.	
18.1.14	SISTEMA DE DEGELO AUTOMÁTICO.	
18.1.15	SISTEMA DE VENTILAÇÃO INTERNA FORÇADA, GARANTINDO DISTRIBUIÇÃO HOMOGÊNEA DA TEMPERATURA.	
18.2	CONSTRUÇÃO	
18.2.1	REVESTIMENTO INTERNO EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL DE RESISTÊNCIA E HIGIENIZAÇÃO EQUIVALENTE, COM PRATELEIRAS, GAVETAS OU SUPORTES REMOVÍVEIS E DESLIZANTES, DE FÁCIL LIMPEZA.	
18.2.2	PORTA COM VISOR TRANSPARENTE, PERMITINDO VISUALIZAÇÃO INTERNA SEM	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	NECESSIDADE DE ABERTURA.	
18.2.3	SISTEMA ANTIEMBAÇANTE NO VISOR.	
18.2.4	ILUMINAÇÃO INTERNA EM LED, COM ACIONAMENTO AUTOMÁTICO NA ABERTURA DA PORTA OU PROGRAMÁVEL PELO USUÁRIO.	
18.2.5	ESTRUTURA EXTERNA COM PINTURA ELETROSTÁTICA OU ACABAMENTO DE ALTA RESISTÊNCIA A RISCOS E CORROSÃO.	
18.2.6	ISOLAMENTO TÉRMICO DE ALTA DENSIDADE.	
18.2.7	RODÍZIOS COM TRAVAS, PERMITINDO FÁCIL MOVIMENTAÇÃO E POSICIONAMENTO SEGURO.	
18.3	CERTIFICAÇÕES E QUALIFICAÇÕES	
18.3.1	CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO TÉRMICA RASTREÁVEL À REDE BRASILEIRA DE CALIBRAÇÃO – RBC.	
18.3.2	ATENDIMENTO AOS PROCESSOS DE QUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÃO (QI), OPERAÇÃO (QO) E PERFORMANCE (QP), QUANDO APLICÁVEL.	
18.4	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA	
18.4.1	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICO (110 V / 220 V – 60 HZ).	
18.5	ACESSÓRIOS	
18.5.1	TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.	
18.5.2	MANUAL DE OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA.	
18.6	GARANTIA	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

18.6.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, INCLUINDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS.	
--------	---	--

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

19	CRANIÓTOMO ELÉTRICO COMPLETO PARA NEUROCIRURGIA	UN	2
19.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	PÁG. DO MANUAL	
19.1.1	EQUIPAMENTO ELETROMÉDICO DESTINADO A PROCEDIMENTOS NEUROCIRÚRGICOS, PARA REALIZAÇÃO DE CRANIOTOMIAS, PERFURAÇÕES E CORTES ÓSSEOS, COM CONTROLE PRECISO DE VELOCIDADE, IRRIGAÇÃO E SEGURANÇA OPERATÓRIA.		
19.1.2	COMPOSIÇÃO MÍNIMA DO SISTEMA: CONSOLE DIGITAL MICROPROCESSADO, COM INTERFACE GRÁFICA EM TELA TOUCHSCREEN (LCD OU TECNOLOGIA SUPERIOR).		
19.1.3	PERMITIR AJUSTES DE: VELOCIDADE DE ROTAÇÃO, SENTIDO DE ROTAÇÃO, IRRIGAÇÃO E RAMPAS DE ACELERAÇÃO E DESACELERAÇÃO.		
19.1.4	SISTEMA DE IRRIGAÇÃO INTEGRADO, COM CONTROLE DIRETAMENTE PELO CONSOLE.		
19.1.5	ENTRADAS FRONTAIS PARA CONEXÃO DE ATÉ TRÊS MICROMOTORES SIMULTÂNEOS, OU CONFIGURAÇÃO TÉCNICA EQUIVALENTE.		
19.1.6	POSSIBILIDADE DE USO SIMULTÂNEO DE ATÉ DUAS PEÇAS DE MÃO E DOIS PEDAIS, CONFORME CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA.		
19.1.7	ARMAZENAMENTO DE PARÂMETROS E CONFIGURAÇÕES PRÉ-PROGRAMADAS.		
19.1.8	INDICAÇÃO VISUAL EM PAINEL DE: VELOCIDADE, FLUXO DE IRRIGAÇÃO, STATUS DO SISTEMA E ALERTAS DE ERRO.		
19.1.9	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICO (100–240 V, 50/60 HZ).		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

19.1.10	GRAU DE PROTEÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM AS NORMAS NR-10, NR-32, NBR IEC 60601-2-2, OU NORMAS TÉCNICAS EQUIVALENTES VIGENTES.
19.2	PEÇAS DE MÃO E ACESSÓRIOS
19.2.1	MICROMOTOR DE ALTA ROTAÇÃO, COMPATÍVEL COM PROCEDIMENTOS NEUROCIRÚRGICOS. ROTAÇÃO MÁXIMA APROXIMADA 75.000 RPM
19.2.2	MOTOR DE TRÉPANO DE BAIXA ROTAÇÃO, REVERSÍVEL, COM AJUSTE DE VELOCIDADE ENTRE 100 E 1.200 RPM, OU FAIXA EQUIVALENTE TECNICAMENTE ADEQUADA.
19.2.3	SISTEMA DE TROCA RÁPIDA DE BROCAS E FRESAS, SEM NECESSIDADE DE FERRAMENTAS.
19.2.4	CONTROLE LIGA/DESLIGA INTEGRADO À PRÓPRIA PEÇA DE MÃO E/OU POR ACIONAMENTO MANUAL.
19.2.5	PEÇAS DE MÃO AUTOCLAVÁVEIS (121 °C E 134 °C), RESISTENTES À LIMPEZA MANUAL E MECÂNICA.
19.2.6	COMPATIBILIDADE GARANTIDA COM FRESAS E BROCAS DO PRÓPRIO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OU EQUIVALENTES CERTIFICADOS, DESDE QUE ATENDAM ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DE SEGURANÇA DO SISTEMA.
19.3	CONJUNTO MÍNIMO DE PONTEIRAS, BROCAS E ADAPTADORES
19.3.1	O SISTEMA DEVERÁ SER FORNECIDO COM CONJUNTO MÍNIMO, COMPOSTO POR:
19.3.1.1	3 CRANIOTOMOS COM PROTETOR DE DURA-MÁTER, TAMANHO ADULTO, ACOMPANHADOS DE 5 FRESAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	COMPATÍVEIS;	
19.3.1.2	1 TRÉPANO COM CONJUNTO DE 5 BROCAS COMPATÍVEIS;	
19.3.1.3	1 PONTEIRA (DRILL) ANGULADA CURTA (APROXIMADAMENTE 7 CM);	
19.3.1.4	1 PONTEIRA (DRILL) ANGULADA MÉDIA (APROXIMADAMENTE 12 CM);	
19.3.1.5	1 PONTEIRA (DRILL) ANGULADA LONGA (APROXIMADAMENTE 17 CM);	
19.3.1.6	1 PONTEIRA (DRILL) RETA CURTA (APROXIMADAMENTE 7 CM);	
19.3.1.7	1 PONTEIRA (DRILL) RETA MÉDIA (APROXIMADAMENTE 12 CM);	
19.3.1.8	1 PONTEIRA (DRILL) RETA LONGA (APROXIMADAMENTE 17 CM);	
19.3.1.9	5 BROCAS CORTANTES DIÂMETRO 3MM COMPATÍVEIS COM AS PONTEIRAS;	
19.3.1.10	5 BROCAS CORTANTES DIÂMETRO 4MM COMPATÍVEIS COM AS PONTEIRAS;	
19.3.1.11	5 BROCAS CORTANTES DIÂMETRO 5MM COMPATÍVEIS COM AS PONTEIRAS;	
19.3.1.12	5 BROCAS CORTANTES DIÂMETRO 6MM COMPATÍVEIS COM AS PONTEIRAS;	
19.3.1.13	5 BROCAS DIAMANTADAS DIÂMETRO 2MM COMPATÍVEIS COM AS PONTEIRAS;	
19.3.1.14	5 BROCAS DIAMANTADAS DIÂMETRO 3MM COMPATÍVEIS COM AS PONTEIRAS;	
19.3.1.15	5 BROCAS DIAMANTADAS DIÂMETRO 4MM COMPATÍVEIS COM AS PONTEIRAS;	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

19.3.1.16	5 BROCAS DIAMANTADAS DIÂMETRO 6MM COMPATÍVEIS COM AS PONTEIRAS;
19.3.1.17	CASSETTE E CLIPE DE IRRIGAÇÃO COMPATÍVEIS COM O SISTEMA OFERTADO.
19.3.1.18	SERÃO ACEITOS CONJUNTOS COM COMPOSIÇÃO EQUIVALENTE OU SUPERIOR, DESDE QUE ATENDAM PLENAMENTE ÀS FINALIDADES CLÍNICAS, COMPATIBILIDADE FUNCIONAL E SEGURANÇA DO SISTEMA.
19.4	MATERIAIS E CARACTERÍSTICAS GERAIS
19.4.1	CONSTRUÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL E/OU LIGAS METÁLICAS BIOCOMPATÍVEIS, CONFORME O COMPONENTE.
19.4.2	PEDAL PROGRESSIVO, À PROVA D'ÁGUA, DESMONTÁVEL, COM CABO DE COMPRIMENTO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) METROS .
19.4.3	CABOS DE CONEXÃO COM ENGATE RÁPIDO E TRAVA DE SEGURANÇA.
19.4.4	SENSOR DE CONEXÃO COM DETECÇÃO AUTOMÁTICA DE ACESSÓRIOS.
19.5	LIMPEZA E ESTERILIZAÇÃO
19.5.1	TODOS OS COMPONENTES REUTILIZÁVEIS DEVERÃO SER ESTERILIZÁVEIS POR VAPOR (AUTOCLAVE).
19.5.2	NÃO REQUERER DISPOSITIVOS AUXILIARES DE LAVAGEM INTERNA, DEVENDO SEGUIR AS INSTRUÇÕES DE LIMPEZA E ESTERILIZAÇÃO DO FABRICANTE.
19.5.3	FORNECIMENTO DE CAIXA OU CESTO DE ESTERILIZAÇÃO ORIGINAL, CONFECCIONADO EM MATERIAL TÉCNICO RESISTENTE (PLÁSTICO TÉCNICO OU AÇO INOXIDÁVEL), COM DIVISÓRIAS ESPECÍFICAS PARA OS COMPONENTES.

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

19.6	ITENS COMPLEMENTARES E SUPORTE	
19.6.1	CAIXA OU CESTO DE ESTERILIZAÇÃO ORIGINAL.	
19.6.2	CARRINHO OU RACK PARA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE SEGURO DOS ACESSÓRIOS.	
19.6.3	MANUAIS DE OPERAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRIMEIRO NÍVEL, EM LÍNGUA PORTUGUESA, EM FORMATO FÍSICO OU DIGITAL.	
19.6.4	INSTALAÇÃO E TREINAMENTO OPERACIONAL E DE SEGURANÇA PARA A EQUIPE MÉDICA E CME, MINISTRADO POR PROFISSIONAL HABILITADO PELO FABRICANTE OU EMPRESA POR ELE AUTORIZADA, PRESENCIAL OU REMOTO.	
19.6.5	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA PELO FABRICANTE NO BRASIL, COM SUPORTE PRESENCIAL E REMOTO E DISPONIBILIDADE DE PEÇAS DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA.	
19.7	REGULAMENTAÇÃO E CONFORMIDADE	
19.7.1	EQUIPAMENTO DEVIDAMENTE REGISTRADO NA ANVISA.	
19.7.2	ATENDIMENTO ÀS NORMAS NR-10, NR-32, NBR IEC 60601-2-2 E DEMAIS LEGISLAÇÕES SANITÁRIAS E TÉCNICAS APLICÁVEIS.	
19.8	GARANTIA	
19.8.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

20	ANALISADOR AUTOMATIZADO DE VHS (VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO)	UN	2
20.1	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
20.1.1	EQUIPAMENTO AUTOMATIZADO DESTINADO À DETERMINAÇÃO DA VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS) EM AMOSTRAS DE SANGUE TOTAL.		
20.1.2	UTILIZAÇÃO DE TUBOS PADRÃO DE HEMOGRAMA COM ANTICOAGULANTE EDTA K2 OU K3 (TAMPA ROXA), SEM NECESSIDADE DE TUBOS PROPRIETÁRIOS.		
20.1.3	OPERAÇÃO SEM UTILIZAÇÃO DE CONSUMÍVEIS EXCLUSIVOS, EXCETO OS TUBOS DE COLETA PADRÃO.		
20.1.4	MÉTODO DE MEDIÇÃO POR CORRELAÇÃO COM O MÉTODO DE WESTERGREN, CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.		
20.1.5	SISTEMA DE LEITURA POR IMAGEM (ÓPTICO/DIGITAL), COM ACOMPANHAMENTO DA CURVA DE SEDIMENTAÇÃO EM TEMPO REAL OU EQUIVALENTE TECNOLÓGICO.		
20.1.6	CAPACIDADE PRODUTIVA MÍNIMA DE 32 (TRINTA E DOIS) RESULTADOS POR HORA, OU SUPERIOR.		
20.1.7	RESULTADO AUTOMÁTICO, COM APRESENTAÇÃO EM DISPLAY E POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO A SISTEMA DE INFORMAÇÃO LABORATORIAL (LIS), QUANDO APLICÁVEL.		
20.1.8	EQUIPAMENTO MICROPROCESSADO, COM INTERFACE AMIGÁVEL PARA OPERAÇÃO E CONFIGURAÇÃO.		

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

20.2	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA	
20.2.1	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICO (110–220 V / 60 HZ).	
20.3	ACESSÓRIOS E DOCUMENTAÇÃO	
20.3.1	TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.	
20.3.2	MANUAL DE OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA.	
20.4	REGULAMENTAÇÃO E CONFORMIDADE	
20.4.1	EQUIPAMENTO DEVIDAMENTE REGISTRADO NA ANVISA OU COM COMPROVANTE DE DISPENSA DE REGISTRO, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	
20.4.2	ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E SANITÁRIAS APLICÁVEIS A EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS.	
20.5	GARANTIA	
20.5.1	GARANTIA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

21	ULTRASSOM PORTÁTIL (POCKET)	UN	10
21.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO SISTEMA	PÁG. DO MANUAL	
21.1.1	EQUIPAMENTO DE ULTRASSONOGRRAFIA PORTÁTIL TIPO POCKET (HANDHELD), COMPATÍVEL COM DISPOSITIVO MÓVEL (SMARTPHONE E/OU TABLET), COM CONEXÃO DO TRANSDUTOR POR CABO E/OU WI-FI E/OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE CONFORME ARQUITETURA DO FABRICANTE.		
21.1.2	COMPATIBILIDADE COM SISTEMAS OPERACIONAIS ANDROID /IOS OU POSSUIR SISTEMA OPERACIONAL PRÓPRIO.		
21.1.3	SISTEMA DIGITAL DE FORMAÇÃO E PROCESSAMENTO DE IMAGEM POR ULTRASSOM, COM ARQUITETURA MULTICANAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA EQUIVALENTE A 64 CANAIS FÍSICOS OU DESEMPENHO TÉCNICO COMPROVADAMENTE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.		
21.1.4	TRANSDUTORES COM ALIMENTAÇÃO DIRETA PELO SISTEMA PRINCIPAL OU DOTADOS DE BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL, INTEGRADA.		
21.1.5	FUNÇÃO DE ZOOM EM TEMPO REAL.		
21.1.6	ESCALA DE CINZA COM, NO MÍNIMO, 256 (DUZENTOS E CINQUENTA E SEIS) NÍVEIS.		
21.1.7	FAIXA DINÂMICA MÍNIMA DE 120 DB OU DESEMPENHO TÉCNICO EQUIVALENTE.		
21.1.8	SOFTWARE DE REDUÇÃO DE RUÍDOS E OTIMIZAÇÃO AUTOMÁTICA DE IMAGEM.		
21.1.9	FERRAMENTAS DE MEDIÇÃO PARA, NO MÍNIMO: DISTÂNCIA, ÁREA E CIRCUNFERÊNCIA, ALÉM DE CÁLCULOS COMPATÍVEIS COM AS APLICAÇÕES CLÍNICAS HABILITADAS NO EQUIPAMENTO.		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

21.1.10	SUORTE AO PROTOCOLO DICOM PARA ARMAZENAMENTO E ENVIO DE IMAGENS POR REDE.	
21.1.11	GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO IPX7, PERMITINDO LAVAGEM E IMERSÃO TEMPORÁRIA EM ÁGUA, CONFORME LIMITES DEFINIDOS PELO FABRICANTE.	
21.2	MODO DE IMAGEM:	
21.2.1	MODO B/2D;	
21.2.2	DOPPLER COLORIDO;	
21.2.3	MODO M;	
21.2.4	DOPPLER PULSADO (PW) E/OU ESPECTRAL, QUANDO APLICÁVEL AO MODELO OFERTADO;	
21.2.5	POWER DOPPLER, QUANDO DISPONÍVEL;	
21.2.6	RECURSOS AVANÇADOS COMO IMAGEM HARMÔNICA TECIDUAL, DOPPLER CONTÍNUO, DOPPLER TECIDUAL (TDI) OU CÁLCULOS AUTOMATIZADOS DE FRAÇÃO DE EJEÇÃO PODERÃO SER OFERTADOS COMO FUNCIONALIDADES ADICIONAIS;	
21.3	TRANSDUTORES	
21.3.1	TRANSDUTOR SETORIAL (CARDÍACO);	
21.3.1.1	TIPO SETORIAL/FASEADO;	
21.3.1.2	BANDA LARGA;	
21.3.1.3	FAIXA DE FREQUÊNCIA APROXIMADA ENTRE 1,0 E 4,0 MHZ (± 1 MHZ) OU EQUIVALENTE;	
21.3.1.4	INDICADO PARA APLICAÇÕES CARDÍACAS, PULMONARES, FAST E ABDOMINAL;	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

21.3.2	TRANSDUTOR LINEAR (VASCULAR/SUPERFICIAL)
21.3.2.1	TIPO LINEAR (ARRAY LINEAR), BANDA LARGA;
21.3.2.2	FAIXA DE FREQUÊNCIA OPERACIONAL MÍNIMA DE 4 MHZ A 12 MHZ OU FAIXA EQUIVALENTE QUE CONTEMPLE APLICAÇÕES SUPERFICIAIS, VASCULARES E MUSCULOESQUELÉTICAS
21.3.2.3	MATRIZ COM NO MÍNIMO 128 ELEMENTOS ATIVOS OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE QUE GARANTA RESOLUÇÃO ESPACIAL COMPATÍVEL;
21.3.2.4	ABERTURA (FOOTPRINT) MÍNIMA DE 34 MM;
21.3.2.5	PROFUNDIDADE DE IMAGEM AJUSTÁVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 120 MM (12 CM);
21.4	PRESETS CLÍNICOS
21.4.1	O SISTEMA DEVERÁ POSSUIR PRESETS PRÉ-CONFIGURADOS, NO MÍNIMO, PARA: <ul style="list-style-type: none">• PULMÃO• CARDÍACO• FAST• ABDOMINAL• VASCULAR OU EQUIVALENTES CLÍNICOS.
21.5	DISPOSITIVO MÓVEL (QUANDO FORNECIDO EM CONJUNTO)
21.5.1	SISTEMA OPERACIONAL ANDROID VERSÃO 10 OU SUPERIOR; OU IOS EQUIVALENTE.
21.5.2	PROCESSADOR MÍNIMO EQUIVALENTE A OCTA-CORE (≈2,4 GHZ OU SUPERIOR).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

21.5.3	MEMÓRIA MÍNIMA DE 4 GB RAM.	
21.5.4	ARMAZENAMENTO MÍNIMO DE 128 GB.	
21.5.5	CONECTIVIDADE WI-FI E/OU BLUETOOTH 5.0 OU SUPERIOR.	
21.5.6	INTERFACES USB E/OU USB-C.	
21.5.7	BATERIA COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 5 HORAS.	
21.5.8	CARREGADOR BIVOLT AUTOMÁTICO (110–220V / 60 HZ).	
21.6	ACESSÓRIOS MALETA OU CARRO DE TRANSPORTE	
21.6.1	MALETA	
21.6.1.1	MATERIAL RESISTENTE A QUEDA PARA ARMAZENAMENTO TOTAL DO CONJUNTO, COMPATÍVEL COM TRANSDUTOR E TABLET E DEMAIS ACESSÓRIOS	
21.6.2	OU CARRO DE TRANSPORTE COMPATÍVEL COM CONJUNTO TABLET E TRANSDUTORES	
21.6.2.1	ESTRUTURA METÁLICA COM PINTURA ELETROSTÁTICA OU EQUIVALENTE.	
21.6.2.2	NO MÍNIMO 04 RODÍZIOS.	
21.6.2.3	SUPORE SEGURO PARA O TRANSDUTOR E DISPOSITIVO MÓVEL.	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

21.6.2.4	COMPARTIMENTOS PARA GEL E ACESSÓRIOS.	
21.6.2.6	SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DE CABOS.	
21.6.2.7	RÉGUA DE TOMADAS INTEGRADA OU SISTEMA EQUIVALENTE.	
21.6.2.8	COMPATÍVEL COM USO HOSPITALAR E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO.	
21.7	REGULAMENTAÇÃO	
21.7.1	REGISTRO NA ANVISA OU COMPROVAÇÃO DE DISPENSA.	
21.7.2	ATENDIMENTO ÀS NORMAS APLICÁVEIS A EQUIPAMENTOS ELETROMÉDICOS.	
21.7.3	HOMOLOGAÇÃO ANATEL PARA MÓDULOS SEM FIO, QUANDO APLICÁVEL.	
21.7.4	CERTIFICAÇÃO INMETRO OU ORGANISMO ACREDITADO, QUANDO APLICÁVEL.	
21.8	GARANTIA	
21.8.1	GARANTIA MÍNIMA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES PARA TODOS OS ITENS FORNECIDOS	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

22	IMPRESSORA 3D PROFISSIONAL – TECNOLOGIA FDM/FFF	UN	2
22.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
22.1.1	EQUIPAMENTO DE MANUFATURA ADITIVA POR DEPOSIÇÃO DE MATERIAL TERMOPLÁSTICO, BASEADO NA TECNOLOGIA DE MODELAGEM POR DEPOSIÇÃO FUNDIDA (FDM/FFF), DESTINADO A USO PROFISSIONAL, INSTITUCIONAL E EDUCACIONAL, COM ELEVADO DESEMPENHO, PRECISÃO E CONFIABILIDADE OPERACIONAL.		
22.2	VOLUME DE IMPRESSÃO		
22.2.1	VOLUME ÚTIL DE IMPRESSÃO COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE REFERÊNCIA DE 256 × 256 × 256 MM (LARGURA × PROFUNDIDADE × ALTURA), OU CONFIGURAÇÃO EQUIVALENTE.		
22.2.2	SERÁ ACEITO EQUIPAMENTO COM DIMENSÕES NOMINAIS APROXIMADAS, DESDE QUE ATENDA A: <ul style="list-style-type: none">• VOLUME ÚTIL MÍNIMO DE IMPRESSÃO DE 16,5 LITROS;• EM PELO MENOS UM DOS EIXOS (X, Y OU Z), DIMENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 256 MM.		
22.2.3	NÃO SERÃO ACEITOS EQUIPAMENTOS COM VOLUME ÚTIL INFERIOR AO MÍNIMO ESTABELECIDO, AINDA QUE ATENDAM PARCIALMENTE ÀS DIMENSÕES LINEARES.		
22.3	ESTRUTURA E CONSTRUÇÃO		
22.3.1	ESTRUTURA METÁLICA RÍGIDA COMPOSTA POR AÇO E ALUMÍNIO, COM CHASSI DE ALTA ESTABILIDADE MECÂNICA, PROJETADA PARA REDUÇÃO DE VIBRAÇÕES E GARANTIA DE PRECISÃO DIMENSIONAL.		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

22.3.2	CARENAGEM TOTALMENTE FECHADA, CONSTITUÍDA POR PAINÉIS EM ALUMÍNIO, PLÁSTICO TÉCNICO E VIDRO TEMPERADO, PROPORCIONANDO ISOLAMENTO TÉRMICO, SEGURANÇA OPERACIONAL E CONTROLE AMBIENTAL DO PROCESSO DE IMPRESSÃO.	
22.4	SISTEMA DE EXTRUSÃO E CABEÇOTE	
22.4.1	SISTEMA DE EXTRUSÃO COMPATÍVEL COM FILAMENTOS DE 1,75 MM DE DIÂMETRO.	
22.4.2	HOTEND DO TIPO TOTALMENTE METÁLICO (ALL-METAL) OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, COM TEMPERATURA MÁXIMA MÍNIMA DE 300 °C.	
22.4.3	BICO (NOZZLE) FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE AO DESGASTE, ADEQUADO À IMPRESSÃO DE MATERIAIS TÉCNICOS E ABRASIVOS.	
22.4.4	CONJUNTO DO CABEÇOTE COM SISTEMA ORGANIZADO DE CABEAMENTO, PODENDO UTILIZAR CORRENTE DE CABOS (DRAG CHAIN) OU SOLUÇÃO TÉCNICA EQUIVALENTE. ASSEGURANDO DURABILIDADE E CONFIABILIDADE.	
22.5	SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO, VELOCIDADE E DESEMPENHO	
22.5.1	ARQUITETURA DE MOVIMENTAÇÃO DO TIPO COREXY OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE DE DESEMPENHO COMPATÍVEL.	
22.5.2	VELOCIDADE MÁXIMA DE IMPRESSÃO DE, NO MÍNIMO, 250 MM/S, OU DESEMPENHO EQUIVALENTE COMPROVADO PELO FABRICANTE.	
22.5.3	ACELERAÇÃO MÁXIMA DE, NO MÍNIMO, 10.000 MM/S ² , OU DESEMPENHO EQUIVALENTE QUE GARANTA IMPRESSÕES RÁPIDAS SEM COMPROMETER A	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	QUALIDADE DIMENSIONAL.	
22.5.4	POSSIBILIDADE DE AJUSTE DE VELOCIDADE E ACELERAÇÃO VIA SOFTWARE OU INTERFACE EMBARCADA.	
22.6	SISTEMA DE CALIBRAÇÃO E RECURSOS INTELIGENTES	
22.6.1	SISTEMA AUTOMÁTICO DE NIVELAMENTO DO LEITO DE IMPRESSÃO, BASEADO EM SENSOR OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, PERMITINDO CALIBRAÇÃO AUTOMÁTICA DA PRIMEIRA CAMADA E COMPENSAÇÃO DE IRREGULARIDADES.	
22.6.2	PODERÁ POSSUIR TECNOLOGIA ÓPTICA DE AUXÍLIO À CALIBRAÇÃO OU MONITORAMENTO, NÃO SENDO OBRIGATÓRIA TECNOLOGIA ESPECÍFICA.	
22.6.3	SISTEMA DE DETECÇÃO DE FALHAS DURANTE O PROCESSO DE IMPRESSÃO, INCLUINDO AO MENOS DETECÇÃO DE FALTA OU ROMPIMENTO DE FILAMENTO.	
22.7	SISTEMA DE RESFRIAMENTO E FILTRAGEM	
22.7.1	SISTEMA DE RESFRIAMENTO DA PEÇA COM CONTROLE AUTOMÁTICO.	
22.7.2	CONTROLE TÉRMICO ADEQUADO DA CÂMARA DE IMPRESSÃO.	
22.7.3	SISTEMA INTEGRADO DE FILTRAGEM DE AR OU SOLUÇÃO EQUIVALENTE PARA REDUÇÃO DE ODORES E PARTÍCULAS GERADAS DURANTE A IMPRESSÃO.	
22.8	COMPATIBILIDADE DE MATERIAIS	
22.8.1	COMPATIBILIDADE MÍNIMA COM OS SEGUINTE MATERIAIS TERMOPLÁSTICOS: PLA, PETG, TPU, PVA E PET.	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

22.8.2	COMPATIBILIDADE COM MATERIAIS TÉCNICOS: ABS, ASA, POLIAMIDA (PA/NYLON) E POLICARBONATO (PC), INCLUINDO FILAMENTOS COM CARGA DE FIBRA, DESDE QUE UTILIZADO BICO ADEQUADO.	
22.9	SISTEMA MULTIMATERIAL	
22.9.1	COMPATIBILIDADE COM SISTEMA AUTOMÁTICO DE ALIMENTAÇÃO E TROCA DE FILAMENTOS (AMS OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE), PODENDO SER INTEGRADO OU FORNECIDO COMO MÓDULO ADICIONAL.	
22.9.2	O SISTEMA DEVERÁ PERMITIR, NO MÍNIMO: <ul style="list-style-type: none">• TROCA AUTOMÁTICA DE FILAMENTOS;• IMPRESSÃO MULTIMATERIAL OU MULTICOLORIDA;• COMPATIBILIDADE COM FILAMENTOS DE 1,75 MM.	
22.10	ACESSÓRIOS E INSUMOS INICIAIS	
22.10.1	O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO SEU PLENO FUNCIONAMENTO, INCLUINDO CABOS, SUPORTES, FERRAMENTAS BÁSICAS DE MANUTENÇÃO, BICO PADRÃO INSTALADO E DEMAIS ITENS INDISPENSÁVEIS À OPERAÇÃO.	
22.10.2	DEVERÁ ACOMPANHAR FORNECIMENTO INICIAL DE FILAMENTOS EM QUANTIDADE SUFICIENTE PARA OPERAÇÃO REGULAR POR PERÍODO MÍNIMO ESTIMADO DE 06 (SEIS) MESES, CONSIDERANDO USO INSTITUCIONAL MODERADO.	
22.10.3	DEVERÁ SER FORNECIDO, NO MÍNIMO: <ul style="list-style-type: none">• 06 (SEIS) BOBINAS DE PLA, DIÂMETRO DE 1,75 MM, COM PESO	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	<p>MÍNIMO DE 1 KG CADA;</p> <ul style="list-style-type: none">• 02 (DUAS) BOBINAS DE PETG, DIÂMETRO DE 1,75 MM, COM PESO MÍNIMO DE 1 KG CADA;• 01 (UMA) BOBINA DE TPU, DIÂMETRO DE 1,75 MM, COM PESO MÍNIMO DE 1 KG; <p>01 (UMA) BOBINA DE MATERIAL TÉCNICO (ABS, ASA, PA OU PC), DIÂMETRO DE 1,75 MM, COM PESO MÍNIMO DE 1 KG.</p>	
22.10.4	PODERÁ SER ACEITA COMPOSIÇÃO EQUIVALENTE, DESDE QUE MANTIDO O TOTAL MÍNIMO DE 10 KG DE FILAMENTOS E ASSEGURADA A DIVERSIDADE DE MATERIAIS PARA APLICAÇÕES TÉCNICAS E EDUCACIONAIS.	
22.10.5	OS FILAMENTOS DEVERÃO SER NOVOS, ACONDICIONADOS ADEQUADAMENTE, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE, QUANDO APLICÁVEL, E COMPATÍVEIS COM A IMPRESSORA OFERTADA.	
22.11	REGULAMENTAÇÃO	E
	CONFORMIDADE	
22.11.1	MANUAL DE OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA.	
22.11.2	ATENDIMENTO ÀS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA ELÉTRICA APLICÁVEIS.	
22.11.3	QUANDO APLICÁVEL, HOMOLOGAÇÃO JUNTO À ANATEL PARA MÓDULOS SEM FIO.	
22.12	GARANTIA	
22.12.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES PARA O EQUIPAMENTO E SEUS ACESSÓRIOS, CONTADOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO, SALVO	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

PRAZO SUPERIOR OFERTADO PELO
FABRICANTE.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

23	ELETROCARDIOGRAFO DIGITAL PORTÁTIL, COM DISPLAY PRÓPRIO INTEGRADO	UN	15
23.1	DESCRIÇÃO GERAL	PÁG. DO MANUAL	
23.1.1	APARELHO DE ELETROCARDIOGRAMA DIGITAL PORTÁTIL, AUTÔNOMO, COM TECNOLOGIA EMBARCADA PARA VISUALIZAÇÃO E IMPRESSÃO NO PRÓPRIO EQUIPAMENTO, POSSUINDO VISOR PRÓPRIO INTEGRADO E POSSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO COM SISTEMAS EXTERNOS POR MEIO DE INTERFACES DE DADOS.		
23.1.2	EQUIPAMENTO DESTINADO À REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ELETROCARDIOGRAMA EM PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS.		
23.1.3	INDICADO PARA USO EM HOSPITAL DE NÍVEL TERCIÁRIO, INCLUINDO PRONTO ATENDIMENTO, UNIDADES DE INTERNAÇÃO, AMBULATÓRIOS E UNIDADES CRÍTICAS DO HC-UFTM – FILIAL EBSERH.		
23.2	CAPTAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DOS SINAIS		
23.2.1	CAPTAÇÃO SIMULTÂNEA DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) DERIVAÇÕES, COM IDENTIFICAÇÃO AUTOMÁTICA EM TEMPO REAL.		
23.2.2	POSSIBILITAR A VISUALIZAÇÃO DAS 12 DERIVAÇÕES EM UMA MESMA TELA, EM JANELAS INDIVIDUAIS OU EM SEGMENTOS INDIVIDUAIS DE UMA DERIVAÇÃO, CONFORME SELEÇÃO DO USUÁRIO.		
23.2.3	TELA COLORIDA INTEGRADA TIPO LCD OU TFT, COM TAMANHO MÍNIMO DE 7 (SETE) POLEGADAS, RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 24 BITS, PERMITINDO VISUALIZAÇÃO CLARA DOS TRAÇADOS DIRETAMENTE NO EQUIPAMENTO.		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

23.3	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS		
23.3.1	POSSIBILITAR AJUSTE DE NO MÍNIMO 4 NÍVEIS DE VELOCIDADE DE REGISTRO, ENTRE 5 MM/S E 50 MM/S, BEM COMO NO MÍNIMO 2 AJUSTES DE VELOCIDADE DE IMPRESSÃO.		
23.3.2	POSSUIR NO MÍNIMO 3 NÍVEIS DE SENSIBILIDADE AJUSTÁVEIS PELO USUÁRIO, INCLUINDO AJUSTE AUTOMÁTICO PARA TODAS AS DERIVAÇÕES.		
23.3.3	FAIXA DE AQUISIÇÃO DE SINAIS DE 0,05 HZ A 300 HZ, COM ATENUAÇÃO MÁXIMA DE -3 DB NA BANDA PASSANTE.		
23.3.4	TAXA DE AMOSTRAGEM SUPERIOR A 1.000 AMOSTRAS POR SEGUNDO POR CANAL.		
23.3.5	TOLERÂNCIA DE POTENCIAL DO ELETRODO DE ± 1000 MV.		
23.3.6	CORREÇÃO AUTOMÁTICA DA LINHA DE BASE.		
23.3.7	MONITORIZAÇÃO CONTÍNUA DOS SINAIS SEM INTERRUPÇÕES.		
23.4	FILTROS DIGITAIS: O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR FILTROS DIGITAIS SELECIONÁVEIS PELO USUÁRIO, INCLUINDO NO MÍNIMO:		
23.4.1	FILTRO DE REDE ELÉTRICA (60 HZ);		
23.4.2	FILTRO DE VARIAÇÃO DA LINHA DE BASE;		
23.4.3	FILTRO DE TREMOR MUSCULAR;		
23.4.4	FILTRO PASSA-BAIXA COM SELEÇÃO DE FREQUÊNCIAS DENTRO DA BANDA DE PASSAGEM DO EQUIPAMENTO.		
23.5	FUNCIONALIDADES OPERACIONAIS		

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

23.5.1	DETECÇÃO AUTOMÁTICA DE ELETRODO SOLTO.		
23.5.2	EXECUÇÃO AUTOMÁTICA DA CALIBRAÇÃO DO ECG.		
23.5.3	POSSIBILIDADE DE GRAVAÇÃO DE TRECHOS DE RITMO E REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES DIRETAMENTE NA TELA.		
23.5.4	POSSIBILIDADE DE IMPRESSÃO DO TRAÇADO CONTENDO OBRIGATORIAMENTE: <ul style="list-style-type: none">• FREQUÊNCIA CARDÍACA• GANHO• VELOCIDADE DO TRAÇADO• IDENTIFICAÇÃO DAS DERIVAÇÕES• DADOS DO PACIENTE		
23.6	ARMAZENAMENTO, COMUNICAÇÃO E INTEGRAÇÃO		
23.6.1	MEMÓRIA INTERNA COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 200 PACIENTES E SEUS RESPECTIVOS EXAMES		
23.6.2	EXPORTAÇÃO AUTOMÁTICA DOS EXAMES COMPLETOS NOS FORMATOS PDF, JPG, BMP OU GIF, OU FORMATOS EQUIVALENTES.		
23.6.3	COMUNICAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE DADOS VIA USB E REDE ETHERNET E/OU WI-FI.		
23.6.4	COMPATIBILIDADE COM PADRÃO DICOM, PERMITINDO ENVIO AO PACS E RECEBIMENTO DE WORKLIST, COM OU SEM DICOM PRINTER.		
23.6.5	INTERFACE DE SOFTWARE INTUITIVA, COM POSSIBILIDADE DE ATUALIZAÇÕES SEM CUSTOS DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA, E INTEGRAÇÃO AOS SISTEMAS OPERACIONAIS DO HOSPITAL.		

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

23.7	ALIMENTAÇÃO E BATERIA		
23.7.1	BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL DO TIPO LÍTIO, COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 2 HORAS DE USO CONTÍNUO		
23.7.2	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICA (100-240 V / 50-60 HZ).		
23.7.3	CARREGAMENTO DE BATERIA REALIZADO ATRAVÉS DE FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA HOMOLOGADA PELO FABRICANTE, BIVOLT AUTOMÁTICA 60HZ.		
23.8	SEGURANÇA ELÉTRICA E NORMAS		
23.8.1	ISOLAÇÃO ELÉTRICA DO EQUIPAMENTO EM RELAÇÃO AO PACIENTE E À REDE ELÉTRICA, CUMPRINDO AS NORMAS DE FABRICAÇÃO PADRÃO NBR IEC 60.601 E COLATERAIS.		
23.8.2	ATENDER ÀS NORMAS NBR IEC 60601-1 E NBR IEC 60601-2-25.		
23.8.3	PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ELÉTRICAS E DESFIBRILAÇÃO.		
23.9	CARRINHO PARA TRANSPORTE E ORGANIZAÇÃO		
23.9.1	O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COM CARRINHO COMPATÍVEL, DESTINADO AO TRANSPORTE SEGURO ENTRE OS SETORES DO HOSPITAL, CONTENDO:		
23.9.2	ESTRUTURA ESTÁVEL E RESISTENTE.		
23.9.3	RODAS PARA DESLOCAMENTO, SENDO NO MÍNIMO DUAS COM SISTEMA DE TRAVAMENTO.		
23.9.4	COMPARTIMENTOS OU SUPORTES PARA ACOMODAÇÃO DE CABOS, ELETRODOS E		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	ACESSÓRIOS.		
23.9.5	COMPATIBILIDADE COM O MODELO OFERTADO, SEM INTERFERIR NA OPERAÇÃO OU VISUALIZAÇÃO DO VISOR.		
23.9.6	O USO DO CARRINHO NÃO DEVERÁ SER CONDIÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, MANTENDO SEU CARÁTER PORTÁTIL.		
23.10	ACESSÓRIOS MÍNIMOS FORNECIDOS		
23.10.1	02 (DOIS) CABOS PACIENTE DE 10 VIAS.		
23.10.2	CONECTORES TIPO PINO BANANA OU TIPO PINÇA/GARRA OU TIPO CLIP, DEVENDO ACOMPANHAR ADAPTADORES QUE PERMITAM A ALTERNÂNCIA ENTRE OS TIPOS DE CONEXÃO.		
23.10.3	02 (DOIS) KITS DE ELETRODOS TIPO CARDIOCLIP REUTILIZÁVEIS, TOTALIZANDO NO MÍNIMO 04 (QUATRO) ELETRODOS, DESTINADOS AO USO E RESERVA.		
23.10.4	12 (DOZE) PERAS DE SUÇÃO TIPO VENTOSA PARA DERIVAÇÕES PRÉ-CORDIAIS.		
23.10.5	ELETRODOS DESCARTÁVEIS PARA ECG (MÍNIMO DE 50 UNIDADES).		
23.10.6	02 (DOIS) FRASCOS DE GEL CONDUTOR PARA ECG, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.		
23.10.7	MANUAL DE OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA.		
23.11	COMPONENTES DO FORNECIMENTO		
23.11.1	01 ELETROCARDÍOGRAFO DIGITAL PORTÁTIL COM VISOR PRÓPRIO INTEGRADO.		
23.11.2	02 CABO DE PACIENTE.		

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

23.11.3	01 FONTE DE ALIMENTAÇÃO.		
23.11.4	01 CARRINHO PARA TRANSPORTE.		
23.12	CERTIFICAÇÕES, GARANTIA E SUPORTE		
23.12.1	REGISTRO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA E/OU CERTIFICAÇÃO INMETRO, QUANDO APLICÁVEL.		
23.12.2	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM TERRITÓRIO NACIONAL.		
23.12.3	GARANTIA MÍNIMA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES.		
23.12.4	TREINAMENTO OPERACIONAL DA EQUIPE ASSISTENCIAL E TÉCNICA, COM EMISSÃO DE CERTIFICADO CONTENDO CARGA HORÁRIA, REALIZADO EM PELO MENOS 2 DIAS DISTINTOS E CONTEMPLANDO OS TRÊS TURNOS (MANHÃ, TARDE E NOITE).		
23.12.5	ENTREGA DE LAUDO DE CALIBRAÇÃO, MANUTENÇÃO E TESTES DE SEGURANÇA ELÉTRICA, COM CERTIFICADOS ATUALIZADOS E VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO.		

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

24	BOMBA DE INFUSAO VOLUMETRICA DE SERINGA - ALVO CONTROLADO	UN	15
24.1	DESCRIÇÃO GERAL	PÁG. DO MANUAL	
24.1.1	SISTEMA ELETRÔNICO MICRO PROCESSADO, INDICADA PARA ANESTESIA VENOSA POR MÉTODO ALVO CONTROLE E ANESTESIA INTRAVENOSA TOTAL		
24.1.2	COM CONTROLE DE VELOCIDADE DE INFUSAO DE NO MINIMO 0,1 A 1200 ML/H;		
24.1.3	CONTROLE DE VOLUME A INFUNDIR DE 0,1 A 9.999 ML (FAIXA MINIMA);		
24.1.4	CÁLCULO AUTOMATICO DE VELOCIDADE DE INFUSAO A PARTIR DO VOLUME TOTAL E DO TEMPO DE INFUSAO OU PROGRAMADA EM ML/H;		
24.1.5	TECLA PARA ZERAR O TOTALIZADOR DE VOLUME DURANTE A INFUSAO;		
24.1.6	DEVERÁ ACEITAR VÁRIAS MARCAS DE SERINGAS DE 5 A 60 ML		
24.1.7	MODOS DE INFUSÃO: ML/H, VOLUME/TEMPO, PROGRAMAÇÃO DE DOSE, UNIDADES DE TEMPO, LIMITE DE VOLUME, MODO DE PROGRAMAÇÃO COM VÁRIAS DROGAS E MODO DE ALVO CONTROLE PARA PROPOFOL, REMIFENTANIL, SULFENTANIL E ALFENTANIL (INCLUSIVE COM PROTOCOLOS PEDIÁTRICOS)		
24.1.8	MINIMO TRES NIVEIS DE PRESSAO DE OCLUSÃO		
24.1.9	VISOR DE FACIL LEITURA QUE INFORME CONSTANTEMENTE A VELOCIDADE DE INFUSÃO EM ML/H, VOLUME INFUNDIDO E O TIPO DE SERINGA		

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

24.1.10	INJECAO DE "BOLUS" EM VELOCIDADE DE 180 ML/H;	
24.1.11	KVO PROGRAMÁVEL DE 0,1 A 5,0 ML/H.	
24.1.12	ALARMES SONOROS E VISUAIS DE ERRO NA ENTRADA DE DADOS, ERROS NO LIMITE DE VELOCIDADE, OCLUSÃO, FIM DE CURSO E BATERIA BAIXA, SERINGA DIFERENTE DA CONFIGURADA, SERINGA VAZIA, DESCONECTADA OU TRAVADA, QUEDA OU AUMENTO DE PRESSÃO	
24.1.13	SILENCIADOR DE ALARMES;	
24.1.14	BATERIA RECARREGAVEL COM, NO MINIMO, 02 HORAS DE AUTONOMIA;	
24.1.15	INDICACAO LUMINOSA DE NIVEL DE CARGA DE BATERIA E DE BATERIA FRACA;	
24.1.16	SISTEMA PARA FIXACAO A SUPORTE NAS POSICOES HORIZONTAL E VERTICAL;	
24.1.17	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 100 - 240 V, 60HZ;	
24.1.18	OS LICITANTES DEVERAO APRESENTAR O CERTIFICADO DE CONFORMIDADE COM AS NORMAS NBR IEC 60601-1 E NBR IEC 60601-2-24 OU EQUIVALENTE DO PAÍS DE ORIGEM COM COPIA DA TRADUCAO JURAMENTADA.	
24.2	GARANTIA	
24.2.1	O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO DEFINITIVO.	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

25	ANALISADOR DE FUNÇÃO PULMONAR	UN	2
25.1	FINALIDADE E APLICAÇÃO	PÁG. DO MANUAL	
25.1.1	EQUIPAMENTO INDICADO PARA DIAGNÓSTICO, REGISTRO E AVALIAÇÃO DA FUNÇÃO PULMONAR INSPIRATÓRIA E EXPIRATÓRIA DE PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS, INCLUINDO, NO MÍNIMO: <ul style="list-style-type: none">• ESPIROMETRIA;• MEDIÇÃO DE VOLUMES PULMONARES;• VOLUME DE RESERVA RESPIRATÓRIA POR DILUIÇÃO DE HÉLIO E/OU LAVAGEM POR NITROGÊNIO;• DIFUSÃO PULMONAR POR MONÓXIDO DE CARBONO (DLCO);• VOLUME ALVEOLAR (VA).		
25.2	COMPOSIÇÃO DO SISTEMA		
25.2.1	O CONJUNTO DEVERÁ SER CONSTITUÍDO, NO MÍNIMO, PELOS SEGUINTE MÓDULOS: <ul style="list-style-type: none">• MÓDULO DE ESPIROMETRIA;• MÓDULO DE DIFUSÃO PULMONAR POR MONÓXIDO DE CARBONO (DLCO);• MÓDULO DE DILUIÇÃO DE HÉLIO E/OU LAVAGEM POR NITROGÊNIO;• MÓDULO DE BRONCOPROVOCAÇÃO;• MÓDULO DE PRESSÕES RESPIRATÓRIAS;• MÓDULO DE LEITURA AMBIENTAL (TEMPERATURA, PRESSÃO E UMIDADE);• ESTAÇÃO DE TRABALHO (HARDWARE);• SOFTWARE DE OPERAÇÃO E ANÁLISE;• TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA.		
25.3	CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO ELÉTRICA E AMBIENTAL		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

25.3.1	CAPACIDADE DE FUNCIONAMENTO SEM ALTERAÇÃO DE LEITURA E RESULTADOS DENTRO DA FAIXA DE TEMPERATURA AMBIENTE ENTRE 13 °C E 45 °C.	
25.3.2	CAPACIDADE DE FUNCIONAMENTO SEM ALTERAÇÃO DE LEITURA E RESULTADOS DENTRO DA FAIXA DE UMIDADE RELATIVA ENTRE 5% E 95%, SEM CONDENSAÇÃO.	
25.3.3	TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO COM COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA: 127 V / 220 V – 60 HZ.	
25.3.4	FORNECIMENTO DE NOBREAK COMPATÍVEL COM O SISTEMA, COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 30 (TRINTA) MINUTOS E COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO 127 V / 220 V – 60 HZ.	
25.4	MÓDULO DE ESPIROMETRIA	
25.4.1	CAPACIDADE DE REALIZAÇÃO, NO MÍNIMO, DOS SEGUINTE TESTES: <ul style="list-style-type: none">• CAPACIDADE VOLUMÉTRICA (CV);• CAPACIDADE VITAL FORÇADA (CVF);• CAPACIDADE VITAL LENTA (CVL);• ESPIROMETRIA LENTA;• ESPIROMETRIA FORÇADA;• FLUXO EXPIRATÓRIO FORÇADO (FEF);• VOLUME EXPIRATÓRIO FORÇADO NO TEMPO (VEFT).	
25.4.2	ESCALAS MÍNIMAS ABSOLUTAS PARA GRÁFICOS: <ul style="list-style-type: none">• VOLUME: MÍNIMO DE 10 LITROS (L);• FLUXO: MÍNIMO DE 16 LITROS POR SEGUNDO (L/S);• RESISTÊNCIA: INFERIOR A 0,5 CMH₂O/L/S.	
25.5	MÓDULO DE DIFUSÃO PULMONAR (DLCO / VA)	

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

25.5.1	CAPACIDADE DE REALIZAÇÃO DE TESTES PARA DETERMINAÇÃO DA CAPACIDADE DE DIFUSÃO PULMONAR (DLCO), NO MÍNIMO PELO MÉTODO DE RESPIRAÇÃO ÚNICA E/OU REINALAÇÃO.	
25.6	MÓDULO DE DILUIÇÃO DE HÉLIO / LAVAGEM POR NITROGÊNIO	
25.6.1	CAPACIDADE DE MEDIÇÃO E CÁLCULO DA CAPACIDADE RESIDUAL FUNCIONAL (CRF), CAPACIDADE PULMONAR TOTAL (CPT) E VOLUME RESIDUAL (VR), POR MEIO DE MÉTODO DE DILUIÇÃO DE HÉLIO EM CIRCUITO FECHADO, COM RESPIRAÇÕES MÚLTIPLAS.	
25.6.2	SISTEMA DE MEDIÇÃO POR CONDUTIVIDADE TÉRMICA, OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE.	
25.7	MÓDULO DE BRONCOPROVOCAÇÃO	
25.7.1	SISTEMA COMPACTO DE MEDIDA DE FLUXO PARA NEBULIZAÇÃO, QUE PERMITA A MISTURA DO AEROSSOL PRODUZIDO POR NEBULIZADOR AO AR INSPIRADO, COM NEBULIZAÇÃO PULSADA E/OU CONTÍNUA.	
25.8	MÓDULO DE PRESSÕES RESPIRATÓRIAS	
25.8.1	CAPACIDADE MÍNIMA PARA REALIZAÇÃO DOS SEGUINTE TESTES: <ul style="list-style-type: none">• MÁXIMA PRESSÃO INSPIRATÓRIA (MIP);• MÁXIMA PRESSÃO EXPIRATÓRIA (MEP).	
25.9	MÓDULO DE LEITURA AMBIENTAL	
25.9.1	CAPACIDADE DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA, PRESSÃO ATMOSFÉRICA E UMIDADE RELATIVA DO AMBIENTE, COM A FINALIDADE DE REALIZAR A CALIBRAÇÃO	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	AUTOMÁTICA DO EQUIPAMENTO.	
25.10	SOFTWARE DE OPERAÇÃO E ANÁLISE	
25.10.1	<p>O SOFTWARE DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO, AS SEGUINTESS FUNCIONALIDADES E LICENÇAS:</p> <ul style="list-style-type: none">• PROGRAMA DE MEDIÇÃO PARA ESPIROMETRIA, CURVAS FLUXO-VOLUME INSPIRATÓRIA E EXPIRATÓRIA E VENTILAÇÃO VOLUNTÁRIA MÁXIMA (VVM);• PROGRAMA DE ANIMAÇÃO FLUXO-VOLUME PARA MOTIVAÇÃO VISUAL, ESPECIALMENTE PARA PACIENTES PEDIÁTRICOS E IDOSOS;• PROGRAMA PARA CÁLCULO DA CAPACIDADE DE DIFUSÃO PULMONAR POR MONÓXIDO DE CARBONO (DLCO) PELO MÉTODO DE RESPIRAÇÃO ÚNICA;• PROGRAMA PARA CÁLCULO DA DIFUSÃO PULMONAR POR REINALAÇÃO;• PROGRAMA PARA MEDIÇÃO E CÁLCULO DA DILUIÇÃO DE HÉLIO PARA DETERMINAÇÃO DA CRF;• PROGRAMA PARA LEITURA DE TEMPERATURA, PRESSÃO E UMIDADE PARA CALIBRAÇÃO DO EQUIPAMENTO;• PROGRAMA PARA CÁLCULO DA FORÇA MUSCULAR RESPIRATÓRIA (PI E PE);• PROGRAMA ESPECÍFICO PARA TESTES DE BRONCOPROVOCAÇÃO;• PROGRAMA QUE PERMITA O CÁLCULO DOS VALORES PREDITOS E A VISUALIZAÇÃO COMPARATIVA GRÁFICA E NUMÉRICA ENTRE VALORES PREVISTOS E REAIS, CONFORME PADRÕES BRASILEIROS.	
25.11	INSUMOS	
25.11.1	<p>FORNECIMENTO MÍNIMO DOS SEGUINTESS INSUMOS:</p> <ul style="list-style-type: none">• 265 (DUZENTOS E SESSENTA E CINCO) FILTROS BACTERIANOS	

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro dePreços –Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	DESCARTÁVEIS, COM EFICIÊNCIA MÍNIMA DE FILTRAÇÃO SUPERIOR A 99,99%; <ul style="list-style-type: none">• 530 (QUINHENTOS E TRINTA) BOCAIS DESCARTÁVEIS;• 03 (TRÊS) CILINDROS DE 3 M³ DE CADA GÁS COMPRIMIDO, COM CARGA TOTAL, DEVIDAMENTE MISTURADOS PARA REALIZAÇÃO DOS EXAMES, ACOMPANHADOS DE VÁLVULAS REGULADORAS, MANGUEIRAS E CONEXÕES.	
25.12	ACESSÓRIOS	
25.12.1	FORNECIMENTO MÍNIMO DOS SEGUINTE ACESSÓRIOS: <ul style="list-style-type: none">• 01 (UMA) SERINGA DE CALIBRAÇÃO;• 01 (UM) SIMULADOR DE VOLUMES PLETISMOGRÁFICO (PULMÃO ARTIFICIAL);• 01 (UM) SIMULADOR DE GASES PARA DIFUSÃO (DLCO);• 02 (DOIS) PNEUMOTACÓGRAFOS COM SISTEMA DE AUTOAQUECIMENTO E AUTOZERAMENTO POR SOFTWARE, OU SENSORES ULTRASSÔNICOS SEM NECESSIDADE DE CALIBRAÇÃO, CONFORME APLICÁVEL;• 08 (OITO) TELAS RESERVA PARA OS PNEUMOTACÓGRAFOS (04 PARA CADA UNIDADE), OU ACESSÓRIOS EQUIVALENTES PARA SENSORES ULTRASSÔNICOS;• 01 (UM) KIT DE MANUTENÇÃO COM PEÇAS SUJEITAS À DESINFECÇÃO;• 01 (UM) NOBREAK, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE;• DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.	
25.13	ESTAÇÃO DE TRABALHO	
25.13.1	ESTAÇÃO DE TRABALHO COMPLETA COMPOSTA POR:	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	<ul style="list-style-type: none">• MICROCOMPUTADOR COM ARMAZENAMENTO MÍNIMO DE 1 TB;• MONITOR LCD OU LED MÍNIMO DE 21 POLEGADAS;• TECLADO PADRÃO ABNT;• MOUSE ÓPTICO;• NOBREAK.	
25.13.2	SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS VERSÃO MÍNIMA 10 PRO 64 BITS, DEVIDAMENTE LICENCIADO.	
25.13.3	TODOS OS SOFTWARES E HARDWARES NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO DEVERÃO ESTAR INSTALADOS E CONFIGURADOS.	
25.14	REGULAMENTAÇÃO	
25.14.1	EQUIPAMENTO COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA OU COMPROVANTE DE DISPENSA DE REGISTRO.	
25.15	GARANTIA	
25.15.1	GARANTIA MÍNIMA DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES PARA TODOS OS ITENS FORNECIDOS.	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

26	CENTRÍFUGA DIGITAL DE BANCADA MULTIRROTORES	UN	4
26.1	DESCRIÇÃO GERAL	PÁG. DO MANUAL	
26.1.1	CENTRÍFUGA DIGITAL DE BANCADA MULTIRROTORES, MICROPROCESSADA, DESTINADA À CENTRIFUGAÇÃO DE MATERIAL BIOLÓGICO EM ROTINAS LABORATORIAIS DIVERSAS, COM CONFIGURAÇÃO FLEXÍVEL POR MEIO DE KITS DE ROTORES E ADAPTADORES PARA DIFERENTES VOLUMES DE TUBOS.		
26.2	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS		
26.2.1	EQUIPAMENTO DE BANCADA, COM CONTROLE MICROPROCESSADO DIGITAL E INTERFACE EM DISPLAY LCD OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE;		
26.2.2	VELOCIDADE MÍNIMA DE 5.000 RPM, ADMITINDO VALORES SUPERIORES;		
26.2.3	RCF COMPATÍVEL COM A ROTAÇÃO, MÍNIMA DE 3.000 X G OU SUPERIOR;		
26.2.4	MOTOR DE INDUÇÃO SEM ESCOVAS (BRUSHLESS) OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE;		
26.2.5	SISTEMA MULTIRROTORES, DEVENDO ACOMPANHAR NO MÍNIMO: <ul style="list-style-type: none">• 01 ROTOR HORIZONTAL (SWING-BUCKET) COM CAÇAPAS BASCULANTES;• 01 ROTOR ANGULAR;		
26.2.6	COMPATIBILIDADE COM TUBOS DE DIFERENTES VOLUMES, INCLUINDO NO MÍNIMO: <ul style="list-style-type: none">• TUBOS DE 10 ML, 15 ML E 50 ML,• POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO ATÉ VOLUMES MAIORES (ATÉ 100 ML);		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

26.3	CAPACIDADE E CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE RACKS	
26.3.1	O EQUIPAMENTO DEVERÁ ACOMPANHAR CONJUNTO COMPLETO DE ROTORES, RACKS, CAÇAPAS E ADAPTADORES, PERMITINDO NO MÍNIMO AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES SIMULTÂNEAS:	
26.3.1.1	04 (QUATRO) RACKS PARA TUBOS DE 10 ML, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 5 (CINCO) TUBOS POR RACK (TOTAL MÍNIMO: 20 TUBOS);	
26.3.1.2	04 (QUATRO) RACKS PARA TUBOS DE 15 ML, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 4 (QUATRO) TUBOS POR RACK (TOTAL MÍNIMO: 16 TUBOS);	
26.3.1.3	ADAPTADORES COMPATÍVEIS PARA TUBOS DE 50 ML;	
26.3.2	SERÃO ACEITAS CONFIGURAÇÕES EQUIVALENTES QUE ATENDAM OU SUPEREM A CAPACIDADE TOTAL E FLEXIBILIDADE EXIGIDAS.	
26.4	FUNCIONALIDADES OPERACIONAIS	
26.4.1	AJUSTE DE VELOCIDADE EM RPM E/OU RCF;	
26.4.2	TEMPORIZADOR PROGRAMÁVEL DE 1 A 99 MINUTOS OU EQUIVALENTE;	
26.4.3	MEMÓRIA MÍNIMA DE 4 PROGRAMAS, ADMITINDO VALORES SUPERIORES;	
26.4.4	RAMPAS DE ACELERAÇÃO E FRENAGEM AJUSTÁVEIS;	
26.4.5	FUNÇÃO DE CENTRIFUGAÇÃO RÁPIDA (SHORT SPIN) OU EQUIVALENTE;	
26.4.6	OPERAÇÃO EM TEMPO CONTÍNUO (MODO INFINITO);	
26.5	SISTEMAS DE SEGURANÇA	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

26.5.1	TRAVA ELÉTRICA DA TAMPA;	
26.5.2	SISTEMA DE BLOQUEIO COM TAMPA ABERTA;	
26.5.3	SENSOR DE DESBALANCEAMENTO;	
26.5.4	PROTEÇÃO CONTRA VARIAÇÕES DE TENSÃO;	
26.5.5	ALARME AUDIOVISUAL PARA TÉRMINO DE CICLO E FALHAS OPERACIONAIS;	
26.5.6	SISTEMA DE ABERTURA MANUAL DA TAMPA EM CASO DE FALTA DE ENERGIA;	
26.6	CONSTRUÇÃO	
2.6.6.1	CÂMARA (CUBA) EM AÇO INOXIDÁVEL (AISI 304 OU EQUIVALENTE);	
26.6.2	GABINETE EM AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA;	
26.6.3	TAMPA COM VISOR TRANSPARENTE E SISTEMA DE AMORTECIMENTO;	
26.6.4	PÉS ANTIVIBRATÓRIOS AJUSTÁVEIS;	
26.6.5	SISTEMA DE VENTILAÇÃO DA CÂMARA;	
26.7	DESEMPENHO	
26.7.1	NÍVEL DE RUÍDO MÁXIMO DE ATÉ 65 DB EM ROTAÇÃO MÁXIMA;	
26.8	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA	
26.8.1	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 127 V – 60 HZ, OU BIVOLT AUTOMÁTICO	
26.9	ACESSÓRIOS	
26.9.1	CONJUNTO COMPLETO DE ROTORES, RACKS, CAÇAPAS E ADAPTADORES NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO;	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

26.9.2	MANUAL DE OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA;	
26.10	REGULAMENTAÇÃO	
26.10.1	REGISTRO VIGENTE NA ANVISA OU COMPROVAÇÃO DE DISPENSA, CONFORME LEGISLAÇÃO APLICÁVEL;	
26.11	GARANTIA	
26.11.1	GARANTIA MÍNIMA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, ABRANGENDO PEÇAS, MÃO DE OBRA, DESLOCAMENTOS E DEMAIS CUSTOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO.	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

27	CITOCENTRÍFUGA DIGITAL PARA 12 AMOSTRAS	UN	4
27.1	DESCRIÇÃO GERAL	PÁG. DO MANUAL	
27.1.1	CITOCENTRÍFUGA DIGITAL DE BANCADA, DESTINADA À CONCENTRAÇÃO CELULAR E AO PREPARO DE LÂMINAS CITOLÓGICAS A PARTIR DE FLUIDOS BIOLÓGICOS, PARA USO EM ROTINAS LABORATORIAIS CLÍNICAS E ANATOMOPATOLÓGICAS.		
27.2	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS		
27.2.1	CAPACIDADE PARA PROCESSAMENTO SIMULTÂNEO DE, NO MÍNIMO, 8 (OITO) AMOSTRAS, ADMITINDO EQUIPAMENTOS COM CAPACIDADE SUPERIOR, ATÉ 12 (DOZE) AMOSTRAS;		
27.2.2	SISTEMA DE CENTRIFUGAÇÃO ESPECÍFICO PARA CITOLOGIA, COM PORTA-AMOSTRAS E PORTA-LÂMINAS DEDICADOS, COMPATÍVEIS COM LÂMINAS DE MICROSCOPIA PADRÃO;		
27.2.3	CONTROLE DIGITAL MICROPROCESSADO, COM AJUSTE PRECISO DE VELOCIDADE E TEMPO;		
27.2.4	VELOCIDADE AJUSTÁVEL, COMPATÍVEL COM APLICAÇÕES CITOLÓGICAS, EXPRESSA EM RPM E/OU RCF;		
27.2.5	TEMPORIZADOR DIGITAL PROGRAMÁVEL;		
27.2.6	DISPLAY DIGITAL PARA VISUALIZAÇÃO CLARA DOS PARÂMETROS OPERACIONAIS;		
27.2.7	MEMÓRIA PARA ARMAZENAMENTO DE PROGRAMAS, PERMITINDO PADRONIZAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE CENTRIFUGAÇÃO;		
27.2.8	SISTEMA DE FIXAÇÃO SEGURA DAS LÂMINAS, GARANTINDO DEPOSIÇÃO		

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	UNIFORME DAS CÉLULAS;	
27.2.9	CÂMARA DE CENTRIFUGAÇÃO COM PROTEÇÃO CONTRA AEROSSÓIS, MINIMIZANDO RISCOS BIOLÓGICOS;	
27.2.10	SISTEMA DE SEGURANÇA QUE IMPEÇA A OPERAÇÃO COM A TAMPA ABERTA E A ABERTURA DA TAMPA DURANTE O FUNCIONAMENTO;	
27.2.11	SENSOR DE DESBALANCEAMENTO, OU SISTEMA EQUIVALENTE DE SEGURANÇA;	
27.2.12	OPERAÇÃO SILENCIOSA E ESTÁVEL, ADEQUADA AO AMBIENTE LABORATORIAL;	
27.2.13	MOTOR ELÉTRICO DE INDUÇÃO, LIVRE DE ESCOVAS (<i>BRUSHLESS</i>), OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, DE BAIXA MANUTENÇÃO.	
27.3	CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO	
27.3.1	ESTRUTURA ROBUSTA, ADEQUADA AO USO CONTÍNUO EM BANCADA;	
27.3.2	COMPONENTES INTERNOS RESISTENTES À CORROSÃO E COMPATÍVEIS COM PROCESSOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE ROTINA;	
27.3.3	TAMPA COM VEDAÇÃO ADEQUADA E COM POSSIBILIDADE DE VISUALIZAÇÃO SEGURA DO PROCESSO.	
27.4	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA	
27.4.1	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 127 V – 60 HZ, OU BIVOLT AUTOMÁTICO	
27.5	ACESSÓRIOS, SUPRIMENTOS E ITENS INCLUSOS NO FORNECIMENTO	
27.5.1	CONJUNTO COMPLETO DE PORTA-AMOSTRAS, PORTA-LÂMINAS, FUNIS, SUPORTES E DEMAIS ACESSÓRIOS COMPATÍVEIS COM A CAPACIDADE MÍNIMA	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	EXIGIDA;	
27.5.2	TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO;	
27.5.3	GARANTIA DE ACESSIBILIDADE E FORNECIMENTO CONTÍNUO DE SUPRIMENTOS, CONSUMÍVEIS E ACESSÓRIOS (PORTA-AMOSTRAS, PORTA-LÂMINAS E DEMAIS COMPONENTES), CONFORME NECESSIDADE DA CONTRATANTE, DURANTE A VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO;	
27.5.4	01 (UM) MANUAL DE OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA;	
27.6	REGULAMENTAÇÃO E CONFORMIDADE	
27.6.1	REGISTRO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA OU COMPROVAÇÃO DE DISPENSA DE REGISTRO, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	
27.7	GARANTIA	
27.7.1	GARANTIA MÍNIMA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, CONTEMPLANDO PEÇAS, MÃO DE OBRA E DESLOCAMENTOS, QUANDO APLICÁVEL.	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

28	APARELHO PORTÁTIL ELETROENCEFALÓGRAFO (EEG)	UN	4
28.1	DESCRIÇÃO GERAL	PÁG. DO MANUAL	
28.1.1	APARELHO PORTÁTIL DE ELETROENCEFALOGRAFIA (EEG), COMPOSTO POR AMPLIFICADOR E CONDICIONADOR DE SINAIS BIOLÓGICOS, DESTINADO À AQUISIÇÃO, ANÁLISE, REGISTRO E INTERPRETAÇÃO DE SINAIS ELETROENCEFALOGRAFÍCOS, COMPATÍVEL COM SISTEMAS DIGITAIS E INTEGRAÇÃO COM REDE HOSPITALAR.		
28.2	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO SISTEMA DE AQUISIÇÃO		
28.2.1	TOTAL MÍNIMO DE 44 (QUARENTA E QUATRO) CANAIS, DISTRIBUÍDOS DA SEGUINTE FORMA:		
28.2.1.1	MÍNIMO DE 18 (DEZOITO) CANAIS MONOPOLARES;		
28.2.1.2	MÍNIMO DE 14 (QUATORZE) CANAIS CONFIGURÁVEIS COMO BIPOLARES OU MONOPOLARES;		
28.2.1.3	01 (UM) CANAL DE REFERÊNCIA;		
28.2.1.4	01 (UM) CANAL DE TERRA;		
28.2.1.5	04 (QUATRO) CANAIS DE TRIGGER IN, PODENDO SER UTILIZADOS PARA MARCAÇÃO DE EVENTOS, POSIÇÃO DO PACIENTE OU SINCRONIZAÇÃO;		
28.2.1.6	02 (DOIS) CANAIS DE TRIGGER OUT;		
28.2.1.7	04 (QUATRO) CANAIS DIGITAIS ADICIONAIS, DESTINADOS, POR EXEMPLO, À INTEGRAÇÃO DE SINAIS COMO SPO ₂ , BPM E CURVA PLETISMOGRÁFICA.		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

28.2.2	AMPLIFICADOR BIOLÓGICO DE ALTA SENSIBILIDADE E BAIXO RUÍDO, ADEQUADO PARA EXAMES DE EEG CLÍNICO E MAPEAMENTO CEREBRAL;	
28.2.3	TELA COLORIDA PARA VISUALIZAÇÃO DOS SINAIS E PARÂMETROS;	
28.2.4	COMPATIBILIDADE COM REDE HOSPITALAR E INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS PACS, QUANDO APLICÁVEL;	
28.2.5	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM SISTEMA BIVOLT AUTOMÁTICO.	
28.3	SOFTWARE E LICENCIAMENTO	
28.3.1	SOFTWARE DEDICADO PARA AQUISIÇÃO, ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS DE EEG DIGITAL E MAPEAMENTO CEREBRAL; LICENÇA DE USO DEFINITIVA OU CONFORME MODELO DO FABRICANTE PARA O SOFTWARE DE EEG;	
28.3.3	OS SOFTWARES DEVERÃO ESTAR PREVIAMENTE INSTALADOS NO NOTEBOOK FORNECIDO E TAMBÉM ENTREGUES EM MÍDIA FÍSICA (CD OU USB);	
28.3.4	LICENÇA VÁLIDA DO SISTEMA OPERACIONAL DO NOTEBOOK INCLUSA NO FORNECIMENTO.	
28.4	COMPUTADOR E PERIFÉRICOS	
28.4.1	NOTEBOOK COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE EEG, ATENDENDO A TODOS OS REQUISITOS DE HARDWARE E SOFTWARE NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO;	
28.4.2	FONTE DE ALIMENTAÇÃO E CABOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA.	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

28.5	ESTIMULAÇÃO E ACESSÓRIOS FUNCIONAIS	
28.5.1	ESTIMULADOR VISUAL;	
28.5.2	ESTIMULADOR AUDITIVO;	
28.5.3	FONE DE OUVIDO COMPATÍVEL COM O SISTEMA (FOTO E ÁUDIO ESTIMULADORES)	
28.6	ELETRODOS E CONSUMÍVEIS INICIAIS	
28.6.1	NO MÍNIMO 01 (UM) CONJUNTO CONTENDO 25 (VINTE E CINCO) ELETRODOS DE OURO COM DIÂMETRO DE 0,50 MM;	
28.6.2	NO MÍNIMO 01 (UM) CONJUNTO CONTENDO 25 (VINTE E CINCO) ELETRODOS DE OURO COM DIÂMETRO DE 10 MM;	
28.6.3	PASTA ELETROCONDUTORA APROPRIADA PARA EEG DIGITAL.	
28.7	MOBILIÁRIO E TRANSPORTE	
28.7.1	01 (UM) CARRO MÓVEL COM RODÍZIOS, ADEQUADO PARA ACOMODAÇÃO E TRANSPORTE SEGURO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DO SISTEMA DE EEG.	
28.8	ACESSÓRIOS COMPLEMENTARES	
28.8.1	DEVERÃO SER FORNECIDOS TODOS OS CABOS, CONECTORES, FONTES, ADAPTADORES E DEMAIS ACESSÓRIOS INDISPENSÁVEIS AO FUNCIONAMENTO COMPLETO DO EQUIPAMENTO.	
28.9	INSTALAÇÃO E TREINAMENTO	
28.9.1	INSTALAÇÃO TÉCNICA A SER REALIZADA PELA CONTRATADA;	
28.9.2	TREINAMENTO OPERACIONAL E TÉCNICO PARA OS USUÁRIOS, A SER MINISTRADO PELA CONTRATADA.	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

28.10	GARANTIA	
28.10.1	GARANTIA TOTAL MÍNIMA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, CONTEMPLANDO PEÇAS, MÃO DE OBRA E SUPORTE TÉCNICO	

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

29	OTOSCÓPIO COM ILUMINADOR DE GARGANTA	UN	10
29.1	DESCRIÇÃO GERAL	PÁG. DO MANUAL	
29.1.1	OTOSCÓPIO EM FIBRA ÓPTICA, FABRICADO EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA, DESTINADO À AVALIAÇÃO DO CONDUTO AUDITIVO EXTERNO E OROFARINGE, DOTADO DE ILUMINADOR DE GARGANTA INTEGRADO OU COMPATÍVEL.		
29.2	CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS E ÓPTICAS		
29.2.1	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO POR LÂMPADA HALÓGENA OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE		
29.2.2	ILUMINAÇÃO POR FIBRA ÓPTICA;		
29.2.3	LENTE DE AUMENTO MÍNIMA DE 2,5X;		
29.2.4	LUPA REDONDA INTEGRADA AO SISTEMA ÓPTICO;		
29.2.5	CABEÇOTE COM VISOR ARTICULADO E MÓVEL, PERMITINDO MELHOR VISUALIZAÇÃO;		
29.2.6	ENCAIXE PARA VISOR SOBRESSALENTE;		
29.2.7	REGULAGEM DE ALTA E BAIXA INTENSIDADE LUMINOSA, COM CONTROLE DE INTENSIDADE DE LUZ.		
29.3	CABO E ALIMENTAÇÃO		
29.3.1	CABO CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL, DE TAMANHO MÉDIO, COMPATÍVEL COM USO DE PILHAS MÉDIAS;		
29.3.2	ALIMENTAÇÃO POR PILHAS MÉDIAS COMUNS;		
29.3.3	CONTROLE DE INTENSIDADE LUMINOSA NO CABO OU NO CORPO DO EQUIPAMENTO.		

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

29.4	ESPÉCULOS E ACESSÓRIOS	
29.4.1	ACOMPANHAMENTO MÍNIMO DE 05 (CINCO) ESPÉCULOS PERMANENTES DE PLÁSTICO, COM DIÂMETROS APROXIMADOS DE: 2,5 MM; 3,0 MM; 3,5 MM; 4,0 MM; 8,0 MM;	
29.4.2	ADMITIDO FORNECIMENTO DE ATÉ 10 (DEZ) ESPÉCULOS PERMANENTES, DESDE QUE MANTIDAS AS DIMENSÕES MÍNIMAS;	
29.4.3	FORNECIMENTO DE 01 (UMA) LÂMPADA SOBRESSALENTE;	
29.4.4	FORNECIMENTO DE 01 (UM) VISOR SOBRESSALENTE;	
29.4.5	FORNECIMENTO DE ESTOJO REFORÇADO PARA ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO E ACESSÓRIOS.	
29.5	DOCUMENTAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	
29.5.1	PRODUTO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANVISA, OU COMPROVAÇÃO DE DISPENSA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE;	
29.5.2	FORNECIMENTO DE MANUAL DE OPERAÇÃO E CATÁLOGO TÉCNICO EM LÍNGUA PORTUGUESA.	
29.6	GARANTIA	
29.6.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

30	LAVADORA DE ENDOSCÓPIO	UN	4
30.1	DESCRIÇÃO GERAL	PÁG. DO MANUAL	
30.1.1	LAVADORA AUTOMÁTICA DESTINADA AO REPROCESSAMENTO DE ENDOSCÓPIOS FLEXÍVEIS TOTALMENTE SUBMERSÍVEIS, CONTEMPLANDO AS ETAPAS AUTOMATIZADAS DE LIMPEZA COM DETERGENTE ENZIMÁTICO, DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL, ENXÁGUE, IRRIGAÇÃO INTERNA DOS CANAIS E SECAGEM.		
30.1.2	EQUIPAMENTO DESTINADO À COMPLEMENTAÇÃO DA LIMPEZA MANUAL, PROMOVENDO DESINFECÇÃO E SECAGEM DOS CANAIS INTERNOS DO ENDOSCÓPIO, ADEQUADO PARA USO HOSPITALAR CONTÍNUO.		
30.1.3	COMPATÍVEL COM OS PRINCIPAIS MODELOS DE ENDOSCÓPIOS FLEXÍVEIS DISPONÍVEIS NO MERCADO.		
30.2	CAPACIDADE E CONSTRUÇÃO		
30.2.1	CAPACIDADE MÍNIMA PARA PROCESSAMENTO DE 01 (UM) ENDOSCÓPIO POR CICLO;		
30.2.2	CUBA INTERNA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 (DEZ) LITROS;		
30.2.3	POSSUIR, NO MÍNIMO, 03 (TRÊS) CANAIS INDEPENDENTES PARA IRRIGAÇÃO INTERNA, COMPATÍVEIS COM A MAIORIA DOS MODELOS DE ENDOSCÓPIOS FLEXÍVEIS.		
30.2.4	ESTRUTURA CONSTRUÍDA EM MATERIAL RESISTENTE À CORROSÃO QUÍMICA E COMPATÍVEL COM SANEANTES HOSPITALARES.		
30.2.5	CONEXÃO HIDRÁULICA COMPATÍVEL COM INSTALAÇÃO HOSPITALAR PADRÃO.		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

30.2.6	SISTEMA DE FILTRAGEM DA ÁGUA COMPOSTO POR: <ul style="list-style-type: none">• FILTRO DE PARTÍCULAS DE, NO MÍNIMO, 50 MICRAS NA ENTRADA DE ÁGUA;• FILTRO ABSOLUTO DE, NO MÍNIMO, 0,22 MICRAS NO ENXÁGUE FINAL OU SISTEMA EQUIVALENTE QUE ASSEGURE PADRÃO MICROBIOLÓGICO COMPATÍVEL COM O REPROCESSAMENTO DE ENDOSCÓPIOS.	
30.2.7	RESERVATÓRIOS DE PRODUTOS QUÍMICOS REMOVÍVEIS OU DE FÁCIL ACESSO, PERMITINDO HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO ADEQUADAS.	
30.3	FUNCIONALIDADES E OPERAÇÃO	
30.3.1	SISTEMA TOTALMENTE AUTOMATIZADO PARA CONTROLE DOS CICLOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO, ENXÁGUE E SECAGEM.	
30.3.2	SISTEMA DE AQUECIMENTO DO DETERGENTE OU CONTROLE TÉRMICO EQUIVALENTE, MANTENDO TEMPERATURA APROXIMADA DE 37 °C DURANTE A ETAPA DE LIMPEZA.	
30.3.3	REALIZAR DESINFECÇÃO POR IMERSÃO COM IRRIGAÇÃO INTERNA COMPLETA DOS CANAIS DO ENDOSCÓPIO.	
30.3.4	POSSUIR FUNÇÃO DE SECAGEM DOS CANAIS INTERNOS POR AR FILTRADO, FLUXO CONTROLADO OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE.	
30.3.5	POSSUIR PROCESSO COMPLEMENTAR PARA AUXÍLIO À SECAGEM INTERNA DOS CANAIS AO TÉRMINO DO CICLO (EX.: RINSAGEM ALCOÓLICA OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE), COM RESERVATÓRIO	

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	PRÓPRIO E SISTEMA DE MONITORAMENTO DE NÍVEL.	
30.3.6	SISTEMA AUTOMATIZADO E PROGRAMÁVEL DE DOSAGEM/DILUIÇÃO DE DETERGENTE ENZIMÁTICO, COM RESERVATÓRIO DEDICADO E SENSOR DE NÍVEL PARA ALERTA DE PRODUTO INSUFICIENTE.	
30.3.7	COMPATÍVEL COM DETERGENTE ENZIMÁTICO E SANEANTES DE ALTO NÍVEL REGULARMENTE REGISTRADOS NA ANVISA, TAIS COMO ÁCIDO PERACÉTICO ATÉ 0,2%, GLUTARALDEÍDO ATÉ 3,4% OU TECNOLOGIAS EQUIVALENTES.	
30.3.8	INTERFACE DE OPERAÇÃO POR MEIO DE DISPLAY COLORIDO COM TECNOLOGIA SENSÍVEL AO TOQUE OU SOLUÇÃO EQUIVALENTE, PERMITINDO VISUALIZAÇÃO CLARA DOS PARÂMETROS DO CICLO.	
30.3.9	SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO INDIVIDUALIZADO POR IDENTIFICAÇÃO ELETRÔNICA DO OPERADOR (EX.: CARTÃO, SENHA, RFID OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE), DEVENDO ACOMPANHAR, NO MÍNIMO, 05 (CINCO) DISPOSITIVOS DE IDENTIFICAÇÃO OU CREDENCIAIS.	
30.3.10	SISTEMA DE RASTREABILIDADE CONTENDO, NO MÍNIMO: <ul style="list-style-type: none">• REGISTRO AUTOMÁTICO DOS CICLOS REALIZADOS;• IDENTIFICAÇÃO DO OPERADOR;• POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO DO NÚMERO DE SÉRIE DO ENDOSCÓPIO;• REGISTRO DE NÚMERO DE PRONTUÁRIO E IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE;• EMISSÃO DE COMPROVANTE DO CICLO REALIZADO, EM FORMATO IMPRESSO OU DIGITAL;• EXPORTAÇÃO DE RELATÓRIOS PARA DISPOSITIVO EXTERNO (EX.: USB OU	

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	TECNOLOGIA EQUIVALENTE) OU INTEGRAÇÃO EM REDE.	
30.3.11	INTERFACE PARA CONEXÃO EM REDE HOSPITALAR E/OU ACESSO REMOTO PARA DIAGNÓSTICO E SUPORTE TÉCNICO, OBSERVADAS AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DA CONTRATANTE.	
30.3.12	SISTEMA DE ALARMES SONOROS E/OU VISUAIS INDICATIVOS DE TÉRMINO DE CICLO, FALHAS OPERACIONAIS OU INTERCORRÊNCIAS.	
30.4	REQUISITOS ELÉTRICOS	
30.4.1	ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICA (127/220 V – 60 HZ).	
30.4.2	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEIS COM NORMAS VIGENTES APLICÁVEIS A EQUIPAMENTOS ELETROMÉDICOS.	
30.5	REGULAMENTAÇÃO	
30.5.1	PRODUTO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO ATIVO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	
30.5.2	DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS A EQUIPAMENTOS ELETROMÉDICOS E AO PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE.	
30.6	GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	
30.6.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ACEITE DEFINITIVO.	
30.6.2	CONSIDERA-SE ACEITE A CONCLUSÃO DA ENTREGA, INSTALAÇÃO E TESTES OPERACIONAIS CONFORME MANUAL DO	

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	FABRICANTE.	
30.6.3	ASSISTÊNCIA TÉCNICA DEVERÁ SER PRESTADA PELO FABRICANTE, REPRESENTANTE AUTORIZADO OU EMPRESA CREDENCIADA.	
30.6.4	MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS DEVERÃO SEGUIR AS RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE.	
30.7	INSTALAÇÃO E TREINAMENTO	
30.7.1	INSTALAÇÃO A SER REALIZADA PELO FORNECEDOR OU EMPRESA AUTORIZADA.	
30.7.2	DEVERÁ SER FORNECIDO TREINAMENTO OPERACIONAL E TÉCNICO ÀS EQUIPES DA CONTRATANTE, CONTEMPLANDO: <ul style="list-style-type: none">• OPERAÇÃO DO EQUIPAMENTO;• PROCEDIMENTOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO BÁSICA;• UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE RASTREABILIDADE;• PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA;• APRESENTAÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA RECOMENDADO PELO FABRICANTE;	

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

31	DINAMÔMETRO ESCAPULAR ATÉ 100 KGF	UN	4
31.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
31.1.1	DINAMÔMETRO ESCAPULAR DESTINADO À AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRAÇÃO EXERCIDA PELOS MEMBROS SUPERIORES;		
31.1.2	EQUIPAMENTO INDICADO PARA USO EM EXAMES MÉDICOS E AVALIAÇÕES FUNCIONAIS;		
31.1.3	CAPACIDADE MÍNIMA DE MEDIÇÃO: ATÉ 100 KGF (QUILOGRAMA-FORÇA);		
31.1.4	ESTRUTURA COMPOSTA POR ELEMENTOS ELÁSTICOS EM AÇO, ADEQUADOS À MEDIÇÃO DE FORÇA;		
31.1.5	MOSTRADOR CIRCULAR TIPO RELÓGIO, DE LEITURA SIMPLES E DIRETA;		
31.1.6	ESCALA GRADUADA EM QUILOGRAMA-FORÇA (KGF), COM DIVISÕES EM PRETO SOBRE FUNDO BRANCO;		
31.1.7	PONTEIRO INDICADOR DE MEDIÇÃO EM COR PRETA;		
31.1.8	PONTEIRO AUXILIAR (“PONTEIRO MORTO”) PARA REGISTRO DA FORÇA MÁXIMA APLICADA;		
31.1.9	PRECISÃO MÍNIMA DE $\pm 1\%$ DA CAPACIDADE TOTAL DO EQUIPAMENTO;		
31.1.10	PESO APROXIMADO DO APARELHO: 1.300 G		
31.2	GARANTIA		
31.2.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

32	DINAMÔMETRO DORSAL ATÉ 200 KGF	UN	4
32.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
32.1.1	DINAMÔMETRO DO TIPO DORSAL, DESTINADO À AVALIAÇÃO DA FORÇA EXERCIDA NO LEVANTAMENTO DE CARGAS;		
32.1.2	EQUIPAMENTO INDICADO PARA UTILIZAÇÃO MÉDICA, EM EXAMES E AVALIAÇÕES FUNCIONAIS;		
32.1.3	CAPACIDADE MÁXIMA DE MEDIÇÃO: ATÉ 200 KGF (QUILOGRAMA-FORÇA);		
32.1.4	ESTRUTURA COMPOSTA POR ELEMENTOS ELÁSTICOS EM AÇO, ADEQUADOS À MEDIÇÃO DE FORÇA;		
32.1.5	MOSTRADOR CIRCULAR TIPO RELÓGIO, DE LEITURA SIMPLES E DIRETA;		
32.1.6	ESCALA GRADUADA EM QUILOGRAMA-FORÇA (KGF), COM DIVISÕES EM PRETO SOBRE FUNDO BRANCO;		
32.1.7	PONTEIRO INDICADOR DE MEDIÇÃO EM COR PRETA;		
32.1.8	PONTEIRO AUXILIAR (“PONTEIRO MORTO”) PARA REGISTRO DA FORÇA MÁXIMA APLICADA;		
32.1.9	PRECISÃO MÍNIMA DE $\pm 1\%$ DA CAPACIDADE TOTAL DO EQUIPAMENTO;		
32.1.10	BASE DE APOIO COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 350 X 350 MM, GARANTINDO ESTABILIDADE DURANTE O USO;		
32.1.11	PESO APROXIMADO DO EQUIPAMENTO, INCLUINDO A BASE: 12.500 G.		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

32.2	GARANTIA	
32.2.1	GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do
HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

33	DINAMÔMETRO HIDRÁULICO DE MÃO	UN	4
33.1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS	PÁG. DO MANUAL	
33.1.1	DINAMÔMETRO HIDRÁULICO DESTINADO À MENSURAÇÃO DA FORÇA DE PRESSÃO MANUAL (PRENSÃO PALMAR);		
33.1.2	EQUIPAMENTO INDICADO PARA AVALIAÇÕES FUNCIONAIS, CLÍNICAS OU MÉDICAS;		
33.1.3	SISTEMA DE MEDIÇÃO COM DUPLA ESCALA, SENDO: <ul style="list-style-type: none">• QUILOGRAMA-FORÇA (KGF), COM CAPACIDADE MÁXIMA DE 90 KGF; OU• POUND-FORCE (LBF), COM CAPACIDADE MÁXIMA DE 200 LBF;		
33.1.4	ESTRUTURA CONFECCIONADA EM MATERIAL METÁLICO, GARANTINDO RESISTÊNCIA E DURABILIDADE;		
33.1.5	DESIGN ANATÔMICO, QUE PERMITA FÁCIL MANUSEIO DURANTE A AVALIAÇÃO;		
33.1.6	PEGADOR COM AJUSTE EM, NO MÍNIMO, 5 POSIÇÕES, PERMITINDO ACOMODAÇÃO A DIFERENTES TAMANHOS DE MÃOS;		
33.1.7	SISTEMA DE AJUSTE DO PEGADOR DE FÁCIL REGULAGEM, SEM NECESSIDADE DE FERRAMENTAS ESPECIAIS.		
33.2	GARANTIA		
33.2.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

34	SISTEMA AUTOMATIZADO DE UNITARIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	UN	2
34.1	FINALIDADE	PÁG. DO MANUAL	
34.1.1	SISTEMA DE UNITARIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS COM ALIMENTAÇÃO MANUAL, SEMIAUTOMÁTICA SEQUENCIAL OU AUTOMÁTICA.		
34.1.2	DESTINADO À UNITARIZAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO, EMBALAGEM E SELAGEM INDIVIDUAL DE COMPRIMIDOS, DRÁGEAS E CÁPSULAS, INCLUINDO FORMAS FARMACÊUTICAS SÓLIDAS A GRANEL (EMBALAGEM PRIMÁRIA).		
34.2	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DO EQUIPAMENTO E FUNCIONALIDADES		
34.2.1	POSSUIR ESTRUTURA ROBUSTA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL OU AÇO CARBONO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, ADEQUADA AO AMBIENTE HOSPITALAR.		
34.2.2	POSSUIR COMPONENTES/PEÇAS EM AÇO INOXIDÁVEL.		
34.2.3	POSSUIR DIMENSÕES APROXIMADAS ADEQUADAS PARA INSTALAÇÃO EM BANCADA, COM MEDIDAS EM TORNO DE: ALTURA DE 35 CM, LARGURA DE 45 CM E COMPRIMENTO DE 110 CM, ADMITINDO VARIAÇÃO COMPATÍVEL COM O PROJETO CONSTRUTIVO DO FABRICANTE, DESDE QUE NÃO COMPROMETA A INSTALAÇÃO NO ESPAÇO DISPONÍVEL.		
34.2.4	POSSUIR KIT DE DISCOS DE ALIMENTAÇÃO PARA FRACIONAMENTO/UNITARIZAÇÃO DE COMPRIMIDOS A GRANEL, DRÁGEAS E		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	CÁPSULAS, CONTENDO, NO MÍNIMO, OS SEGUINTE MODELOS COMPATÍVEIS COM DIFERENTES FORMATOS E DIMENSÕES DE FORMAS FARMACÊUTICAS SÓLIDAS:	
34.2.4.1	DISCO MICRO: INDICADO PARA COMPRIMIDOS PEQUENOS E DRÁGEAS PEQUENAS, COM COMPATIBILIDADE APROXIMADA PARA FORMAS FARMACÊUTICAS ENTRE 4 MM E 6 MM;	
34.2.4.2	DISCO PEQUENO UNIVERSAL: INDICADO PARA COMPRIMIDOS REDONDOS PADRÃO, COM COMPATIBILIDADE APROXIMADA ENTRE 6 MM E 8 MM;	
34.2.4.3	DISCO MÉDIO UNIVERSAL: INDICADO PARA COMPRIMIDOS REVESTIDOS E DRÁGEAS MÉDIAS, COM COMPATIBILIDADE APROXIMADA ENTRE 8 MM E 11 MM;	
34.2.4.4	DISCO OBLONGO PEQUENO: INDICADO PARA COMPRIMIDOS OVAIS, COM CAPACIDADE APROXIMADA PARA DIMENSÕES DE ATÉ 14 MM X 7 MM;	
34.2.4.5	DISCO OBLONGO GRANDE: INDICADO PARA CÁPSULAS, CAPLETS E COMPRIMIDOS ALONGADOS, COM CAPACIDADE APROXIMADA PARA DIMENSÕES DE ATÉ 24 MM X 10 MM;	
34.2.4.6	DISCO UNIVERSAL PARA CÁPSULAS GELATINOSAS DURAS, COMPATÍVEL COM CÁPSULAS NOS TAMANHOS APROXIMADOS 00, 0, 1 E 2.	
34.2.5	DISPOR DE PAINEL DE CONTROLE COM: CHAVE LIGA/DESLIGA, FUNÇÕES OPERACIONAIS, LUZES INDICADORAS DE OPERAÇÃO E ALERTAS, INTERFACE EM IDIOMA PORTUGUÊS (BRASIL).	
34.2.6	POSSUIR SISTEMA DE AQUECIMENTO PARA VEDAÇÃO AUTOMÁTICA DA EMBALAGEM,	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	GARANTINDO SELAGEM HERMÉTICA, INVIOLÁVEL E RESISTENTE À UMIDADE, CONTAMINAÇÃO EXTERNA E MANIPULAÇÃO DURANTE O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE.
34.2.7	REALIZAR EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO: ÁREA TRANSPARENTE OU TRANSLÚCIDA PARA VISUALIZAÇÃO DO MEDICAMENTO, ÁREA DESTINADA À IMPRESSÃO, SELAGEM TÉRMICA COM VEDAÇÃO ADEQUADA.
34.2.8	POSSUIR DISPOSITIVO PARA SERRILHAMENTO DA EMBALAGEM.
34.2.9	POSSUIR SISTEMA DE IMPRESSÃO INTEGRADO AO EQUIPAMENTO, PERMITINDO IMPRESSÃO DE: CÓDIGO DE BARRAS, DENOMINAÇÃO COMUM BRASILEIRA (DCB), DOSAGEM OU CONCENTRAÇÃO, LOTE, DATA DE VALIDADE, IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO, DEMAIS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À SEGURANÇA DO USO DO MEDICAMENTO.
34.2.10	POSSUIR MECANISMOS QUE IMPEÇAM A UNITARIZAÇÃO MÚLTIPLA INDEVIDA EM UMA MESMA EMBALAGEM.
34.2.11	GARANTIR RASTREABILIDADE COMPLETA DO PROCESSO DE UNITARIZAÇÃO.
34.2.12	UTILIZAR EMBALAGENS HERMÉTICAS, INVIOLÁVEIS E RESISTENTES À MANIPULAÇÃO, UMIDADE E TEMPO DE ESTOCAGEM, ADEQUADAS À PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE E RASTREABILIDADE DOS MEDICAMENTOS UNITARIZADOS.
34.2.13	DISPONIBILIZAR DIFERENTES TAMANHOS (INCLUINDO CÁPSULA TAMANHO 00) e CORES DE EMBALAGENS (TRANSPARENTE, VERMELHA, AZUL E AMARELA)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	ADEQUADAS À INDIVIDUALIZAÇÃO DE CÁPSULAS, COMPRIMIDOS E DRÁGEAS, COMPATÍVEIS COM SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO HOSPITALAR E DISPENSÁRIOS ELETRÔNICOS.	
34.2.14	POSSUIR SISTEMA COM CONTADOR DE PROCESSO, PERMITINDO: CONTAGEM DE UNIDADES EMBALADAS, CONTROLE DE PRODUÇÃO, PARADA AUTOMÁTICA AO ATINGIR A QUANTIDADE PROGRAMADA.	
34.2.15	POSSUIR SISTEMA OPERACIONAL DA IMPRESSORA COM LICENÇA INCLUSA, SEM CUSTO ADICIONAL.	
34.2.16	DISPOR DE SOFTWARE COM INTERFACE QUE PERMITA PADRONIZAÇÃO DA IMPRESSÃO, COMPATÍVEL COM O SISTEMA AGHU.	
34.2.17	POSSUIR CAPACIDADE MÍNIMA DE PRODUÇÃO DE APROXIMADAMENTE 3.000 UNIDADES POR HORA, INDEPENDENTEMENTE DA FORMA FARMACÊUTICA PROCESSADA (COMPRIMIDOS, DRÁGEAS OU CÁPSULAS).	
34.2.18	OPERAR EM TENSÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM A REDE ELÉTRICA NACIONAL 127 VOLTS OU BIVOLT AUTOMÁTICO.	
34.3	SEGURANÇA NO TRABALHO	
34.3.1	O EQUIPAMENTO DEVERÁ ATENDER INTEGRALMENTE À NR-12 – SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, BEM COMO ÀS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS.	
34.3.2	POSSUIR SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA REENERGIZAÇÃO AUTOMÁTICA APÓS INTERRUPÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, IMPEDINDO FUNCIONAMENTO SEM AÇÃO INTENCIONAL DO OPERADOR.	

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

34.3.3	POSSUIR SISTEMA DE SEGURANÇA NA SELAGEM QUE IMPEÇA CONTATO FÍSICO DO OPERADOR DURANTE A OPERAÇÃO.	
34.3.4	POSSUIR DISPOSITIVO AUTOMÁTICO DE SEGURANÇA QUE INTERROMPA A OPERAÇÃO EM CASO DE FALHA OU MAU FUNCIONAMENTO.	
34.4	SOFTWARE DO SISTEMA	
34.4.1	POSSUIR SOFTWARE COM INTERFACE COMPATÍVEL COM O SISTEMA DA INSTITUIÇÃO.	
34.4.2	PERMITIR IMPORTAÇÃO DE ARQUIVOS EM FORMATO TEXTO E DELIMITADOS POR PONTO E VÍRGULA (.CSV), CONTENDO: DADOS DE MEDICAMENTOS, FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO, TEXTOS COMPLEMENTARES.	
34.4.3	POSSUIR LICENÇA PERMANENTE, SEM CUSTOS RECORRENTES.	
34.4.4	PERMITIR INTERFACE VIA REDE DE DADOS COM O SISTEMA AGHUX PARA: IMPORTAÇÃO AUTOMÁTICA DE DADOS DOS MEDICAMENTOS, GERAÇÃO DE CÓDIGO DE BARRAS COM IDENTIFICAÇÃO ÚNICA POR UNIDADE UNITARIZADA.	
34.4.5	DISPOR DE: CONTROLE E HISTÓRICO DE PRODUTIVIDADE, REGISTRO E RELATÓRIOS DE ERROS, HISTÓRICO DE ACESSOS, MEMÓRIA NÃO VOLÁTIL, SISTEMA DE BACKUP DE DADOS.	
34.5	INSUMOS E ACESSÓRIOS	
34.5.1	FORNECER TODOS OS CABOS, CONECTORES, ADAPTADORES, SOFTWARES E DISPOSITIVOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA.	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

34.5.2	FORNECER MATERIAIS DE IMPRESSÃO E EMBALAGEM COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO, INCLUINDO BOBINAS, RIBBONS, TINTAS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA.	
34.5.3	AS EMBALAGENS DEVERÃO: PERMITIR IMPRESSÃO DE ALTA QUALIDADE, GARANTIR DURABILIDADE DAS INFORMAÇÕES, SER RESISTENTES AO MANUSEIO, SUOR, CONTATO COM ÁGUA, UMIDADE E TEMPO DE ESTOCAGEM, MANTENDO A INTEGRIDADE DA SELAGEM HERMÉTICA.	
34.5.4	POSSUIR DIFERENTES TAMANHOS (MÍNIMO DOIS) PARA DIVERSOS FORMATOS DE SÓLIDOS ORAIS (CAPACIDADE PARA FRACIONAMENTO DE CÁPSULA 00). POSSUIR EMBALAGENS EM CORES DIFERENTES (TRANSPARENTE, VERMELHA, AZUL E AMARELA), INCLUINDO PARA PROTEÇÃO UV (ÂMBAR).	
34.5.5	APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO ORIGINAL QUE COMPROVE O ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS.	
34.5.6	FORNECER QUANTIDADE INICIAL DE INSUMOS COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO, INCLUINDO BOBINAS, RIBBONS E DEMAIS MATERIAIS DE IMPRESSÃO E EMBALAGEM, SUFICIENTE PARA PRODUÇÃO MÍNIMA DE 90.000 (TRINTA MIL) UNIDADES FRACIONADAS/UNITARIZADAS.	
34.5.7	APRESENTAR REGISTRO OU CADASTRO VÁLIDO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA, QUANDO APLICÁVEL, OU DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE/DETENTOR QUE COMPROVE A DISPENSA DE REGISTRO/CADASTRO DO	

Termo de Referência – Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – Setor de Engenharia Clínica do HC/UFTM/Filial -EBSERH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

	EQUIPAMENTO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.	
34.6	GARANTIA MÍNIMA	
34.6.1	GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO BRASIL.	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG(34) 3318-5096

Encarte B – Lista de Endereço para Entrega

Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – HC-UFTM

Em atendimento ao disposto no Termo de Referência, informamos que o endereço para entrega de todos os equipamentos objeto do presente Pregão Eletrônico SRP é:

Setor de Engenharia Clínica
Tel.: (34) 3318-5096
R. Dominicanos, 129 - Nossa Sra. da Abadia, Uberaba – MG
CEP: 38025-450

As entregas deverão ocorrer em horário comercial, mediante agendamento prévio.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG(34) 3318-5096

ENCARTE C – MODELO DE PROPOSTA

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TIMBRE OU LOGOMARCA DA EMPRESA

Ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro EMPRESA: CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

TELEFONE:

E-MAIL:

CONTATO:

DADOS BANCÁRIOS:

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO / DETALHAMENTO	MARCA / FABRICANTE REGISTRO MS	UNID.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						

Valor total por extenso: R\$ _____ (_____)

- **Validade da Proposta: Mínimo de 90 dias;**
- **Prazo de entrega: Conforme Termo de Referência;**
- **Prazo para pagamento: Até 30 dias corridos;**
- **Nome completo do responsável, cargo, RG e CPF.**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG(34) 3318-5096

Esta empresa, por meio de seu representante legal, DECLARA que:

Está ciente e concordo com todas as condições contidas no Termo de Referência, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos;

Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT, NÃO emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal e NÃO possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal;

Esta proposta foi elaborada de maneira independente e seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato deste processo, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

NÃO se enquadra nas vedações previstas no artigo 19 e parágrafo único do Regulamento de Licitações e Contratos – Ebserh e NÃO possui em seu quadro de administração, pessoa com influência relevante ou envolvida em decisão de interesse exclusivo da Ebserh, em atenção ao art. 15, parágrafo único da POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA EBSEH.

_____, _____ de _____ de 20__

Assinatura do Representante Legal, cargo, RG e CPF

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES****HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO****SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA**

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

ENCARTE D – TERMO DE GARANTIA**1. IDENTIFICAÇÃO DO HC-UFTM**

1 – CNPJ	2 – Denominação conforme contido no Cartão do CNPJ		3 – Exercício
4 – Endereço		5 – EA	6 – Tipo
7 – Município	8 – Caixa Postal	9 – CEP	10 – UF
11 – DDD	12 – Fone	13 – E-mail	14 – Unidade Gestora

2. IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR DA SOLUÇÃO

1 – CNPJ	2 – Denominação conforme contido no Cartão do CNPJ		3 – Exercício
4 – Endereço		5 – EA	6 – Tipo
7 – Município	8 – Caixa Postal	9 – CEP	10 – UF
11 – DDD	12 – Fone	13 – FAX	14 – E-mail

3. DA VIGÊNCIA DA GARANTIA

O presente Termo de Garantia tem vigência, conforme o descritivo de cada item do Anexo A - Lista de Equipamentos - Especificações Técnicas, contados a partir da data de instalação e recebimento definitivo do equipamento, no HC-UFTM e compromisso de substituição imediata ou de reparos a critério da Contratante. A garantia é integral de mão de obra, partes, peças e acessórios (consumíveis ou não).

A garantia extingue-se automaticamente ao término dos prazos mencionados neste termo. Caso sejam efetuadas intervenções técnicas por terceiros no equipamento ou equipamentos complementares sem consentimento expresso da CONTRATADA, como, por exemplo, reparos ou modificações de circuitos a garantia será imediatamente extinta.

O reparo ou a substituição de parte do equipamento não prorroga nem interrompe o prazo da garantia definido neste instrumento.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

4. ESCOPO DA GARANTIA

A Garantia compreende todas as intervenções técnicas necessárias para o funcionamento do equipamento nas condições previstas nas especificações técnicas do equipamento, normas, legislações e condições deste edital. Para os equipamentos, entende-se por perfeito funcionamento quando, após atendimento, os equipamentos estiverem operacionais conforme exigido por este Termo de Referência, e as demais funcionalidades idênticas as das instaladas em fábrica.

Estão excluídos desse Termo de Garantia os defeitos ou danos decorrentes de:

1. caso fortuito ou força maior;
2. uso inadequado do equipamento;
3. negligência ou imperícia, vandalismo ou imprudência;
4. infecções por malware (software malicioso, tais como worm ou vírus de computador, que danifica computadores);

5. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Para os equipamentos de outras marcas fornecidos pela CONTRATADA, a responsabilidade será durante a vigência deste Termo de Garantia.

A CONTRATADA manterá assistência técnica permanente, prestada por equipe especializada, apta a atuar em todo o território nacional, a fim de possibilitar à CONTRATANTE operar com os equipamentos fornecidos sempre nas melhores condições de funcionamento.

Durante a vigência deste Termo de Garantia, a CONTRATADA deverá realizar as visitas decorrentes de chamados técnicos sem ônus ao CONTRATANTE.

As peças substituídas no período da garantia, deverão ser novas e originais do fabricante, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE.

Fica a CONTRATADA responsável por vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal dos equipamentos e peças, pelo prazo de garantia, obrigando-se a reparar o dano e substituir as peças que se fizerem necessárias, sem nenhum ônus ao HC.

Para efeito de cumprimento da garantia, quando da instalação dos equipamentos, a empresa CONTRATADA deverá utilizar MÉTODO DE LACRE OU OUTRO EXPEDIENTE que garanta a identificação da violação dos equipamentos durante o prazo de garantia, obrigando-se a efetuar a troca

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

a cada atendimento ao equipamento. Toda operação de lacre do equipamento, deverá ser identificada na ordem de serviço, ou documento equivalente, da empresa responsável pela instalação/manutenção do equipamento, com a assinatura datada do responsável pela unidade beneficiada, identificado no documento. Cópias desses documentos devem ser entregues aos responsáveis do CONTRATANTE e da CONTRATADA no ato da assinatura.

No período de garantia é admitida a troca de equipamentos defeituosos por outros iguais ou de tecnologia superior, desde que aprovado pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá realizar atualizações mandatórias e sem custos de versão dos softwares (sistema de controle, sistema operacional e drivers) durante todo o período de garantia.

A CONTRATADA, em até 10 dias anteriores ao término da garantia, deverá apresentar uma declaração, datada e assinada por profissional com competência para tal, garantindo que as atualizações de software ou de hardware e qualquer hardware associado são as mais atuais disponibilizadas pelo fabricante, relacionando as versões atuais e as instaladas no equipamento, sob pena de execução de atualizações após o término da garantia do equipamento.

Durante a vigência da garantia, a CONTRATADA deverá garantir:

Tempo de Resposta ao Hospital Universitário Federal de até 60 minutos ou menos por suporte remoto;

Após o horário comercial, a CONTRATADA deverá garantir resposta por telefone ao serviço de saúde, até no máximo às 09h00 (nove horas) da manhã útil subsequente;

CONTRATADA deve garantir abertura do Chamado Técnico 24 horas por dia e 7 dias por semana;

O Atendimento Técnico estará disponível em horário comercial;

A CONTRATADA deve garantir Atendimento Técnico remoto em até 48 horas após a abertura do Chamado Técnico e presencial em até 3 (três) dias úteis da abertura do Chamado Técnico.

____ de _____ de _____

Nome/Assinatura/Carimbo

TIMBRE OU LOGOMARCA DA EMPRESA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

ENCARTE E – TERMO DE RESPONSABILIDADE

Inserir Timbre da Empresa

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Por este documento, _____a (nome empresarial da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede à _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) _____, infra assinado, portador(a) do CPF nº _____, para fins de atendimento à exigência do PREGÃO HU-_____ nº____ / _____, AUTORIZA a abertura das caixas contendo os equipamentos envolvidos no Contrato HU- _____ nº____ / _____, sem a presença de seu representante, não deixando de responsabilizar-se pela conformidade formal dos itens com as especificações e condições deste Contrato e seu respectivo Edital.

E por ser verdade, assina o presente documento sob as penas da lei.

Local e data.

[Nome do Representante Legal]

ANEXO I

CHECKLIST TÉCNICO

NÃO RECEBIMENTO

0% DO PAGAMENTO

Pregão eletrônico:	Item do Pregão:
Nº do Contrato:	Qnt do item do pregão adquirido:
Fornecedor:	Qnt do item do pregão recebida:
CNPJ:	Valor unitário do item do PE:
Tipo de Equipamento:	Número(s) da(s) Nota Fiscal:
Nº de volumes:	Valor da nota fiscal:
Marca:	Nº do Empenho:
Modelo:	Valor do Empenho:
Nº(s) de série:	
Observações:	

Item	Descrição	Conformidade	Pré requisito TRP	Pré requisito TRD	Pendências e observações
1	O equipamento está em conformidade com a descrição do Contrato? (Verificação de marca/modelo ofertado e especificações técnicas)	NÃO CONFORME	Sim	Sim	
2	Foi encaminhado o checklist de pré-instalação ou site planning do equipamento?	NÃO CONFORME	Não	Sim	
3	Os acessórios/insumos foram entregues na quantidade e descrição especificada no Termo de Referência?	NÃO CONFORME	Não	Sim	
4	Se item 03 não conforme, a quantidade de acessórios/insumos fornecida é suficiente para uso assistencial inicial do equipamento?	NÃO CONFORME	Sim	Sim	
5	Foi realizada montagem do equipamento?	NÃO CONFORME	Sim	Sim	
6	Foram executados todos os testes operacionais e/ou de desempenho aplicáveis, conforme normativas vigentes?	NÃO CONFORME	Sim	Sim	
7	Foram executadas todas as qualificações, certificações e/ou calibrações conforme normativas vigentes?	NÃO CONFORME	Sim	Sim	
8	Foram configurados todos os presets/protocolos necessários ao funcionamento do equipamento de acordo com o Termo de Referência?	NÃO CONFORME	Não	Sim	
9	Se o item 8 não conforme, a ausência de configurações personalizadas de presets/protocolos permite o uso assistencial inicial do equipamento?	NÃO CONFORME	Sim	Sim	
10	Todas as funções/módulos de software foram entregues conforme especificações do Termo de Referência?	NÃO CONFORME	Não	Sim	
11	Se item 10 não conforme, a ausência de determinados funções/módulos de software permite o uso assistencial inicial do equipamento?	NÃO CONFORME	Sim	Sim	
12	O treinamento operacional foi agendado formalmente (por e-mail), dentro do prazo máximo estabelecido para o fornecedor pelo Termo de Referência, junto ao fabricante ou representante autorizado?	NÃO CONFORME	Sim	Sim	
13	O treinamento operacional foi executado conforme especificações do Termo de Referência?	NÃO CONFORME	Não	Sim	
14	Cronograma sugestivo de manutenção no período de garantia	NÃO CONFORME	Não	Sim	
15	Foi realizada a entrega do Manual Operacional ?	NÃO CONFORME	Não	Sim	
16	Foi realizada a entrega de Manual Técnico (Serviço) de acordo com as especificações do Termo de Referência	NÃO CONFORME	Não	Sim	

17	O treinamento técnico foi agendado formalmente (por e-mail), dentro do prazo estabelecido pelo Termo de Referência, junto ao fabricante ou representante autorizado?	NÃO CONFORME	Não	Sim																									
18	O treinamento técnico foi realizado?	NÃO CONFORME	Não	Não																									
19	As senhas de acesso foram entregues de acordo com as especificações do Termo de Referência	NÃO CONFORME	Não	Não																									
20	Equipamento liberado para uso pelo fornecedor?	NÃO CONFORME	Sim	Sim																									
ANEXAR RELATÓRIO FOTOGRÁFICO NO SEI																													
<table><tr><td>CIDADE</td><td>DIA</td><td>MÊS</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td colspan="2">Nome completo</td><td>SIAPE</td></tr><tr><td colspan="2"></td><td></td></tr><tr><td colspan="3">Gestor do Contrato - Setor de Engenharia Clínica</td></tr><tr><td colspan="2">Nome completo</td><td>SIAPE</td></tr><tr><td colspan="2"></td><td></td></tr><tr><td colspan="3">Fiscal do Contrato - Setor de Engenharia Clínica</td></tr></table>						CIDADE	DIA	MÊS				Nome completo		SIAPE				Gestor do Contrato - Setor de Engenharia Clínica			Nome completo		SIAPE				Fiscal do Contrato - Setor de Engenharia Clínica		
CIDADE	DIA	MÊS																											
Nome completo		SIAPE																											
Gestor do Contrato - Setor de Engenharia Clínica																													
Nome completo		SIAPE																											
Fiscal do Contrato - Setor de Engenharia Clínica																													

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

ENCARTE G – MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Eu, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, matrícula SIAPE _____, abaixo firmado, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras relacionadas constantes nos manuais de serviço do equipamento _____ modelo _____ e marca _____, objeto de aquisição do Termo de Referência que ensejou o Pregão eletrônico nº _____, realizado pelo HC-UFTM /Filial Ebserh (UASG 155011).

Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me:

1. A não utilizar QUAISQUER informações (Técnicas Administrativas ou Gerenciais), confidenciais ou não, a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação a que tiver acesso;
3. A não apropriar para mim ou para outrem de QUALQUER material técnico, gerencial ou administrativo que venha a ser disponível;
4. A não repassar o conhecimento das informações, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo ou confidencialidade de todas as informações fornecidas.
5. Em cuidar para que as informações confidenciais fiquem restritas ao conhecimento tão somente das pessoas que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e negócios, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial destas informações.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

Informação Confidencial significará toda informação revelada por meio do manual de serviço, excetuando-se deste os níveis permitidos pelo fabricante para os quais o hospital tenha sido treinado.

Informação inclui, mas não se limita, à informação relativa às documentações técnicas, relatórios técnicos, operações, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, sistemas, softwares, bases de dados, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos de esquema industrial, patentes, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados nos manuais de serviço.

Não constituirá “Informação” ou “Informação Confidencial” para os propósitos deste Termo aquela que:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
SETOR DE ENGENHARIA CLÍNICA

Rua Dominicanos, nº 129 – Abadia – CEP: 38025-450 - Uberaba/MG (34) 3318-5096

- a. Seja de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão da Parte Receptora;
- b. Já esteja em poder da Parte Receptora, como resultado de sua própria pesquisa, contanto que a Parte Receptora possa comprovar esse fato;
- c. Tenha sido legitimamente recebida de terceiros;
- d. Seja revelada em razão de uma ordem válida ou de uma ordem judicial, somente até a extensão de tais ordens, contanto que a Parte Receptora tenha notificado a existência de tal ordem, previamente e por escrito, à Parte Reveladora, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis;
- e. Tenham sido objeto de treinamento dos profissionais do hospital.

A **vigência** da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa pelas partes interessadas neste termo.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Uberaba, ____ de ____ de ____.

Nome/Assinatura/Carimbo

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

A.F. nº:	Processo:
Pregão SRP:	Local de entrega: ENGENHARIA CLÍNICA - R. Dominicanos, 129 - Nossa Senhora da Abadia - Uberaba/MG - CEP 38025-440
Amparo Legal: Lei nº 14.133/2021	Horário de recebimento: 07:30 às 11:00 / 13:00 às 16:00
Prazo de entrega: 60 dias	Contato: Carlos Batista Miranda Neto
Contrato:	Telefone: (34) 3318-5096
E-mail: stec.hc-uftm@ebserh.gov.br	

FORNECEDOR

CPF/CNPJ:	Telefone:
Fornecedor:	E-mail(s):
Endereço:	Banco:
Cidade:	Agência:
CEP:	Conta:

ITENS

Número	Especificação	Marca	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Valor
--------	---------------	-------	------------	---------	----------------	-------



HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

Avenida Getúlio Guaritá, nº 130 - Bairro Abadia

Uberaba-MG, CEP 38025-440

- <http://hcuftm.hubrasil.gov.br/>

CONJUR - Ata de Registro de Preços - RCC 3.0

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, unidade Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, sediado(a) na cidade de Uberaba (MG), à Av. Getúlio Guarita, nº 130, Bairro Nossa Senhora da Abadia, CEP: 38025-440, CNPJ 15.126.437/0005-77, UG-155011, neste ato representada por sua Superintendente, dra. Luciana de Almeida Silva Teixeira, matrícula funcional nº 1274123, nomeada por meio da Portaria nº 268 de 11 de julho de 2023, publicada no Boletim de Serviço nº 1595 de 13 de julho de 2023 e por seu Gerente Administrativo, dr. Rodrigo Juliano Molina, matrícula funcional nº 1344354, nomeado por meio da Portaria nº 303 de 27 de julho de 2023, publicada no Boletim de Serviço nº 1607 de 1º de agosto de 2023, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 277 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh, versão 3.0, aprovado por meio da Resolução n.º 297/2025 do Conselho de Administração, processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e no Termo de Referência, sujeitando-se as partes às normas constantes no RCC 3.0, na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e, de forma subsidiária, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, observando ainda as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do Edital de, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta registrada, independentemente de transcrição.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, *as quantidades mínimas e máximas de cada item* e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, nome do representante)								
X	Descrição/Especificação	Marca/Modelo	Código	Unidade de medida	Quantidade mínima	Quantidade máxima	Prazo de garantia ou validade	Valor Unitário	Valor total

Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo se compatibilizar com aquela prevista no Termo de Referência e reproduzir o preço e demais condições ofertadas na proposta registrada.

No âmbito da Ebserh, por meio da Nota Técnica - SEI nº 1/2024/CAD/DAI-EBSERH (35985224), a Diretoria de Administração e Infraestrutura não recomenda a utilização do conteúdo previsto no art. 4º do Decreto n.º 11.462/2023, que permite o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, em determinadas hipóteses. Texto idêntico foi introduzido no art. 95 do RCC 3.0. Diante disso, não se recomenda a utilização deste dispositivo até que eventualmente referida Nota Técnica seja revista.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, inscrito no CNPJ sob o nº 15.126.437/0005-77, UG: 155011.

3.2. *Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

Ou

3.2. *São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços, desde que responsáveis pela execução*

das atividades contempladas no art. 1º da Lei n.º 13.303/2016:

Ou

3.2. São participantes do registro de preços as entidades sem fins lucrativos cujas finalidades institucionais sejam compatíveis com as da Ebserh:

Ou

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços, desde que responsáveis pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei n.º 13.303/2016:

3.3. São ainda participantes do registro de preços as entidades sem fins lucrativos cujas finalidades institucionais sejam compatíveis com as da Ebserh:

Nota explicativa: O RCC 3.0 buscou regram aspectos relativos ao Sistema de Registro de Preços no âmbito interno da Ebserh. Nesse sentido, nos termos do seu art. 94, apenas para os casos omissos é que seriam aplicáveis as regras do Decreto Federal n.º 11.462/2023.

A norma interna disciplinou que as licitações no âmbito do SRP serão preferencialmente precedidas de Intenção de Registro de Preços (IRP), com prioridade de participação de outras unidades hospitalares da Ebserh. Não dispôs, entretanto, quando da publicação da IRP, sobre qual seria o prazo mínimo em que as manifestações de interesse poderiam ser encaminhadas. Diante disso, deve ser aplicado o art. 9º do Decreto n.º 11.462/2023, que fixa em 8 (oito) dias úteis, a contar do 1º dia útil subsequente à data de divulgação da IRP no SRP digital e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

A divulgação da IRP poderá ser dispensada quando (art. 97, § 1º do RCC 3.0): (i) a Ebserh for a única contratante para os Hospitais Universitários sob sua gestão ou (ii) houver risco de comprometimento do abastecimento do hospital, em razão da necessidade de contratação no menor prazo possível, desde que justificado pela área demandante.

A Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), após a formalização do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e elaboração do Termo de Referência (TR), deverá solicitar apoio da área de compras para abertura de IRP, quando for o caso, avaliando e decidindo as manifestações de interesse e incluindo as informações consolidadas no TR.

Por fim, nos termos do art. 102, §§ 1º e 2º, do RCC 3.0, poderão aderir ao registro de preços da Ebserh, na condição de "participantes", além as entidades contempladas no art. 1º da Lei n.º 13.303/2016, as entidades sem fins lucrativos cujas finalidades institucionais sejam compatíveis com as da Ebserh. Essa última situação, entretanto, somente poderá ser autorizada no momento em que definidos os termos e condições pela Diretoria Executiva.

4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei n.º 13.303/2016 ou Hospitais Universitários da Ebserh que operem Unidades Gestoras Vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior, que não participaram do procedimento de IRP, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias da Administração Central ou do Hospital Universitário, na condição de gerenciador, bem como do fornecedor.

4.2. A autorização da Administração Central ou do Hospital Universitário, na condição de gerenciador, apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. A Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.2.2. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, a Administração Central ou o Hospital Universitário somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para a Administração Central ou o Hospital Universitário gerenciador e participantes ou já destinadas a aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU n.º 2957/2011 - Plenário).

4.3. Após a autorização da Administração Central ou o Hospital Universitário gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata

4.3.1. O mencionado prazo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pela Administração Central ou Hospital Universitário, na condição de gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.4. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

6.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. A prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços poderá renovar os quantitativos a serem adquiridos, desde que haja acordo específico entre as partes.

6.2.1. Inexistindo acordo entre as partes quanto à renovação dos quantitativos, a prorrogação apenas servirá à execução do saldo remanescente.

6.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 194, § 3º, do RCC 3.0.

6.3.1. O instrumento contratual de que trata o item acima deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 196 do RCC 3.0.

6.5. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

6.5.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.5.2.1. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.5.2.2. mantiverem sua proposta original.

6.5.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.6. O registro a que se refere o item 6.5.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.8.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

6.8.2. quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.10. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o

fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas no instrumento convocatório.

6.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Ebserh.

6.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 6.10 e subitens, fica facultado à Ebserh convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.5.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Ebserh, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

6.13.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.13.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Ebserh a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do art. 196, inciso VI, do RCC 3.0;

7.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. por meio de reajuste dos preços registrados, nas contratações envolvendo a aquisição de bens, a prestação de serviços sem predominância ou sem dedicação exclusiva de mão de obra, ou a execução de obras, desde atendidas as condições a seguir.

7.1.3.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.1.3.2. Os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela Ebserh, do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta.

7.1.3.3. Deverá haver consulta formal ao fornecedor quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

7.1.3.4. O reajuste de preços será precedido de requerimento do fornecedor.

7.1.3.4.1. Caso o fornecedor não requeira tempestivamente o reajuste de preços e prorrogue a ata de registro de preços sem pleiteá-lo ou sem qualquer ressalva, ocorrerá a preclusão do direito.

7.1.3.4.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste quando este for requerido após a extinção da ata de registro de preços.

7.1.3.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

7.1.3.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a Ebserh pagará ao fornecedor a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.1.3.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.1.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que

vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.1.3.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.1.3.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.1.4. por meio de repactuação dos preços registrados, nas contratações envolvendo a prestação de serviços com predominância ou com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 196 do RCC 3.0.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Nesse caso, o fornecedor encaminhará, com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas no RCC 3.0 e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, a Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. A Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pela Ebserh, enquanto gerenciadora, para os Hospitais Universitários sob sua gestão e para os não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. da Administração Central para as Hospitais Universitários;

9.2.2. de Hospitais Universitários para Hospitais Universitários;

9.2.3. da Administração Central ou dos Hospitais Universitários para a entidade participante; ou

9.2.4. da Administração Central ou dos Hospitais Universitários para a entidade não participante.

9.3. A Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, que tiver estimado as quantidades que pretende contratar, será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 102 do RCC 3.0.

9.5. Competirá à Administração Central ou ao Hospital Universitário, na condição de gerenciador, autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Ebserh, sem justificativa razoável;

10.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e não houver comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado;

10.1.4. enquadrar-se em uma das hipóteses previstas no art. 70 ou no art. 137 do RCC 3.0; ou

10.1.5. estiver inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e não regularizar sua situação após transcurso de prazo indicado em notificação formal expedida pela Ebserh.

10.2. Na hipótese do item 10.1.4, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, a Ebserh poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela Ebserh, na condição de gerenciadora, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.5.1. por razão de interesse público;

10.5.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.5.3. se não houver êxito nas negociações de preços registrados.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das sanções estabelecidas no Termo de Referência anexo ao Edital.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das sanções decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11.3. O órgão ou entidade participante ou não participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência anexo ao Edital.

12.2. As obrigações da Ebserh e do fornecedor registrado estarão definidas no Termo de Referência ou no

Contrato.

12.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12.4. É eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da Justiça Federal de Uberaba/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser compostos pela conciliação.

Uberaba, data da assinatura eletrônica.

<p>(assinado eletronicamente)</p> <p>LUCIANA DE ALMEIDA SILVA TEIXEIRA Superintendente do HC/UFTM</p> <p>(assinado eletronicamente)</p> <p>RODRIGO JULIANO MOLINA Gerente Administrativo do HC/UFTM</p>	<p>(assinado eletronicamente)</p> <p>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Representante da Empresa</p>
---	---



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Gonçalves Venzel, Chefe de Unidade**, em 02/06/2026, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61528755** e o código CRC **7DB84130**.

Referência: Processo nº 23521.018638/2025-80 SEI nº 61528755



HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

Avenida Getúlio Guaritá, nº 130 - Bairro Abadia

Uberaba-MG, CEP 38025-440

- <http://hcuftm.hubrasil.gov.br/>

Processo nº 23521.018638/2025-80

CONJUR - Contrato Bens (escopo) - RCC 3.0 - atualizado em 29/05/2026

TERMO DE CONTRATO - FORNECIMENTO POR ESCOPO DE BENS

TERMO DE CONTRATO Nº, CELEBRADO ENTRE A HU BRASIL, UNIDADE HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, E A EMPRESA

CONTRATANTE: A HU Brasil, razão social Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, unidade Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, sediado(a) na cidade de Uberaba (MG), à Av. Getúlio Guaritá, nº 130, Bairro Nossa Senhora da Abadia, CEP: 38025-440, CNPJ 15.126.437/0005-77, UG-155011, neste ato representada por sua Superintendente, dra. Luciana de Almeida Silva Teixeira, matrícula funcional nº 1274123, nomeada por meio da Portaria nº 268 de 11 de julho de 2023, publicada no Boletim de Serviço nº 1595 de 13 de julho de 2023 e por seu Gerente Administrativo, dr. Rodrigo Juliano Molina, matrícula funcional nº 1344354, nomeado por meio da Portaria nº 303 de 27 de julho de 2023, publicada no Boletim de Serviço nº 1607 de 1º de agosto de 2023, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 277 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil, versão 3.0, aprovado por meio da Resolução n.º 297/2025 do Conselho de Administração;

CONTRATADA:, com sede na, CEP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, representada neste ato por (*nome*), CPF n.º, *conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos*;

Nota explicativa: Na qualificação das partes, considerando a Resolução do Tribunal de Contas da União (TCU) n.º 354/2023, os dados pessoais (matrícula funcional e ato de nomeação dos representantes da HU Brasil; CPF do representante da contratada) não devem ser anonimizados, considerando as bases do controle público/social.

Conforme Processo Administrativo n.º, de acordo com o Pregão Eletrônico SRP n.º, proposta comercial apresentada, Termo de Referência, seus encartes e anexos, a CONTRATANTE e a CONTRATADA celebram o presente Termo de Contrato, nos termos da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Regulamento de Compras e Contratos, versão 3.0 (RCC 3.0), dos normativos internos da HU Brasil, de forma subsidiária, do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

1. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento por escopo de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1. Discriminação do objeto:

Item	Descrição/Especificação	Marca/Modelo	Código	Unidade de medida	Quantidade	Prazo de garantia ou validade	Valor unitário	Valor total
1								
2								
...								

Nota explicativa: A tabela acima é **meramente ilustrativa**, devendo se compatibilizar com aquela prevista no Termo de Referência e anexos, bem como reproduzir o preço e as demais condições da proposta comercial.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. o Termo de Referência;

1.2.2. o instrumento convocatório;

- 1.2.3. a Ata de Registro de Preços;
- 1.2.4. a proposta da CONTRATADA;
- 1.2.5. eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, com início em e encerramento em, prorrogável, de forma excepcional, mediante registro por simples apostila, nos termos do art. 192, § 2º, e do art. 206, inciso VII, ambos do RCC 3.0.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, mediante registro por simples apostila, caso em que deverá a CONTRATANTE também avaliar a necessidade de readequação do cronograma de execução fixado para o contrato.

2.3.1. Quando a não conclusão do contrato referida no subitem anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

2.3.1.1. ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

2.3.1.2. poderá a CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Os critérios referentes ao modelo de execução do objeto estão definidos no Termo de Referência.

4. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. A forma, o prazo, as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão e demais condições para o pagamento à CONTRATADA estão definidos no Termo de Referência.

5. REAJUSTE

5.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

5.2. Os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta.

5.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

5.4. O reajuste de preços será precedido de requerimento da CONTRATADA.

5.4.1. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste de preços e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo ou sem qualquer ressalva, ocorrerá a preclusão do direito.

5.4.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste quando este for requerido após a extinção do contrato.

5.5. É indevido o pagamento de reajuste de preços resultante de atraso na execução contratual em razão de fatos imputáveis à CONTRATADA.

5.6. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, conforme o caso, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, mas não executados por culpa exclusiva da CONTRATADA.

5.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

5.8. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.9. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.10. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.11. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.12. O reajuste será realizado por apostilamento.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte de recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:

Nota de Empenho:

6.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após a aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante registro por simples apostila.

7. GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução na presente contratação.

8. GARANTIA DO PRODUTO

8.1. Será exigida a prestação de garantia do produto na presente contratação, conforme regras definidas no Termo de Referência.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o presente Termo de Contrato e seus anexos;

9.1.2. receber o objeto nas condições e no prazo estabelecidos no Termo de Referência;

9.1.3. notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do presente Termo de Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

9.1.5. comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

9.1.6. efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e no presente Termo de Contrato;

9.1.8. explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.1.9. notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

9.1.10. responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação motivada;

9.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do presente Termo de Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1. atender às determinações regulares emitidas pela Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela EFC, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.4. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), bem como por danos causados diretamente a terceiros ou à HU Brasil independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

10.1.5. quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf), a CONTRATADA deverá entregar à EFC, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

10.1.5.1. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.1.5.2. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.1.5.3. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.1.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

10.1.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.1.6. responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.7. comunicar à EFC tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.1.8. paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.1.9. manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

10.1.10. guardar por si, por seus empregados ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

10.1.11. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 196, inciso VI, do RCC 3.0;

10.1.12. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

10.1.13. alocar, quando for o caso, os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

10.1.14. fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

10.1.15. conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.1.16. submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.1.17. cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

10.1.18. não submeter, quando for o caso, os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas

exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

10.1.19. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

10.1.20. não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481/2008;

10.1.21. receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

10.1.22. não incorrer, durante a execução contratual, em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no art. 70 do RCC 3.0;

10.1.23. entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.24. comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

11.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

11.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

11.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

11.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

11.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

11.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

11.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

11.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no art. 48, § 1º, da LGPD.

11.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

11.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;

11.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

11.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

11.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei n.º 13.303/2016 e do RCC 3.0, os critérios previstos no Termo de Referência, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por uma EFC, especialmente designadas para tal, na forma do RCC 3.0.

12.2.1. A CONTRATANTE designará formalmente um conjunto de profissionais com vínculo direto com a

Administração Pública, seja celetista, comissionado ou estatutário, para compor a EFC, nos termos do art. 210 do RCC 3.0.

12.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.3.1. A EFC e a CONTRATADA utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a devida formalização.

12.4. A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. A EFC deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, utilizando-se, para isso, a abertura de processo administrativo específico, relacionado ao principal, para consolidar a documentação referente à fiscalização contratual, viabilizando a juntada de documentos referentes à execução do contrato.

12.5.1. O processo administrativo específico para gestão e fiscalização do contrato servirá para registrar a designação e organização da EFC, consolidar demais documentos relacionados a essa gestão, o controle de saldos, emissão de notas de empenho, registros de intercorrências na execução o objeto, bem como demais manifestações pertinentes.

12.6. Cabe ao gestor do contrato:

12.6.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de entrega, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

12.6.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

12.6.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

12.6.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

12.6.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, conforme o caso;

12.6.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da CONTRATANTE;

12.6.7. enviar a documentação pertinente à área responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12.7. Compete ao fiscal técnico:

12.7.1. acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a CONTRATANTE;

12.7.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

12.7.3. emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, quando identificada qualquer inexatidão ou irregularidade;

12.7.4. informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

12.7.5. comunicar imediatamente ao gestor do contrato no caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

12.7.6. comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

12.8. A EFC contará com o suporte das áreas de acompanhamento e de fiscalização administrativa, que atuarão para disseminar boas práticas e para apoiar a instituição de controles internos administrativos sobre gestão e fiscalização, nos termos do art. 213 do RCC 3.0.

12.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento

e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

13.1.2. Multa:

13.1.2.1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o 15º dia e a critério da CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.1.2.2. Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima;

13.1.2.3. Compensatória, para a inexecução parcial do contrato, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

13.1.2.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a HU Brasil, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.1.3.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa que:

13.1.3.1.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.1.3.1.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a HU Brasil em virtude de atos ilícitos praticados;

13.1.3.1.3. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.3.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.3.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.3.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.3.1.7. após manifestar formalmente interesse na prorrogação do contrato, não celebrar o aditivo de prorrogação.

13.2. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a HU Brasil poderão ser aplicadas juntamente com multa.

13.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à HU Brasil.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no RCC 3.0 e, subsidiariamente, a Lei n.º 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

13.5.1. A comunicação do ato para fins de contagem de prazos será feita, preferencialmente, na forma eletrônica, desde que haja confirmação de recibo por parte da CONTRATADA.

13.6. Aplicada a sanção de multa, deverão ser adotadas as seguintes medidas de cobrança administrativa do débito:

13.6.1. emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) e envio para pagamento pelo fornecedor sancionado;

13.6.2. não realizado o pagamento da GRU, compensação total ou parcial do débito com eventuais créditos, inclusive pagamentos pendentes, que o fornecedor sancionado possua com a HU Brasil, ainda que decorrentes de outros ajustes;

13.6.3. na hipótese de não existirem créditos disponíveis ou se forem insuficientes para quitar o débito, execução da garantia prestada pelo fornecedor sancionado, se houver;

13.6.4. não havendo garantia a ser executada, parcelamento total ou parcial do débito, mediante negociação entre a HU Brasil e o fornecedor sancionado.

13.6.4.1. O parcelamento não se aplica à parcela do débito a ser compensada com eventuais créditos ou executada da garantia prestada, se houver.

13.7. A CONTRATANTE deverá consultar, antes de cada pagamento, o cadastro único de multas de que trata o art. 225, § 2º, do RCC 3.0, devendo-se proceder à compensação total ou parcial caso seja identificada a existência de débito não quitado pelo credor do pagamento, com a respectiva atualização ou baixa no cadastro.

13.8. Poderá ser suspensa a cobrança de multas, em caráter excepcional, pelo período de até noventa dias, nas situações que envolvem o enfrentamento de impactos decorrentes de calamidade pública ou de emergência de saúde pública.

13.9. Esgotadas as medidas administrativas sem a integral quitação do débito, os autos serão remetidos à Consultoria Jurídica da HU Brasil, para análise da viabilidade de cobrança judicial.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à HU Brasil, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

13.11. No caso de infração que possa acarretar a sanção de multa ou de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, poderá ser firmado Termo de Ajustamento de Conduta como medida alternativa à instauração ou ao prosseguimento do processo administrativo sancionador, nos termos do art. 221 do RCC 3.0.

13.12. É admitida a reabilitação do fornecedor sancionado, desde que atendidos, cumulativamente, os requisitos do art. 226 do RCC 3.0.

13.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

13.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.16. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela HU Brasil deverão ser registradas e publicadas no Sicafe, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e, no caso de sanção de multa, no Cadin, nos termos da Lei n.º 10.522/2002.

13.16.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos termos da Lei n.º 12.846/2013, ou em outras plataformas de cadastro de inadimplentes de pessoas jurídicas autorizadas pela HU Brasil.

13.17. As sanções aplicadas pelos Hospitais Universitários e pela Administração Central terão abrangência no âmbito de toda a Rede HU Brasil.

14. EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O Termo de Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo fixado.

14.2. A rescisão do Termo de Contrato pode ocorrer nas seguintes hipóteses:

14.2.1. por ato unilateral formalizado pela CONTRATANTE, por algum dos motivos do art. 227 do RCC 3.0, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.2.1.1. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de regular processo administrativo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à CONTRATADA com prazo não inferior a 10

(dez) dias úteis.

14.2.2. de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

14.2.2.1. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais por apenas uma das partes sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

14.2.2.2. O inadimplemento contratual de ambas as partes autoriza a rescisão amigável, que deve ser formalizada por distrato.

14.2.3. de forma judicial, por determinação judicial.

14.3. O Termo de Contrato pode ser extinto no caso de se constatar a ocorrência de impedimento previsto no art. 70 do RCC 3.0.

14.4. A CONTRATANTE poderá ainda:

14.4.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, executar a garantia de execução contratual para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos; e

14.4.2. reter, na hipótese de insuficiência da garantia de execução contratual, os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato, e antes de eventual prorrogação.

14.6. A extinção do Termo de Contrato, formalizada por Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato, será precedida, sempre que possível, de:

14.6.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.6.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.6.3. indenizações e multas.

14.7. Formalizada a extinção, o extrato do Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, no Portal da HU Brasil e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o art. 230 do RCC 3.0.

15. ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais serão regidas pelo art. 196 e seguintes do RCC 3.0.

15.2. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela CONTRATADA, das prestações determinadas pela HU Brasil no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos.

15.3. Registros que não caracterizam alteração contratual podem ser realizados mediante registro por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 206 do RCC 3.0.

16. ANTICORRUPÇÃO

16.1. Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo de Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Termo de Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

17. CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 13.303/2016, no Decreto n.º 8.945/2016, no RCC 3.0 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

18. PUBLICAÇÃO

18.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação no Diário Oficial da União, no Portal da HU Brasil e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme o art. 278 do RCC 3.0.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

19.1.1. poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, nos termos do art. 178 do RCC 3.0.

19.1.2. o procedimento para parcelamento e compensação de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações seguirá, no que couber, a Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26/2022.

19.1.3. o procedimento para cessão de crédito observará as seguintes regras:

19.1.3.1. as cessões de crédito, de qualquer natureza, dependerão de prévia aprovação da CONTRATANTE.

19.1.3.2. a eficácia da cessão de crédito em relação à CONTRATANTE está condicionada à celebração de termo aditivo ao presente Termo de Contrato.

19.1.3.3. sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da CONTRATADA (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à comprovação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar, nos termos do art. 70 do RCC 3.0, que não está proibido de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, conforme o art. 12 da Lei n.º 8.429/1992, e que foi observada a Política de Transações com Partes Relacionadas da HU Brasil.

19.1.3.4. o crédito a ser pago ao cessionário é exatamente aquele que seria destinado à CONTRATADA (cedente) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas aplicáveis no regime jurídico incidente sobre o contrato, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à CONTRATANTE.

19.1.3.5. a cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da CONTRATADA.

20. **FORO**

20.1. É eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da Justiça Federal de Uberaba/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

Uberaba, data da assinatura eletrônica.

(assinado eletronicamente)
LUCIANA DE ALMEIDA SILVA TEIXEIRA
Superintendente do HC/UFTM

(assinado eletronicamente)
RODRIGO JULIANO MOLINA
Gerente Administrativo do HC/UFTM

(assinado eletronicamente)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Gonçalves Venzel, Chefe de Unidade**, em 03/06/2026, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61528887** e o código CRC **663C6106**.

Referência: Processo nº 23521.018638/2025-80 SEI nº 61528887

HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
Avenida Getúlio Guaritá, nº 130 - Bairro Abadia
Uberaba-MG, CEP 38025-440
- <http://hcuftm.hubrasil.gov.br/>

Anexo - SEI

Processo nº 23521.018638/2025-80

Interessado: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh

ANEXO IV - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

1.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a Ebserh e o fornecedor se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

1.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

1.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

1.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

1.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

1.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

1.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

1.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no art. 48, § 1º, da LGPD.

1.2. Especificamente o fornecedor se compromete ao seguinte:

1.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh;

1.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela Ebserh em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a Ebserh e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

1.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da Ebserh e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

1.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

Referência: Processo nº 23521.018638/2025-80 SEI nº 61773032